



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 075 – QUINTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		
<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>		
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB–AL</p> <p><i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)</p> <p><i>Aguardando indicações pelas lideranças</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</p> <p>Líder Tião Viana PT-AC</p> <p>Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL –PSDB)</p> <p>Líder Efraim Morais PFL PB</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Aloizio Mercadante PT-SP</p> <p>Vice-Líder João Capiberibe Fernando Bezerra</p>	<p>Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>Líder Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p>Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PFL -18</p> <p>Líder José Agripino PFL-RN</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 10</p> <p>Líder Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5</p> <p>Líder Jefferson Pères PDT-AM</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p>Vice Líder Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 232, DE 2003

Aprova o ato que renova concessão da Rádio América S.A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 22 de setembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio América S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 233, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Studio G Comunicação e Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 360, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão à Studio G Comunicação e Marketing Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Coelho, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 217, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Coelho, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 235, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ciranda de Chiapetta Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chiapetta, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 279, de 16 de maio de 2001, que outorga per-

missão à Rádio Ciranda de Chiapetta Ltda, para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chiapetta, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 236, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a União Das Associações Comunitárias e de Moradores de Carazinho – U.A.C.C. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 223, de 18 de abril de 2001, que autoriza a União das Associações Comunitárias e de Moradores de Carazinho – U.A.C.C. a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 237, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 176, de 27 de março de 2001, que outorga

permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda, para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 238, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão a Rádio Jardinópolis Comunicações S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 693, de 14 de novembro de 2001, que outorga permissão à Rádio Jardinópolis Comunicações S/C Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural do Sistema de Radiodifusão “Cidade das Árvores” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 371, de 5 de julho de 2001, que outorga per-

missão à Fundação Educativa e Cultural do Sistema de Radiodifusão "Cidade das Árvores" para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 240, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Oeiras do Pará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oeiras do Pará, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 63, de 5 de outubro de 2000, que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Oeiras do Pará a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oeiras do Pará, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 241, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Fronteira, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 673, de 25 de outubro de 2000, que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de ex-

clusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São João da Fronteira, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 242, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ACE – Associação Cultural Encruzilhadense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 763, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a ACE – Associação Cultural Encruzilhadense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 243, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Rio Manso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Manso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 336, de 25 de junho de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Rio Manso a executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Manso, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 244, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Verdes Florestas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 22 de agosto de 2000, que renova por dez anos, a partir de 6 de junho de 1994, a concessão da Fundação Verdes Florestas para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 245, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Integração Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de junho de 2001, que renova por dez anos, a partir de 20 de setembro de 1997, a concessão da Sociedade Rádio Integração Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Alto Horizonte – Goiás – AMPAH, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Horizonte, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 411, de 7 de agosto de 2001, que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Alto Horizonte – Goiás – AMPAH, a executar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Alto Horizonte, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 247, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Fluminense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de setembro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a con-

cessão da Rádio Cultura Fluminense Ltda para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 248, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Abaeté de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 648, de 24 de outubro de 2001, que outorga permissão ao Sistema Abaeté de Radiodifusão Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003 – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 249, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão à Rede Fronteira de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 13 de junho de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão à

Rede Fronteira de Comunicação Ltda., outorgada originalmente à Rádio Mirador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003 – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 250, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sideral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de abril de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Sideral Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. –**José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 251, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guarujá Paulista S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 2000, que renova por dez

anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Guarujá Paulista S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 252, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Marconi para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 13 de junho de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão à Fundação Marconi, outorgada originalmente à Rádio Urussanga Limitada, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 253, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 314, de 25 de maio de 2001, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Ser-

rana FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Betel do Bairro Jardim Aeroporto para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Paulo Afonso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 299, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Betel do Bairro Jardim Aeroporto para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Paulo Afonso a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Espaço Aberto de Massaranduba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 392, de 26 de julho de 2001, que autoriza a

Associação Rádio Comunitária Espaço Aberto de Massaranduba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional do Alto do Vale do Itajaí – FEDAVI para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 812, de 28 de dezembro de 2000, que outorga permissão à Fundação Educacional do Alto do Vale do Itajaí – FEDAVI para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 2003

Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sena Madureira, Estado do Acre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 162, de 25 de outubro de 2000, que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sena Madureira, Estado do Acre.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Professora Néria Coelho Guimarães para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 559, de 18 de setembro de 2001, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Professora Néria Coelho Guimarães para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 259, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação de moradores da comunidade São Pedro – AMOPE, a executar serviço de ra-

diodifusão comunitária na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 478, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Moradores da Comunidade São Pedro – AMOPE, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Rancho Verde Vida – RVV, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 717, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Rancho Verde Vida – RVV, a executar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Inocenciente de Comunicação e marketing a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inocência, Estado do Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 638, de 5 de outubro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Inocenciente de Comunicação e Marketing a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inocência, Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 262, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Rádio Grupo Conesul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 394, de 27 de julho de 2001, que autoriza a Rádio Grupo Conesul a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Zero FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Areado, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 646, de 24 de outubro de 2001, que outorga permissão à Rádio Zero FM Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Areado, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Renascer para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Louveira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 585, de 10 de outubro de 2001, que outorga permissão à Fundação Renascer para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Louveira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 265, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Lajedo FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajedo, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 278, de 14 de junho de 2000, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Lajedo FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajedo, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Vale Vêneto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 653, de 6 de novembro de 2001, que outorga permissão à Fundação Cultural Vale Vêneto para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos e Colaboradores Corguinhenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corguinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 574, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a Associação de Amigos e Colaboradores Corguinhenses a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Corguinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 2003

Aprova o ato que outorga concessão à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n, de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003 – **José Sarney** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Santana do Paraíso para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 136, de 5 de fevereiro de 2002, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Santana do Paraíso para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003 – **José Sarney** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores Amvsul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 396, de 19 de março de 2002, que autoriza a Associação de Moradores AMVSUL a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003 – **José Sarney** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Educativa e Comunitária Serrana de Cunha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cunha, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 400, de 27 de julho de 2001, que autoriza a Associação Educativa e Comunitária Serrana de Cunha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cunha, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Rosário Oeste – AFARO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 551, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Rosário Oeste – AFARO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 2003

Aprova o ato que renova concessão da Alagamar Rádio Sociedade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de agosto de 2001, que renova por dez anos, a partir de 10 de abril de 1996, a concessão da Alagamar Rádio Sociedade Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 274, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade de Cultura Rádio Parecis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 713, de 27 de novembro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 7 de dezembro de 1996, a permissão outorgada à Sociedade de Cultura Rádio Parecis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 275, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Riopardense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 363, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema Riopardense de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade de Comunicação Azaléia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 314, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Sociedade de Comunicação Azaléia Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 277, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão a Frequência Brasileira de Comunicações

Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arceburgo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 649, de 24 de outubro de 2001, que outorga permissão à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arceburgo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Educadora Vale do Acará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 793, de 28 de dezembro de 2000, que outorga permissão à Rádio Educadora Vale do Acará Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2003

Aprova o ato que outorga concessão à Rede Floresta Viva Comunicação

Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de julho de 2002, que outorga concessão à Rede Floresta Viva Comunicação Ltda., para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 280, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 303, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 281, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Cruzeiro do Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto S/nº, de 11 de outubro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora Cruzeiro do Oeste Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 282 DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Palmaciana da Comunidade Sede – ASPACS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmácia, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 683, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Palmaciana da Comunidade Sede – ASPACS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Palmácia, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 70ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE JUNHO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será dedicado a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, nos termos do Requerimento nº 355, de 2003, de autoria do Senador Sibá Machado e outros Senadores, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 27-5-2003. 14258

1.2.2 – Oradores

Senador Sibá Machado 14258
 Senador Pedro Simon 14262
 Senador Aelton Freitas 14268
 Senadora Fátima Cleide (Art. 203 do Regimento Interno) 14271
 Senadora Serys Slhessarenko (Art. 203 do Regimento Interno) 14273
 Senador Papaléo Paes (Art. 203 do Regimento Interno) 14275
 Senador Eduardo Azeredo (Art. 203, do Regimento Interno)..... 14276
 Fala associativa da Presidência (Senador Romeu Tuma) 14278

1.2.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 117, de 2003 (nº 200/2003, na origem), de 20 de maio último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do senhor Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o de Embaixador do Brasil junto a Belize. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 14278

Nº 118, de 2003 (nº 219/2003, na origem), de 26 de maio último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil

junto à República Tcheca. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional..... 14286

1.2.4 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 22/2003, de 28 de maio último, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 82, de 2003, do Senador João Capiberibe. Ao Arquivo. 14292

Nº 92/2003, de 30 de maio último, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 206, de 2003, do Senador Jefferson Peres. Ao Arquivo. 14292

Nº 1.437/2003, de 27 de maio último, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 157, de 2003, da Senadora Serys Slhessarenko. Ao Arquivo. 14292

1.2.5 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 112/2003, de 28 de maio último, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 202, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. Ao Arquivo. 14292

Nº 494/2003, de 28 de maio último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 194, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. Ao Arquivo. 14292

Nº 495/2003, de 28 de maio último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 172, de 2003, do Senador Romero Jucá. Ao Arquivo. 14292

Nº 496/2003, de 28 de maio último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 153, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. Ao Arquivo... 14292

Nº 523/2003, de 29 de maio último, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 190, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. Ao Arquivo. 14292

Nº 744/2003, de 29 de maio último, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº

212, de 2003, do Senador Garibaldi Alves Filho. Ao Arquivo.

14292

Nº 805/2003, de 27 de maio último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 150, de 2003, do Senador Romero Jucá. Ao Arquivo....

14292

1.2.6 – Pareceres

Nº 596, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003 (nº 2.298/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ministério Comunidade Cristã para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

14292

Nº 597, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 112, de 2003 (nº 220/2003, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Afonso Sant'anna Bevilaqua para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

14298

Nº 598, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 116, de 2003 (nº 229/2003, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

14299

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário, tendo em vista o recebimento do Ofício nº 30, de 2003, do Presidente da Comissão de Educação.

14301

Recebimento do Aviso nº 17, de 2003 (nº 788/2003, na origem), de 26 de maio último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 552/2003–TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada na Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado de Pernambuco, na área de arrecadação de laudêmios, com o objetivo de verificar a aplicabilidade da metodologia desenvolvida no âmbito do Projeto Patrimônio Imobiliário, a cargo da Secretaria de Obras e Patrimônio da União (TC-000.279/2003-6). À Comissão de Fiscalização e Controle.

14301

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2001,

de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a redação do **caput** do art. 12 da Lei nº 9.493, de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nos produtos que especifica, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos. À Câmara dos Deputados.

14301

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *RENAN CALHEIROS*, como Líder – Transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente, oportunidade para uma reflexão sobre a degradação dos recursos naturais. Proposta de estudo para a criação do Parque Nacional da Foz do São Francisco, em Alagoas e Sergipe.

14301

SENADOR *JONAS PINHEIRO* – Importância da viagem do Governador Blairo Maggi a diversos municípios de Mato Grosso.

14302

SENADOR *JOÃO ALBERTO SOUZA* – Protesto da população do município de Chapadinha-MA, sob a liderança da Associação Cangaia e do Vereador Delmar Carneiro, que interditou a BR-222, no trecho que liga Chapadinha a Itapecuru-Mirim.

14303

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 415, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando Votos de Aplauso ao Dr. Fernando Gay da Fonseca, por ter sido escolhido como membro da Academia Brasileira de Educação. *A Presidência encaminhará o voto de aplauso.*

14303

1.2.10 – Leitura de Mensagem do Presidente da República

Nº 119, de 2003 (nº 224/2003, na origem), de 28 de maio último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Alberto Esteves Scaloppe para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, para completar o mandato, na vaga decorrente da renúncia de Ronaldo Porto Macedo Júnior. À Comissão de Assuntos Econômicos.

14303

1.2.11 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para regular o trabalho do adolescente. À Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

14307

Projeto de Resolução nº 23, de 2003, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que introduz inciso XIV ao art. 89 do Regimento Interno

do Senado Federal. Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa.

14311

1.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 416, de 2003, de autoria Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Gestão e Orçamento as informações que menciona. À Mesa para decisão.

14312

Nº 417, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona. À Mesa para decisão.

14312

1.2.13 – Comunicações da Presidência

Convocação de sessão solene conjunta a realizar-se dia 12 do corrente, quinta-feira, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a dar início às comemorações pelos 180 anos de criação do Poder Legislativo no Brasil.

14313

Convocação de sessão solene conjunta a realizar-se dia 17 do corrente, terça-feira, às 15 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear “in memoriam” o Vice-Presidente Antônio Aureliano Chaves de Mendonça.

14313

1.2.14 – Leitura de requerimento

Nº 418, de 2003, de autoria do Senador Reginaldo Duarte, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona. À Mesa para decisão.

14313

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 114, de 2003. **Constará da pauta de amanhã**, tendo sido aprovados o **Parecer nº 599, de 2003**, proferido nesta oportunidade pela Srª Senadora Ideli Salvatti, Relatora Revisora, e o parecer do Relator na Câmara dos Deputados, Deputado João Grandão, ambos pela admissibilidade da matéria.

14314

Item 2

Medida Provisória nº 115, de 2003, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa, e da Integração Nacional, no valor de doze milhões de reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada**.

14316

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Influência negativa de ONGs, destacando matéria do jornal **Washington Post** sobre a ONG norte-americana The Nature Conservancy, que compra, com subsídios dos governos com os quais faz convênios, áre-

as de preservação ambiental e promove a venda direta a empresários interessados em prospecção de petróleo e outras atividades econômicas.

14316

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES como Líder – Necessidade de aprendermos a gerir, com responsabilidade, nossos recursos hídricos.

14324

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Irrelevância do esforço intelectual do Senado Federal na apreciação de medidas provisórias, uma vez que as modificações aqui introduzidas são anuladas pela Câmara dos Deputados. Preocupação com a proposta de reforma tributária enviada pelo Governo Federal, que retira poderes do Senado.

14326

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Apresentação de requerimento hoje, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que sejam convidadas diversas autoridades para discutir a reforma do Judiciário.

14334

SENADOR EFRAIM MORAIS, como Líder – Comentários a respeito de declarações do Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar, à **Folha de S.Paulo**, sobre a política econômica do Governo Lula.

14334

1.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 419, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Louvor pela indicação, formalizada pela ONU, do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, para conduzir o processo de reconstrução do Iraque. A Presidência encaminhará o voto de louvor.

14343

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre as atividades desenvolvidas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

14343

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários a respeito de editorial da **Folha de S.Paulo**, edição de 3 do corrente, e da coluna da jornalista Miriam Leitão, do jornal **O Globo**, edição de 31 de maio último, sobre equívocos nas diretrizes econômicas adotadas pelo Governo do PT.

14345

SENADOR LEONEL PAVAN – Dificuldades enfrentadas pelas empresas de laticínios de pequeno porte do município de Coronel Freitas, no Estado de Santa Catarina.

14346

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.

14346

1.4 – ENCERRAMENTO

**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL,
SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 4-6-2003**

3 – PARECERES

Nºs 36 e 37, de 2003-CN, da Mesa do
Senado Federal e Câmara dos Deputados, res-
pectivamente, sobre o Projeto de Resolução nº
6, de 2001-CN, que denomina Salão “Senador
Antônio Mariz” o Salão Negro do Congresso
Nacional. 14348

4– ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.865 a 3.891, de 2003. 14349

SENADO FEDERAL

**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO
FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

**6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES**

**7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

**10 – CONSELHO DO DIPLOMA
MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

**11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL**

CONGRESSO NACIONAL

**12 – COMISSÃO PARLAMENTAR
CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação
Brasileira)**

**13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 70ª Sessão Deliberativa Ordinária em 4 de junho de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Iris de Araujo – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Nos termos do **Requerimento nº 355, de 2003**, de autoria do Senador Sibá Machado e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 27 de maio de 2003, o tempo destinado aos

oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar no espaço destinado às comunicações inadiáveis, logo após a palavra dos oradores inscritos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar como Líder após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa esclarece ao Senador Jonas Pinheiro – e pede a atenção de V. Exª também – que, segundo nosso Regimento, toda a Hora do Expediente, inclusive a sua prorrogação, destina-se à comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. Não havendo oradores que ultrapassem este tempo, V. Exª, na prorrogação da Hora do Expediente, terá assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Esta Presidência também se inscreve, concedendo a palavra ao Senador João Alberto Souza, do PMDB do Estado do Maranhão, nas mesmas condições, ficando S. Exª em segundo lugar, logo após o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há vários oradores inscritos para a comemoração a que se destina a Hora do Expediente da presente sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado por até vinte minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, nesta sessão solene pelo Dia Mundial do Meio Ambi-

ente, venho a esta tribuna para lembrar a trajetória e os avanços alcançados na luta pela preservação dos recursos naturais do planeta, na expectativa de chamar a atenção de V. Ex^{as} para uma reflexão sobre o tema, sua importância e principalmente para o que está em nossas mãos, quando deliberações decisivas a esse respeito nos forem apresentadas no decorrer do nosso trabalho nesta Casa.

Falar de preservação dos recursos naturais ou preservação do meio ambiente, Sr. Presidente, infelizmente ainda hoje é entendido por muitas pessoas como um impedimento ao desenvolvimento econômico. É incrível perceber que, mesmo após vários exemplos mostrados, demonstrados e comprovados de que a exploração econômica dos recursos naturais do planeta pode se dar de maneira sustentável, ainda exista resistência sobre a viabilidade da manutenção de nossos ecossistemas sem que isso impeça sua exploração socioeconômica.

Apesar dessa resistência ao desenvolvimento sustentável, grande parte do mundo já se deu conta de que desenvolvimento sem os devidos cuidados com a preservação dos recursos naturais e sem a observância dos impactos ao meio ambiente é um desenvolvimento estéril, é a autodestruição do homem pelo próprio homem.

Hoje subsiste um cabo de guerra! De um lado os grupos que acusam o desenvolvimento de agredir o meio ambiente; de outro, os que defendem que a falta de desenvolvimento é o atraso, é o isolamento. Penso que, felizmente, aos poucos, essa falsa dicotomia está sendo superada. A cada ano as políticas públicas começam a incorporar a idéia de **desenvolvimento sustentável**, fruto da luta do movimento socioambiental no Brasil e no mundo. Assim, a preservação do meio ambiente está indissoluvelmente ligada aos aspectos socioeconômicos. Lá no Acre, ainda que de forma abstrata, acordamos cedo para esse novo tempo.

Essa conscientização mundial da necessidade do desenvolvimento sustentável começou a ganhar fôlego no dia 5 de junho de 1972, quando a Organização das Nações Unidas realizou a primeira Conferência Mundial de Desenvolvimento, Meio Ambiente e Informação, em Estocolmo, na Suécia, com a participação de 76 países.

Nesse dia foi assinada a Carta dos Deveres Ambientais, uma agenda global de mudanças propondo estratégias ambientais de longo prazo que previam a execução do desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000.

Hoje, 31 anos depois, o mundo ainda vive o desafio da busca da sustentabilidade ambiental. Estamos em 2003, e os problemas ambientais só aumentaram. Mas há que se ressaltar também, Sr. Presidente, que de lá para cá ficou o alerta. E não fossem as outras duas grandes e importantes conferências mundiais, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida popularmente como Eco 92 ou Rio 92, e, posteriormente, a Rio+10, realizada em Joanesburgo, em agosto do ano passado, talvez ainda hoje não houvesse nem mesmo a conscientização de que somente com ações que promovam mudanças nos atuais padrões de produção e consumo, que evitem o uso e abuso dos recursos naturais e que promovam a erradicação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida, a sobrevivência das futuras gerações estará garantida.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Peço desculpas por interrompê-lo. Eu estava a caminho do meu gabinete quando ouvi V. Ex^a iniciar o seu discurso sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente. Como são muitos os oradores inscritos – a paixão pelo meio ambiente é tão grande que a lista tem mais de 14 Senadores –, vamos apartear os nossos colegas que vierem a ocupar a tribuna. Com a permissão de V. Ex^a, portanto, quero fazer um registro, além de cumprimentá-lo e de observar que as pesquisas de V. Ex^a a respeito do assunto são muito importantes para conhecimento desta Casa e de todos aqueles que nos ouvem. Muitas vezes, por falta de informação, encontramos nascentes de rios poluídas, porque a população mais carente não tem informações sobre o que seja ferir o meio ambiente. A iniciativa do Senado Federal de comemorar o Dia do Meio Ambiente é de importância vital. Também quero registrar que hoje participamos de um café da manhã com a Ministra Marina Silva. Não sei se V. Ex^a estava presente...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Participei apenas do início.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu estive presente por todo o tempo, porque o Presidente José Sarney me designou para representá-lo durante a cerimônia de instalação do Dia Mundial do Meio Ambiente, quando a Senadora Serys Slhessarenko e o Deputado João Alfredo deram início a uma Frente Parlamentar de Defesa do Meio Ambiente. Também estive-

ram presentes o Deputado João Paulo, Presidente da Câmara dos Deputados, que fez uso da palavra e responsabilizou-se por 11 itens importantes que o Ministério do Meio Ambiente elencou como medidas a serem discutidas e aprovadas na Câmara, com a maior urgência possível, no interesse geral da sociedade brasileira, na defesa do meio ambiente, e o Deputado Zica, que falou em nome do Deputado Gabeira, da Frente Ambientalista. Faço esse registro, porque foi um encontro muito importante, que contou com representante da sociedade civil e pronunciamentos a respeito de alguns projetos que estão em discussão há muito tempo, como, por exemplo, um projeto levantado pela Senadora Marina Silva – e o Deputado João Paulo confirmou – que está há dez anos em discussão na Câmara. O Deputado João Paulo informou que vai estudar uma pauta prioritária, a fim de poder apresentar esses projetos. Tenho certeza de que, ao serem encaminhados ao Senado, V. Ex^a deverá ser designado Relator de alguns deles, pela importância que representa a defesa do meio ambiente para a sociedade brasileira. Agradeço a V. Ex^a por permitir esse registro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Admiro-o tanto pelo encaminhamento dado a esta sessão solene como pela sua inteligência e vastidão de conhecimento sobre temas brasileiros, principalmente o meio ambiente. Precisamos, a cada dia que passa, encontrar esses pontos comuns.

Continuo, Sr. Presidente. Foi nesse intervalo de tempo que uma voz, inicialmente isolada, fez-se ecoar no interior da Amazônia, mais precisamente no Estado que aqui represento, o Acre, na pequena cidade de Xapuri, onde o líder seringueiro Chico Mendes, com o também líder seringueiro Wilson Pinheiro e outros começaram um movimento em defesa da sustentabilidade do meio ambiente.

Chico Mendes, como Presidente do Sindicato dos Seringueiros de Xapuri, e Wilson Pinheiro, como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, lideravam uma cruzada pela preservação dos meios de sobrevivência dos seringueiros, a floresta Amazônica.

Contudo, o assassinato de Chico Mendes, nessa época um ambientalista internacionalmente conhecido, ajudou a colocar as questões da defesa do direito ambiental no Brasil no centro da agenda internacional. E a Conferência Rio-92 salientou ainda mais a importância da defesa do meio ambiente no Brasil em nível global. Apesar da globalização de sua causa, ativistas e defensores do meio ambiente no Brasil

continuaram a trabalhar em circunstâncias árduas, e até então com pouco apoio governamental, a que vou me reportar logo em seguida.

Sr. Presidente, **não basta a conscientização, é preciso mais ação.** O meio ambiente não pode mais ser tratado como fato isolado, mas deve ser tratado como uma questão econômica e social.

Enquanto as populações tradicionais da Amazônia, por exemplo, esforçam-se para ter seus produtos reconhecidos no mercado e obter assim uma fonte de renda familiar, o que proporcionaria o desenvolvimento econômico e social sustentável da região, o País quase perde um desses produtos nativos, o cupuaçu, para o Japão.

Esse fato só não se consumou porque uma organização de populações tradicionais, como é o caso do Grupo de Trabalho da Amazônia, GTA, conseguiu entrar com um processo judicial na justiça japonesa para contestar a patente do cupuaçu e defender o patrimônio cultural dos povos da floresta, uma vez que o registro comercial do nome “cupuaçu” prejudica pequenos exportadores desse fruto na Amazônia.

Como isso ainda pode acontecer? É uma pergunta que temos que fazer. Como podemos permitir esse tipo de apropriação de nossas riquezas naturais ainda?

Se outros países mais desenvolvidos que o nosso conseguem enxergar o potencial produtivo da biodiversidade, o que nos falta para reverter os atuais padrões de produção e os atuais padrões de consumo para a exploração racional dos nossos ecossistemas, transformando isso em desenvolvimento sócio-econômico para essa gente?

A Amazônia brasileira possui uma biodiversidade tão grande que é muito pouco conhecida por nós mesmos. É inaceitável que nosso patrimônio continue a ser explorado de forma irracional, sem que os benefícios sejam repartidos com as populações da Amazônia que mantêm o convívio com a floresta.

Para se ter uma idéia, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, o total devastado na floresta amazônica, no período de agosto de 1999 a setembro de 2000, foi de quase 20 mil quilômetros quadrados, ou seja, 15% a mais do que no período anterior. Essa alta taxa de desflorestamento localiza-se exatamente onde estão concentradas as áreas das frentes de expansão da fronteira agropecuária e madeireira. E a projeção do Instituto de Pesquisas da Amazônia, INPA, é de que, até o ano 2020, ainda sejam desmatadas áreas de até meio milhão de hectares por ano.

Sr. Presidente, verifica-se que uma das melhores estratégias é priorizar ações que gerem melhorias sócio-econômicas para as populações tradicionais, como os extrativistas e as populações indígenas. Isso nos impõe o desafio de lutar com afinco na defesa dos povos indígenas.

E aqui abro um parêntese para alertar os membros desta Casa para as matérias que estão tramitando no Senado que podem ser, a meu ver, um retrocesso nos avanços institucionais em favor do desenvolvimento sustentável e uma ameaça ao patrimônio natural. Chamo a atenção para um novo debate sobre a PEC nº 38, de 1999, que pode significar um retrocesso na legislação ambiental brasileira, que é considerada um modelo para diversos países evoluídos.

Sr. Presidente, a cada proposição que for analisada por esta Casa devemos nos reportar à Constituição brasileira de 1988, onde está quase tudo de que precisamos para defender esse nosso patrimônio natural.

Em seu art. 225, que trata do meio ambiente, ela dispõe sabiamente que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Assim sendo, ressalto que também está prescrito na Constituição de 1988 que a floresta amazônica brasileira, a mata atlântica, a serra do mar, o pantanal mato-grossense e a zona costeira são patrimônios nacionais e, dessa maneira, compete-nos zelar pela sua proteção e preservação, assim como cobrar do Poder Executivo ações que garantam a perpetuação de sua existência.

Sr. Presidente, destaco que um eficaz instrumento paliativo de defesa do meio ambiente no Brasil é a reforma agrária, mas não nos moldes que ela está sendo implantada até o presente momento.

O modelo vigente de ocupação e exploração da Amazônia brasileira tem induzido a taxas anuais crescentes de desmatamento na região: já perdemos 15% das florestas, ou seja, 60 milhões de hectares e, desse total, 6 milhões encontram-se abandonados e fora do processo produtivo. Além do impacto conhecido sobre o patrimônio natural, o resultado é um grande desperdício de recursos florestais – madeira, principalmente –, com perdas econômicas de grande monta para a sociedade e de divisas para o País.

Por esse motivo, a iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário de criação dos assentamentos florestais na Amazônia, que foi objeto de meu pronunciamento, integra um projeto de desenvolvimento sustentável para o País, priorizando e conciliando a justiça social e ambiental.

O desenvolvimento da Amazônia em bases sustentáveis também requer a urgente intervenção do Estado no ordenamento territorial e fundiário da região. O ordenamento territorial na Amazônia implica negociações sobre os conflitos e a construção de pactos sociais sobre a destinação de espaços territoriais, à luz dos princípios de desenvolvimento sustentável. O zoneamento ecológico-econômico deve ser uma ferramenta para facilitar esse processo de gestão democrática do território.

Legalizar a propriedade da terra, definindo com clareza o que é público e o que é privado, e realizar o ordenamento fundiário nas áreas de expansão da fronteira, previamente à implantação de obras de infraestrutura, é condição essencial para mudar o atual quadro de conflitos. Uma ação conjunta entre o MDA e Ministério Público, tendo em vista a erradicação da grilagem e a reorientação da política de reforma agrária para a região, é condição básica para o ordenamento territorial e a gestão da expansão econômica na região.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meu pronunciamento, destaquei as questões ambientais que afetam a minha região, mas quero lembrar, também, que a agenda ambiental no País é muito mais abrangente, como, por exemplo, a preocupação com o problema das águas, que, inclusive, será objeto de uma manifestação do WWF amanhã. Destaco, por fim, a ausência de políticas públicas relativas à ocupação do solo urbano, abastecimento de água, saneamento básico e gerenciamento de resíduos sólidos.

Sr. Presidente, a partir deste ano de 2003, 31 anos depois que a Conferência de Estocolmo, primeiro movimento mundial em defesa do meio ambiente, levantou alguns aspectos como as questões políticas, sociais e econômicas como principais causas dos problemas ambientais do mundo e que a pobreza associada ao crescimento populacional desordenado leva à deterioração do meio ambiente, esperamos dar passos firmes rumo a um projeto de desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável.

Essa é a proposta do PT para o meio ambiente, que confiamos ser levada a cabo pelo Governo Lula, por intermédio da Ministra Marina Silva, que tem

como objetivo promover qualidade de vida e ambiente saudável para todos e todas.

Para finalizar, gostaria de homenagear o trabalho de todos que vêm se esforçando para que haja um desenvolvimento sustentável no País. Cito o exemplo dos movimentos socioambientais, como GTA, CNS, Contag, Cimi, Coiab, como também as quebradeiras de coco no Estado do Maranhão e o movimento dos pescadores artesanais; as organizações não-governamentais, como a WWF, Amigos da Terra, Instituto Socioambiental, Greenpeace, o Imazon, SOS Mata Atlântica, entre outras; a iniciativa privada, ligada ao Conselho de Desenvolvimento Sustentável para o setor empresarial, que pratica a ISO 14.001, os produtores de madeira certificada do FSC – Fundo Mundial de Certificação de Madeira; e, por último, todos os servidores do sistema ambiental do País.

Sr. Presidente, quero aproveitar também para dizer da minha alegria e satisfação pelo lançamento, hoje, da Frente Parlamentar que vai trabalhar na implantação das Agendas 21 em todo o País, que contou com a presença do Senador Romeu Tuma, que prestigiou esse evento. Acredito que esta Casa terá uma oportunidade ímpar, pois poderemos trabalhar um tema transversal ao desenvolvimento, acabando de vez com a dicotomia de que as questões ambientais significam atraso para o econômico ou que o econômico possa significar a destruição para as questões ambientais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para as homenagens ao Dia Mundial do Meio Ambiente, Senador Pedro Simon, do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui estamos reunidos para comemorar uma data da maior importância para o mundo inteiro: o Dia Mundial do Meio Ambiente.

A verdade é que, só muito recentemente – há duas ou três décadas –, a humanidade despertou para os problemas relativos ao meio ambiente. Antes, havia muitos estudos nas universidades e centros de pesquisa alertando para o processo de destruição dos recursos do planeta, mas eles não circulavam fora dos muros da academia. A população, de um modo geral, não tinha consciência do abismo que es-

tava se abrindo à nossa frente. Por décadas, o mundo esteve envolvido numa áspera disputa ideológica, capitalismo **versus** comunismo, que deixou, em plano secundário, a questão da ecologia.

Já antes da derrocada do comunismo, falava-se sobre ecologia, mas o assunto só ganhou mesmo as páginas dos jornais, os noticiários de rádio e tevê e a consciência dos cidadãos de todo o mundo com o fim da Guerra Fria, no final dos anos 80.

Então, de uma hora para outra, o problema explodiu dramaticamente nas manchetes dos jornais. O mundo todo passa a comentar as terríveis ameaças ao meio ambiente. O Brasil, é claro, ganha destaque internacional, porque detém uma das mais ricas biodiversidades do mundo. Ganha destaque negativo, é bom registrar, porque o Brasil se transforma – em boa parte da mídia internacional – no maior vilão do meio ambiente.

Nesse momento, meios de comunicação de todo o planeta passam a alardear que as florestas brasileiras estão sendo devastadas por incêndios terríveis; que os nossos animais raros estão sendo contrabandeados; que o uso indiscriminado de poderosos inseticidas na nossa agricultura está poluindo terras e rios; que as nossas indústrias estão poluindo os rios, o solo e os ares; que a nossa agricultura, por ser predatória, faz surgir o fenômeno da desertificação.

É claro que, por trás dessas informações, há interesses escusos. Países que destruíram quase que totalmente suas florestas, que mudaram os cursos de seus rios e que poluem de maneira aterradora passaram a criticar o Brasil. Empresas multinacionais interessadas em explorar recursos da nossa flora botam lenha na fogueira, escondidas sob as siglas de organizações não-governamentais. Fala-se até mesmo em transformar a Amazônia numa área de proteção internacional, alegando a omissão do Estado brasileiro em combater a biopirataria, a devastação e a agricultura predatória.

Essa campanha insidiosa surtiu efeito, é bem verdade, porque, de um modo mais amplo, os brasileiros e o Estado nacional só muito recentemente despertaram para a grande riqueza do nosso meio ambiente e para a necessidade de defendê-la.

No Brasil – especialmente durante o regime militar –, foram cometidas muitas agressões contra a natureza. Nos anos 60 e 70, ocorreu, por exemplo, a ocupação acelerada dos cerrados sem uma preocupação com o impacto sobre a fauna e a flora de um ecossistema que se julgava pobre, mas que é riquíssimo. Era o tempo da abertura, sem critérios, a toque

de caixa, de novas fronteiras agrícolas no Nordeste e no Oeste.

É bem verdade também que o Brasil não desenvolveu um sistema eficiente para o controle da extração de suas madeiras, mesmo diante da multiplicação das madeireiras ligadas a grupos internacionais.

O Brasil não soube, da mesma forma, colocar um freio no contrabando de animais silvestres. O Brasil não conseguiu acabar com o antigo hábito de fazer queimadas para a preparação da terra para os novos plantios.

O certo é que o bombardeio a que fomos submetidos pela mídia internacional surtiu efeito. Já na Constituinte e depois, nas leis complementares, o Brasil começou a construir um sistema de leis que é considerado hoje – sem favor – o melhor do mundo. O nosso País tem, sob todos os aspectos, uma admirável legislação sobre o meio ambiente.

A partir dessa legislação, o Brasil começou a atuar mais na defesa do meio ambiente e logo obteve bons resultados. A situação melhorou sensivelmente em muitos aspectos. Em resumo, percorremos uma boa parte do caminho, mas ainda estamos muito longe do ideal.

Creio que, agora, com a gestão competente e corajosa da Ministra e Senadora Marina Silva, pela qual tenho o maior carinho e o maior respeito, vamos avançar ainda mais rapidamente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de ressaltar que uma de minhas maiores preocupações é com a defesa do nosso meio ambiente.

Ainda há poucos dias, apresentei ao Senado da República projeto de lei instituindo o ano de 2004 como o “Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira”. Peço, no meu projeto, que o Poder Executivo seja autorizado a emitir selo comemorativo sobre o assunto, sendo que a estampa do selo será escolhida dentre modelos elaborados por estudantes do ensino fundamental de todo o País, em concurso de divulgação em âmbito nacional.

Por que tomei essa iniciativa?

Porque a sempre muito cobiçada Amazônia brasileira é vista, hoje, como reserva mundial de água doce. Uma reserva importantíssima que os brasileiros, como dizem certos governantes destacados, não sabem conservar direito.

A Amazônia brasileira já foi considerada, por muitos chefes de Estado, como “patrimônio da humanidade”, território sobre a qual deveria ser permitida ao Brasil apenas uma “soberania restrita”. Entre essas personalidades, eu apontaria Al Gore, dos Esta-

dos Unidos; John Major e Margareth Thatcher, da Inglaterra; Gorbachev, da Rússia; além de Mitterrand e Chirac, da França. Muitos deles consideram a região uma área que deveria ser deixada sob administração da ONU.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, sempre fiz questão de me incluir entre os seus admiradores, sentimento que herdei de meu pai. Mas aqui tenho encontrado, em meio a algumas discrepâncias ideológicas – que são naturais, elas nos aproximam ao invés de nos separarem –, uma afinidade com V. Ex^a enorme: a sua singular sensibilidade para com a Região Amazônica. Singular porque uma das lutas que entendo mais justas de serem travadas pelos amazônidas é justamente a luta pelo convencimento dos demais brasileiros da importância – planetariamente reconhecida – de um tema que muitas vezes foi tratado aqui no Congresso mesmo como se fora paroquial. V. Ex^a tem batido tanto nessa tecla que dá para considerá-lo um quarto Senador do meu Estado, ou um Senador a mais – e especial como V. Ex^a é – da minha região. V. Ex^a fala de um jeito que, não fosse pelo brilho e pela forma do seu pronunciamento, eu poderia me atrever a dizer que subcreveria o seu discurso inteiramente. É discurso de alguém que não é amazônida, mas que, por ser brasileiro, compreende, com muito sentimento de amazônida, essa região tão fundamental para o País. Este País não tem futuro brilhante se a Amazônia não tiver, ela própria, futuro brilhante. Este País não terá desenvolvimento pleno se a Amazônia não tiver a mais adequada forma de se desenvolver sustentavelmente. Parabéns a V. Ex^a! Eu já sabia que V. Ex^a ia tocar nesse assunto em sendo o Dia Mundial do Meio Ambiente o que estamos aqui a comemorar. Saiba que, para nós, é um grande orgulho podermos contar com uma voz tão potente, tão acreditada no País, em defesa de uma tese que interessa, sem dúvida, a nós da região, mas também ao Brasil. E V. Ex^a desperta o resto do Brasil para a idéia de que esta é a tese correta: o Brasil inteiro se sensibilizando pela Amazônia em nome do Brasil e não necessariamente em nome da Amazônia. Muito obrigado a V. Ex^a pela honra de me ter concedido o aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a a gentileza de suas palavras, nobre Líder. Seu pai, de quem fui companheiro e admirador, foi um dos que compreenderam a luta, a batalha e a cami-

nhada dos pioneiros. Seu pai pertenceu a um grupo de pioneiros deste País que fizeram a sua parte. Isso sempre me angustia, meu caro Senador. Ele, seu pai, assim como o Dr. Ulysses e Teotônio, fizeram a parte deles; nós temos obrigação de fazer a nossa. E digo a V. Ex^a, do fundo do meu coração, que, se me perguntarem qual é a maior angústia que tenho como brasileiro, se eu pudesse chegar a Deus hoje e pedir alguma coisa, a primeira coisa que eu pediria era que Deus deixasse o Brasil do tamanho que ele é. O resto, discutiremos depois. Se o Programa Fome Zero está bem ou está mal, podemos discutir depois. Agora, tirar de nós metade do País é uma bofetada, é uma demonstração da nossa incompetência, da nossa incapacidade, da nossa irresponsabilidade.

Ora, nenhum brasileiro pode concordar com a tese desses ilustres chefes de Estado que consideram o Brasil patrimônio da humanidade. Em respeito aos nossos antepassados, não podemos deixar para os nossos filhos um território menor do que aquele que recebemos de nossos pais. É possível, sim, equilibrar a exploração econômica com o respeito ao meio ambiente, e é essa linha que o Brasil está adotando e deve adotar cada vez mais.

Sem xenofobia retrógrada, defendemos uma Amazônia com o **status** de patrimônio brasileiro, sempre, embora ela represente uma imensa riqueza em biodiversidade, cujos benefícios podem e devem ser usufruídos por toda a humanidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria aproveitar esta oportunidade para tecer comentários sobre alguns dos temas ambientais que mais vêm me preocupando nos últimos anos.

Acima de tudo está a questão da água. A necessidade de cuidados especiais com os recursos hídricos vem assumindo uma importância crescente no panorama internacional. Mas eu destacaria ainda as questões que dizem respeito também à ameaça concreta da extinção de muitos dos nossos animais e muitas das nossas plantas; os problemas decorrentes da produção crescente de lixo industrial e urbano; e a necessidade de conservação de nossos ecossistemas e, nesse caso, eu ressaltaria a Mata Atlântica.

Começemos pela água. Os estudiosos do assunto dizem que, dentro de poucas décadas, a água vai se transformar num dos bens mais raros e, portanto, dos mais caros da humanidade.

Cito alguns números sobre essa questão:

Apenas 3% dos recursos hídricos do nosso planeta são de água doce. Dessa água utilizável, dispomos apenas de um terço, porque a maior parte das re-

servas está inacessível, em geleiras ou em reservas profundas. A agricultura consome 70% dessa água. Oitenta países, que têm 40 da população mundial, sofrem com a falta de água.

O Brasil está em boa situação porque possui 15% das reservas mundiais. Mas as nossas reservas estão na Amazônia e distantes das grandes capitais, onde o abastecimento está-se tornando realmente crítico.

Como em tudo que ocorre no mundo, o consumo de água é desigual. Nos Estados Unidos, um cidadão pode utilizar até 600 litros de água por dia, enquanto que em países pobres da África esse consumo não passa de 10 litros. Um cidadão israelense consome quatro vezes mais água do que um cidadão palestino.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 3,5 milhões de pessoas – na maioria, crianças – morrem anualmente por problemas decorrentes de fatores hídricos.

Mais um dado preocupante. No século XX, a população foi multiplicada por três; a superfície das áreas irrigadas aumentou seis vezes, e a demanda por água cresceu sete vezes. No ano 2020, 2,7 bilhões de pessoas não terão água para suas necessidades básicas.

Aqui mesmo, na capital da República, o **Correio Braziliense**, do dia 4 de abril, anunciou que – se nada for feito urgentemente –, dentro de dez anos, o abastecimento de água de Brasília estará comprometido.

Quero, por fim, lembrar aqui que, em outubro do corrente ano, será realizado, em Porto Alegre, por iniciativa da Associação Rio-grandense de Imprensa e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o “Fórum Internacional das Águas – A Vida em Debate”. Trata-se do único evento reconhecido, até agora, pela ONU como oficial e integrante da programação do Ano Mundial da Água Potável. Estaremos lá presentes, convidados que fomos, e teremos a honra de ali debater. Penso, inclusive, que seria excelente se o Congresso Nacional e o Senado Federal, de modo especial, se fizessem representar – creio, indiscutivelmente, que isso vai acontecer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não quero prolongar demais este meu pronunciamento, mas eu não poderia calar sobre um outro problema.

Preocupo-me muito com a questão do lixo industrial ou doméstico. No nosso País, ainda não estamos separando o lixo nas residências, de modo que a reciclagem possa ser mais eficiente. Creio que precisamos de uma grande campanha nacional para cons-

cientizar as pessoas da necessidade de se separar o lixo caseiro. De parte do poder público, é preciso criar leis que torne efetiva a coleta desse lixo já separado. De nada adianta os cidadãos separarem o lixo nas residências se o Estado não o recolhe de forma adequada. Precisamos ainda investir em reciclagem, porque ela gera muitos empregos enquanto contribui enormemente para a limpeza do meio ambiente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador, tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, eu também me havia inscrito, mas, como a Mesa avalia que regimentalmente serão três os oradores a se manifestar, permita-me fazer um aparte a V. Ex^a

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se eu soubesse, eu não teria assomado à tribuna e daria o lugar a V. Ex^a. A Mesa não me avisou. Peço desculpas à Casa e a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Absolutamente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Permitam-me dizer que o número de inscrições é 14, mas não daria tempo para todos falarem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é nenhuma crítica à Mesa. Creio que é correta a decisão. Só digo que, no caso, eu cederia o meu lugar ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Absolutamente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ninguém aceitaria isso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu me sentirei honrado se puder mandar uma breve mensagem desta tribuna como aparte ao brilhante pronunciamento de V. Ex^a. Inclusive, aproveito a oportunidade para informar que estão aqui, representando a tão querida Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o Sr. Bazileu Alves Margarido Neto, seu Chefe de Gabinete; o Sr. Rômulo Mello, Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do Ibama, e a Sr^a Mary Helena Allegretti, Secretária de Coordenação da Amazônia. Senador Pedro Simon, V. Ex^a está assinalando alguns congressos importantes que haverá, inclusive no que diz respeito à proteção da água da Amazônia, mas quero ressaltar que um dos propósitos mais significativos da Ministra Marina Silva está sendo o de organizar a realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente, assim como a da Conferência Nacional

Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que se realizarão em 28, 29 e 30 de novembro, aqui em Brasília. É muito interessante que a nossa querida Senadora e Ministra Marina Silva, ao pensar em um encontro nacional direcionado para adultos, esteja tendo o propósito de, concomitantemente, estimular todas as crianças e jovens a também participarem e, assim, conscientizarem-se dos problemas do meio ambiente. Hoje, já existe um convite a todas as escolas brasileiras para enviarem os seus representantes a essa Conferência Nacional, o que considero um passo muito positivo. Eu gostaria de salientar, Senador Pedro Simon, que a Ministra Marina Silva vem salientando quatro diretrizes de grande significado no seu mandato, que serão os eixos desta Conferência: a orientação para o desenvolvimento sustentável, que compreende mais o que se pode fazer, em lugar do que não pode; a transversalidade da política ambiental em toda a esfera do Governo, ou seja, a Ministra está atenta para que todo e qualquer Ministro ou Ministra de Estado, na sua área, se preocupe com a questão do meio ambiente. Todo e qualquer projeto desperta a preocupação da Ministra. Ao se construir uma estrada, ao se realizar um projeto ou ao se desenvolver alguma obra, o meio ambiente precisa ser considerado, inclusive em médio e longo prazo. A terceira diretriz é o fortalecimento do sistema nacional do meio ambiente; e a quarta, muito importante, é a participação do controle social e dos valores culturais. A Ministra Marina Silva nos deu aqui muitas lições de como combinar os ensinamentos da Bíblia Sagrada com o seu conhecimento das coisas da floresta, da água, dos animais e de tudo o que precisa ser preservado. S. Ex^a segue, inclusive, os ensinamentos que recebeu de Chico Mendes e de seu pai. Essa preocupação maior é que tem dado ao seu Ministério, juntamente com o Presidente Lula, reconhecimento no Brasil e no exterior. Meus cumprimentos a V. Ex^a e obrigado pela oportunidade.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já concederei um aparte a V. Ex^a, Senador.

Em primeiro lugar, minha saudação aos nobres representantes da Ministra. Se me permitem, faço questão de repetir o que disse no início do meu pronunciamento.

Creio que, agora, com a gestão competente e corajosa da Ministra Marina Silva, pela qual tenho o maior carinho, o maior respeito e maior admiração, vamos avançar muito mais do que avançamos até agora.

Eu apenas acrescentaria ao meu amigo Eduardo Suplicy que gostaria que a Senadora, agora Ministra, Emilia Fernandes, aceitasse o convite que ela também recebeu para, em outubro do corrente ano, comparecer, em Porto Alegre, ao "Fórum Internacional das Águas: a Vida em Debate", que será realizado por iniciativa da Associação Rio-grandense de Imprensa e do Governo de Estado do Rio Grande do Sul, oficialmente patrocinado pela Organização das Nações Unidas.

Ela já recebeu um convite para, como convidada especial, fazer a conferência de abertura.

Pois não, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, serei muito breve, até porque V. Ex^a não faz um pronunciamento, mas uma análise profunda da realidade amazônica, dos desafios da Amazônia, da inserção da Amazônia no Terceiro Milênio e dos desafios da humanidade. Eu gostaria também, como o Senador Eduardo Suplicy, apenas de dar o meu testemunho da autoridade que tem hoje o Ministério do Meio Ambiente, que vem sendo construído há algum tempo, em se afirmar como um portal legítimo da Amazônia brasileira e em fazer com que o Brasil olhe com outros olhos para a Amazônia. Mas falar na Amazônia, falar no desenvolvimento sustentável, na identidade dos povos tradicionais da Amazônia, daqueles que migraram para lá e que portanto são também da região, não pode ocorrer sem falarmos da responsabilidade de governos com o desenvolvimento regional. Bilhões foram desviados da Sudam quando deveriam ter sido investidos no desenvolvimento humano, socioeconômico e sustentável da Amazônia. A recém-criada Agência de Desenvolvimento da Amazônia tem uma expectativa de investimento de 445 milhões; o BASA, de 1,032 bilhão; e a Suframa, de mais de 200 milhões. Mas muitos desses recursos ficam retidos para superávit primário. Então, ou olhamos para a Amazônia com a responsabilidade da gestão partilhada e do investimento efetivo, ou teremos essa permanente fragilidade da região no que diz respeito à sua integridade e a uma visão de desenvolvimento correto. A Costa Rica, que possui um terço do território do Acre, tem US\$8 bilhões de receita por ano. Lá, onde prevalece a economia familiar, os gringos gastam dólares para olhar borboletas. O Uruguai recebe 2 milhões de turistas e o Brasil, 5 milhões, mas a Amazônia não recebe um milhão de turistas por ano. Fica então o desafio de olharmos o assunto com inteligência, mas sobretudo com a responsabilidade partilhada entre o Governo e a sociedade que vive na Amazônia. Não precisamos de uma fórmula inovado-

ra, mas apenas assegurar o desenvolvimento sustentável como o grande desafio do Século XXI, porque a Amazônia pode ser, sem dúvida alguma – e será –, o corredor para levar o Brasil ao terceiro milênio no cenário internacional. Muito obrigado e parabéns.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Meu querido Líder, foi por isso que se votou no Lula.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Que já assumiu os compromissos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Lula foi eleito exatamente por causa dessas coisas que estão acontecendo. Se a Amazônia fosse uma maravilha, se as coisas fossem diferentes, continuaríamos com o Sr. Fernando Henrique Cardoso.

A nossa confiança é de que os desvios que aconteceram não vão se repetir; a nossa confiança é de que vão olhar para a Amazônia com profundidade. Se o Lula escolheu uma Ministra como a Marina, com a sua personalidade, história, biografia e origem, é porque quer mudar as coisas.

Olho o meu amigo Lula com o maior carinho. Pela primeira vez, desde que assumiu, ele praticou um desvio fora do Brasil – sofreu a primeira queda –, pois o Itamaraty não precisava ter sugerido um percentual da venda de armas para combater a fome. Esse foi um lapso que é melhor esquecer. Muito melhor foi a afirmativa que fez em janeiro, na outra vez em que esteve nos países ricos, de que queria, para combater a fome e os desníveis, um percentual da dívida dos países e dos juros dos países ricos. Uma parte dos escandalosos juros que o Brasil tem que pagar e uma parte da diminuição da dívida dos países miseráveis ou em desenvolvimento resolvem o problema da fome. Mas vender armas!... No entanto, isso acontece com os melhores países. Até acho que foi melhor um pequeno resvalo agora do que coisa mais séria adiante.

Ainda com relação ao lixo, eu gostaria de registrar que apresentei, em 1999, o Projeto de Lei do Senado nº 247/99, que dispõe sobre a necessidade da advertência, do recolhimento e da reciclagem, ou o devido processamento por parte dos fabricantes, das pilhas e baterias eletroquímicas – de carro ou de celular. O projeto foi aprovado aqui em outubro daquele mesmo ano, por unanimidade, e remetido à Câmara dos Deputados. Naquela Casa, ele foi anexado a muitos outros e lá está não sei em qual gaveta. Lá se vão quatro anos e destino nenhum foi dado nem ao meu projeto, nem à matéria, porque é quase impossível a Câmara aprovar um projeto do Senado. O máximo que faz é clonar um projeto desta Casa, copiá-lo e

mandá-lo para cá, mas, pelo menos, que faça isso. No entanto, nem isso a Câmara fez.

Também com relação ao tratamento de rejeitos sólidos, tenho visto com muita preocupação a retomada da permissão para a importação de pneus velhos. O Governo de Lula, por meio do Decreto nº 4.592/2003 – que estranhamente não conta com a assinatura da Ministra Marina Silva – ao isentar de multa ambiental a importação de pneus remodelados, na realidade, autoriza a importação de pneus usados de países do Mercosul. Ora, esse decreto já foi assunto de intenso debate no Congresso, sendo sempre veementemente rechaçada a importação desse que é considerado como um dos mais tóxicos dejetos. Tenho certeza de que haverá ponderação ecológica sobre a questão.

Com relação à nossa fauna, recentemente os jornais anunciaram que as espécies animais em risco de extinção do Brasil são hoje cerca de quatrocentas, quase o dobro do número apontado em 1989. Isso é verdadeiramente preocupante. Creio que isso se deve, em boa parte, ao tráfico de nossos animais silvestres, que movimenta cifras milionárias e leva à morte milhares de exemplares raros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero encerrar este pronunciamento fazendo um apelo. Acho que já está na hora de o Estado brasileiro mostrar seu pulso forte no meio ambiente. É preciso fazer cumprir a legislação existente. Para isso, claro, precisamos de uma fiscalização mais rigorosa. Se o Ibama, organismo que tem esse encargo, não possui fiscais em número suficiente, é preciso contratá-los. Mas na basta só contratar novos funcionários. É preciso dar a eles a infra-estrutura necessária para o bom andamento do seu trabalho. Também os governos estaduais têm dificuldades para manter operantes seus organismos de controle do meio ambiente: faltam funcionários e meios adequados.

O Estado tem que combater e acabar com o tráfico de animais e de madeiras raras. O Estado tem que coibir as queimadas. O Estado não pode se omitir nessa questão, sob pena de vermos se agigantarem os nossos inimigos, os que ambicionam nos tomar a Amazônia. O Poder público, nas cidades, tem que combater a poluição e regerar a coleta seletiva de lixo.

Era o que tinha a dizer, com a tranquilidade de que, com o Presidente Lula e a Ministra Marina, teremos dias de mais otimismo e de mais esperança para a Amazônia e para o meio ambiente do Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apelar ao Líder do Governo, Aloizio Mercadante, e aos líderes do PT para que conversassem com o Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, a fim de que S. Ex^a recebesse a filha de Mané Garrincha, a Sr^a Denise.

Fui procurado ontem e hoje por desportistas.

A Sr^a Denise ficou em Brasília durante três dias, tentando falar com o Ministro.

Todos sabemos quanta alegria, vitórias e glórias Mané Garrincha deu a este Brasil. Sua família é pobre e veio a Brasília a pedido de uma ONG, o Comitê da Paz, para falar com o Ministro Agnelo Queiroz.

Eu queria pedir ao Líder do Governo para que intercedesse, a fim de que o nosso querido amigo e Ministro, que foi um Deputado brilhante, competente e atencioso, recebesse a filha do Garrincha, que voltará a procurar o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Leonel Pavan, eu queria esclarecer que, pela ordem, a palavra é concedida ao Senador para indagação sobre o andamento dos trabalhos e reclamação quanto à observância do Regimento.

O apelo foi feito.

Prorrogo a Hora do Expediente por quinze minutos, a fim de completar a homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, agradecendo a presença das autoridades já anunciadas pelo Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, compreendo o esclarecimento que V. Ex^a fez quanto ao apelo do Senador Leonel Pavan, mas tão excepcional é a natureza da solicitação, breve e precisa, que quero solidarizar-me a ela, respeitando o Regimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. V. Ex^a, como um dos Líderes do PT, fará o encaminhamento do pedido do Senador Leonel Pavan.

Está prorrogada a Hora do Expediente por quinze minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, haverá Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Daremos início à Ordem do Dia quando o Presidente José Sarney assumir a Presidência, oportunidade em que S. Ex^a irá verificar se houve ou não acordo para a discussão e votação da medida provisória.

Portanto, teremos que aguardar a palavra dos Srs. Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a necessidade de preservação do meio ambiente tem sido um tema recorrente nas tribunas, nos meios de comunicação, nas salas de aula e nas conversas cotidianas em todo o mundo.

Sr. Presidente, é verdade que, aqui, já ouvimos os breves e bons relatos – não só pronunciamentos, mas relatos – dos Senadores Sibá Machado e Pedro Simon. Portanto, já poderíamos considerar como homenageado o Dia Mundial do Meio Ambiente. No entanto, também eu pretendo me pronunciar acerca desse tema, porque, por mais que se fale nele, ainda há muito o que se falar, tal a sua importância para a sobrevivência da atual geração e das gerações futuras. Aliás, Sr. Presidente, o controle ambiental já é fator de sobrevivência para diversos povos, em cantos diversos do planeta, especialmente no que diz respeito ao abastecimento de água potável, tema muito bem debatido e esclarecido pelo Senador Pedro Simon.

De todos os itens que hoje compõem a pauta dos cuidados ambientais, aí incluídos a biodiversidade, o efeito estufa e outros, a garantia de fornecimento de água para a agricultura e para o uso humano é, de longe, o que mais nos preocupa.

O objetivo deste meu pronunciamento é aplaudir avanços e apontar carências que ainda marcam a preservação ambiental no Brasil e em todo o mundo.

A instituição do Dia Mundial do Meio Ambiente, a ser festejado amanhã, dia 5 de junho, é uma dessas

iniciativas que refletem a preocupação com o futuro do planeta. Em termos planetários, a consciência ecológica ainda é algo relativamente recente na história da humanidade.

Nesta data é impossível não lembrar a 1^a Conferência Mundial do Desenvolvimento, Meio Ambiente e Informação, realizada em Estocolmo, há 32 anos, precisamente no dia 5 de junho de 1972. Promovido pela Organização das Nações Unidas, o evento reuniu representantes de 76 países e resultou na assinatura da Carta de Deveres Ambientais – documento que estabelecia estratégias de preservação do meio ambiente com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Desde então, Sr. Presidente, os eventos patrocinados por organismos internacionais e pelos governos de diversos países se multiplicaram, assim como aconteceu com as organizações não-governamentais. A população percebeu que a mobilização exclusiva dos governos era insuficiente para exercer uma fiscalização eficaz, prevenir e reparar danos ambientais e punir agentes agressores.

É momento de lembrarmos também a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, de que fomos anfitriões. A Rio-92, Sr. Presidente, reuniu um expressivo número de chefes de governo e deu ampla visibilidade ao tema. Ao final, produziu três documentos básicos, que foram a Convenção da Biodiversidade, a Agenda 21, de que aqui já se falou, e a Convenção do Clima, que daria origem ao Protocolo de Kyoto. Mas, infelizmente, boa parte das decisões da Rio-92 não saiu do papel.

Esses documentos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não surtiram os resultados desejados, ou, pelo menos, nos níveis desejados, em grande parte pelo desinteresse dos países de economia central. Há menos de um ano, segundo conceituados ambientalistas, entre eles José Goldemberg, o balanço do cumprimento das metas estabelecidas na Rio-92 era pouco animador.

O diagnóstico feito pelos especialistas indica que poucas foram as consequências práticas da Conferência do Rio. Até hoje não entrou em vigor o Protocolo de Kyoto, resultante da Conferência do Clima, que estabeleceu metas e prazos para a redução das emissões que causam as mudanças climáticas. A Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21 não foram, de fato, implantadas, Sr. Presidente.

Apesar de tudo, para nossa sorte, alguns avanços aconteceram. Nos últimos dez anos, por exemplo, houve conscientização mundial e no Brasil sobre a

importância da preservação do meio ambiente, preocupação essa que era banalizada pelos que desejavam o progresso a qualquer custo.

Comungo da idéia do ambientalista José Golderberg ao constatar que a ação das agências ambientais e do Ministério do Meio Ambiente se tornou mais efetiva, desde então, e a legislação também foi aperfeiçoada. Multiplicaram-se as organizações não-governamentais que atuam nessa área, e o Ministério Público também tem contribuído para fiscalizar a preservação do meio ambiente. A melhoria da qualidade do ar de São Paulo e os crescentes esforços nas grandes capitais do País para melhorar o saneamento e o tratamento de esgotos são exemplos positivos do avanço e da conscientização.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Membros do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Representante da Ministra Marina Silva, por quem temos o maior apreço e admiração, nós, como Senadores, temos conhecimento de que o Brasil ainda tem a maior reserva de água doce e a maior cobertura vegetal do planeta, um território de dimensões continentais, uma biodiversidade e uma variedade de ecossistemas invejável: a Amazônia, por exemplo, com a maior extensão de floresta tropical de todo o mundo, extensos manguezais, a caatinga, o Pantanal, o cerrado, a Mata Atlântica e as matas de araucárias.

O Brasil, como detentor desse imenso potencial, e na condição de maior Nação da América do Sul, precisa ocupar o lugar que lhe cabe também na defesa do meio ambiente. Esta, aliás, é uma de minhas prioridades no exercício do mandato parlamentar, juntamente com o apoio à expansão da agroindústria, conforme anunciei já na primeira vez em que me dirigi a este egrégio Plenário.

Essa opção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem as suas razões. Em primeiro lugar, tem relação com a minha formação profissional de engenheiro agrônomo. Além disso, decorre também da minha condição de homem do interior das Minas Gerais, acostumado com a vida simples do campo e reconhecido à terra por tudo o que ela nos proporciona, se tratada com o devido cuidado. Finalmente, representa a continuidade de um trabalho interrompido, quando presidia a Emater de Minas Gerais, com os projetos de combate ao desperdício da produção agrícola e a implementação de projetos sociais para o homem do campo, entre outros.

Considero, também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a promoção da agroindústria uma oportunidade de viabilizar o desenvolvimento sustentável que desejamos, por intermédio de um crescimento

econômico com limites ecológicos. A agroindústria, por exemplo, é o setor de maior potencial para o Brasil, bastando ver o seu desempenho no ano passado, que cresceu em torno de 7,9%, e o seu comportamento nestes primeiros meses do Governo Lula. Além disso, é um setor que emprega numerosa mão-de-obra e o que mais tem gerado divisas para o nosso País.

Tenho defendido a ampliação de medidas para o setor agrícola, como os programas de crédito e de garantia de preço mínimo sem, porém, me esquecer dos cuidados ambientais, pois o aumento da produção e da produtividade devem vir em consonância com os conceitos de sustentabilidade.

Por ocasião da contaminação dos rios do meu Estado, Pomba e Parnaíba do Sul, que se dirigem para o Rio de Janeiro, pelos dejetos industriais do Grupo Cataguazes de Papel, registrei, desta tribuna, Sr. Presidente, o meu veemente protesto pelas deficiências na prevenção e na fiscalização de empresas poluentes. Infelizmente, esse tipo de acidente tem sido freqüente em nosso País. De pronto, lembraria os recorrentes vazamentos em oleodutos da Petrobras, que causaram danos ambientais da maior gravidade.

Situações como essa põem em risco a credibilidade de nossas políticas ambientais e de nossos compromissos com os documentos firmados em acordos internacionais de proteção ao meio ambiente.

No ano passado, na Conferência de Joanesburgo, a ONG Greenpeace relatou nada menos do que seis ocorrências, que considerou crimes ambientais graves ocorridos no Brasil e ocasionados por indústrias químicas, petrolíferas, florestais, mineradoras, nucleares e de engenharia genética. A coordenadora de campanha daquela ONG, na época, afirmou que tais fatos ocorriam em decorrência da inexistência de políticas de prevenção ambiental durante a época do desenvolvimento industrial.

Felizmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo que o Brasil, a exemplo de outros países, não está mais se omitindo em relação a esse tema. Dois meses após denunciar a incúria dos dirigentes do grupo Cataguazes de Papel, vejo o Ibama anunciar a instalação de sistemas de monitoramento ininterrupto para queimadas ou derramamento de óleo. Trata-se do Observatório Nacional de Monitoramento Ambiental, que permitirá, a partir da identificação de alguma emergência, acionar os representantes do Ibama e de outros órgãos de atuação na área, além da própria empresa, para que sejam tomadas as medidas necessárias.

É igualmente gratificante, Sr. Presidente, registrar que, nesta semana, quando se comemora a Semana do Meio Ambiente, a Ministra Marina Silva anuncia a realização, em novembro – aqui já foi dito, mas faço questão de repetir –, da Conferência Nacional do Meio Ambiente, que reunirá governantes, representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, empresários, estudantes, pesquisadores e representantes de ONGs, entre outros, para discutir a elaboração da política ambiental brasileira. Trata-se de uma iniciativa louvável, que parte do pressuposto de que a questão ambiental não é assunto do Governo ou de ONGs, mas de toda a sociedade.

O conhecido empenho da Ministra Marina Silva em defesa da preservação ecológica nos permite antever melhores dias para a questão ambiental em nosso País. Entretanto, para que esse sonho se torne realidade, é necessário que o Governo faça da política ambiental uma verdadeira prioridade, equipando os órgãos de fiscalização e promovendo campanhas maciças de conscientização.

É com essa expectativa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que festejaremos amanhã o Dia Mundial do Meio Ambiente. Apesar de todas as dificuldades que enfrentamos, apesar de as grandes potências ainda relutarem em cumprir algumas das metas estabelecidas na Rio-92, acredito que o transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente, a cada ano, encontra uma população mais consciente, mais mobilizada e disposta a trabalhar em conjunto com o Poder Público para preservar todos os nossos recursos naturais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Aelton Freitas?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Com muito prazer, concedo-lhe o aparte, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Aelton Freitas, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento, que enaltece o trabalho de proteção ao meio ambiente promovido pela Ministra Marina Silva. Quero também fazer um registro. Hoje há uma preocupação crescente em relação à proposta de emenda constitucional de autoria do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, que sugere que cada Estado defina como unidade de conservação apenas 50% de sua área. Teremos oportunidade de discutir esse assunto, e, por isso, faço este registro. Esse é um tema que preocupa também a Ministra Marina Silva, com quem concordo nesse sentido.

Parece-nos que haveria uma limitação não propriamente com critérios os mais adequados. Seria estabelecido simplesmente um critério geográfico em torno de 50%, sem se levar em consideração que esse critério pode ser apropriado para São Paulo, Minas Gerais e outros, mas não para os Estados da região amazônica, do Centro-Oeste, do Pantanal. Faço este registro porque avalio que combina com a preocupação de V. Ex^a. Certamente, penso que será importante, antes do dia 11, ouvirmos a Ministra Marina Silva sobre a recomendação de S. Ex^a para aperfeiçoar mais adequadamente a emenda do Senador Mozarildo Cavalcanti. Muito obrigado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Aelton Freitas?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Aelton Freitas, V. Ex^a ainda dispõe de um minuto. Se quiser, pode conceder o aparte.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Aelton Freitas, parablenho V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento e, da mesma forma, eu o faço em relação aos Senadores Pedro Simon e Sibá Machado, que se pronunciaram neste dia. Rondônia, o meu Estado, tem contribuído muito para a conservação do meio ambiente de nosso País e, por que não dizer, do mundo, assim como têm feito os demais Estados da Amazônia. Quando Governador, realizamos, em parceria com o Governo Federal, com recursos financiados, em parte, pelo Banco Mundial, um projeto de zoneamento agroecológico e econômico em nosso Estado, que resultou na preservação de 70% das nossas florestas. Hoje, apenas 25% das nossas florestas foram derrubadas para o sustento das famílias, dos mais de 90 mil produtores rurais que lá existem, e ainda restam mais 5% para chegar aos 30% e, portanto, preservar 70% do território do Estado de Rondônia. Acredito que a maioria dos Estados da Amazônia, principalmente o Estado do Amazonas, que ocupa um terço do território nacional, preservará mais de 80%, porque até hoje não derrubaram nem 5%. O Amazonas, juntamente com os Estados de Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Pará e até Mato Grosso, está contribuindo muito para a preservação do meio ambiente de nosso País e também do mundo, pois dizem

que a Amazônia é o pulmão do mundo. Estamos dando a nossa contribuição. Acredito que o povo brasileiro, a cada dia, vem se conscientizando mais da necessidade da preservação ambiental. Assim ocorre com o seu Estado, Minas Gerais, com São Paulo, com o Rio Grande do Sul, com Santa Catarina, com todos os Estados da Federação. Essa consciência está sendo formada, inclusive, nas escolas. Tenho dois filhos adolescentes – um de 15 anos e outro de 14 anos – que já têm essa consciência formada da necessidade de preservação do meio ambiente. Isso está sendo ensinado nas escolas. Há aqui representantes do Ministério do Meio Ambiente – infelizmente, a Secretária de Coordenação da Amazônia, Mary Allegretti, teve que se ausentar –, a quem peço a compreensão para o fato de que estamos tratando da aprovação desse zoneamento. Há um projeto de lei que regulamenta o Código Florestal, mas que está no limbo do Congresso Nacional há mais de três anos, desde o Governo passado. Há necessidade de um acordo de Líderes e de um aval do Ministério do Meio Ambiente, para que esse projeto seja aprovado. O que queremos é que o nosso zoneamento, elaborado pelo Estado, com apoio do Governo Federal – no qual foram investidos mais de US\$20 milhões e que já foi aprovado pela Assembleia do Estado e sancionado pelo Governo –, realmente vire lei, para que possamos, em conjunto, em parceria, preservar os 70% das florestas de Rondônia. Esse projeto pode servir de modelo para que os demais Estados possam elaborar também o seu zoneamento. O Estado de Mato Grosso está terminando o dele, o Acre já iniciou o seu projeto, e sei que quase todos os Estados da Amazônia estão preocupados com isso e já estão na fase inicial do zoneamento agroecológico e econômico de suas áreas. Muito obrigado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

Com a permissão dos Senadores que me apartearam, peço à Mesa que inclua em meu discurso os dois apartes, pois são de grande relevância, principalmente pelo exemplo dado pelo Senador Valdir Raupp, como Governador do Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As Sr^{as} Senadoras Fátima Cleide e Serys Slhessarenko, bem como os Srs. Senadores Papaléo Paes e Eduardo Azeredo enviaram à Mesa discursos, relativos ao tema, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta sessão solene do Senado, dedicada a marcar de forma especial a Semana do Meio Ambiente nesta Casa, queremos, antes, saudar a todos, na pessoa do Senador Sibá Machado – do PT do Estado do Acre –, pela iniciativa de requerer a realização desta feliz oportunidade.

A perspectiva socioambiental é, a cada dia, mais nítida e indispensável na formulação das ações humanas.

E justamente essa perspectiva tem aguçado o olhar do mundo sobre a Amazônia e o Brasil, porque, do pouco que resta no ambiente global, é a Amazônia a mais extensa concentração de diversidade biológica e de recursos vitais do mundo.

Especialmente por seu imenso manancial hídrico, o Brasil desponta em posição estratégica no concerto das Nações, com sua responsabilidade redobrada quanto à proteção e utilização sustentável dos 15% de água doce do Planeta – dois terços desse montante, na Amazônia.

- A China, com 25% da população mundial, tem menos de 1/10 da água potável do planeta;
- No Oeste da Índia, os poços precisavam ser dez vezes mais profundos para se encontrar água;
- Em países do Oriente Médio, ricos em petróleo, multiplicam-se as experiências de dessalinização da água marinha, ainda sem resultados ambientalmente adequados;
- Nos últimos vinte anos, a Espanha vem reduzindo gradativa e substancialmente o volume d'água disponível para Portugal, e, em algumas áreas, os rios chegam a secar.

Enfim, muitos dados das atuais condições indicam que nos próximos 25 anos teremos dois terços da população mundial vivendo em plena escassez de água, inclusive em países desenvolvidos, principalmente devido aos grandes campos agrícolas, que consomem mais de dois terços da água potável no mundo.

Outro ponto importante a ser ressaltado são as disparidades de consumo: os Estados Unidos mantêm um consumo médio residencial diário de 400 litros por habitante, enquanto em diversos países da África esse consumo é de apenas 15 litros por habitante. Isso acentua ainda mais a crise social, onde o mais pobre é sempre o mais penalizado: é o primeiro

que morre de sede; e, por falta de saneamento, nas enchentes, pela ocupação de áreas de risco, pela fome, pela falta de assistência à saúde, pela falta de emprego e de renda.

Nos últimos quarenta anos, o Brasil teve reduzida em 50% sua disponibilidade de água por habitante, devido ao crescimento da população, à expansão do setor industrial, aos projetos de irrigação na agricultura e também com o aumento dos processos de erosão, desmatamento, queimadas, impermeabilização dos solos, de poluição doméstica, industrial e por agrotóxicos.

Nos centros urbanos brasileiros, o desperdício de água está na ordem de 45% do volume produzido, enquanto 11 milhões das pessoas que vivem nas cidades não têm acesso ao abastecimento de água tratada, sujeitando-se a inúmeras doenças.

Nos últimos anos, reduziram-se notoriamente os investimentos federais em saneamento.

Esse quadro, aliado ao desmatamento inconstante e à exploração inadequada dos recursos naturais, gera a erosão, o fim da fertilidade dos solos, o assoreamento dos rios e avança no processo de desertificação que já toma 37% da área do nordeste brasileiro.

Por tudo isso, para os representantes políticos dos Estados da Amazônia brasileira, é sempre oportuno e bem-vindo o debate político que se dá sob a perspectiva socioambiental.

Esta sessão nos oferece, portanto, a oportunidade de contribuir para aguçar também o olhar do Brasil sobre a Amazônia e sobre si mesmo, afinal. Até porque há proposições na pauta de votação do Senado, este mês, que nos impõem essa responsabilidade, na medida que dispõem exatamente sobre medidas de notáveis efeitos socioambientais.

É o caso, por exemplo, da Proposta de Emenda Constitucional nº 38, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, definindo um limite para a soma das áreas reservadas à proteção ambiental em cada estado.

Provocados ao exame desta e outras proposições que tramitam no Congresso Nacional, partilhemos de um debate que se dá basicamente entre duas concepções de desenvolvimento.

De um lado, os que defendem programas e ações de forte impacto socioambiental que, embora de caráter degradador, entende-se economicamente compensado pela implementação de grandes projetos de infra-estrutura, principalmente nas áreas de geração de energia, transporte e comunicações, para dar suporte à expansão agropecuária e à intensa ex-

ploração mineral e madeireira. Neste caso, argumenta-se que os fins justificam os meios, considerando-se que o ambiente não é um fim em si mesmo.

Principalmente na Amazônia, esse modelo encontra ativo e crescente questionamento, devido justamente à sua ameaçadora contrapartida ambiental, sobre o último grande reduto que recursos estratégicos vitais do planeta Terra.

De outro lado, está o modelo que se volta prioritariamente à proteção ambiental, como meio para se implementar o desenvolvimento – tomando o ambiente como o conjunto dos meios de sustentação da vida. Neste modelo, a sustentabilidade é o critério definidor dos fins.

No Brasil – e na Amazônia em particular –, os meios são os elementos estratégicos, generosamente concentrados pela Natureza em território brasileiro. O fim atribuído a cada qual é a escolha que nos cabe discernir com responsabilidade e sabedoria.

Exemplos de aplicação dessa concepção, no universo legislativo, são os 11 projetos em tramitação na Câmara dos Deputados, citados na manhã de hoje pela Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, em evento realizado naquela Casa. Entre eles o que regulamenta o acesso aos recursos genéticos e o que dispõe sobre o chamado “FPE Verde”, aprovado no Senado em fins do ano passado. Este último propõe apoio da União, com recursos do Fundo de Participação dos Estados, às unidades federativas, proporcionalmente ao território que cada qual disponha à conservação dos recursos naturais e terras indígenas demarcadas.

No plano específico das políticas de governo, destacamos a iminente implementação do Proambiente – um instrumento de crédito diferenciado, voltado ao desenvolvimento da produção agroflorestal, com proteção ambiental, recuperação de áreas degradadas e controle social. Uma alternativa que os pequenos agricultores de Rondônia e demais populações amazônicas acompanham com vivo interesse e aspiram ver concretizada, celeremente, como um programa de governo.

Enfim, há um grande passivo ambiental a recuperar no âmbito das ações públicas, sobretudo em consequência do desmonte efetuado nas estruturas de execução e controle, nas áreas de proteção ambiental e nas relações com as populações tradicionais, que constituem a base de nossa identidade cultural.

Nitidamente, este é o caso da desestruturação sofrida pelo IBAMA e pela FUNAI, sob o governo Fer-

nando Henrique Cardoso, que deixou seqüelas traumáticas por todo o País.

Para concluir, Sr^{as} e Srs. Senadores, cito trecho do artigo assinado por Jean-Pierre Leroy e Daniel Ribeiro Silvestre, da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente:

Há setores sociais organizados que procuram resistir ao aniquilamento e à devastação, em prol de um outro projeto de desenvolvimento fundado no uso sustentável dos recursos naturais. Por esse motivo, vivem sob constante ameaça e risco de morte.

Hoje já contam com inúmeras experiências que devem ser valorizadas e reproduzidas em atividades agrícolas, florestais e de pesca.

A solução está sendo criada nas alternativas regionais e locais, mas depende de uma vontade política verdadeiramente democrática para ser implementada.

Enfim, muito há ainda por divulgar, comunicar, mobilizar, organizar e realizar. E, neste ambiente, a participação de cada um e de todos é o recurso fundamental, contra o qual este País não pode mais negligenciar.

Muito obrigada.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento, vamos proceder à solene instalação da Frente Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais.

É evidente que estamos nos dispondo a implementar alguma coisa a mais do que uma frente de nome pomposo e que venha servir apenas para incensar as nossas vaidades.

Já se passaram quase 11 anos desde que o mundo inteiro se voltou, com grande seriedade, em um evento internacional, para a questão da conservação do meio ambiente.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que, para orgulho de todos nós, brasileiros, aconteceu no Rio de Janeiro e ficou mais popularmente conhecida, pelo mundo afora, como a Rio 92, representou um marco na popularização da discussão sobre a importância da preservação e da não destruição em prol da natureza e do bem-estar do próprio homem.

Durante aquele formidável evento, vimos as principais nações deste combalido planeta se volta-

rem para a questão do desenvolvimento sustentável e sobre sua aplicabilidade.

Uma das mais importantes heranças de tantas que esta conferência nos legou foi a criação do documento conhecido como Agenda 21. Alicerçada no **slogan** “pensar globalmente, agir localmente”, a agenda promoveu o acordo e a aprovação, entre os 170 países participantes, de uma série de compromissos cujo objetivo maior era buscar os caminhos para a mudança do padrão insustentável de desenvolvimento até então vigentes, vislumbrando novos modelos ambientalmente equilibrados para o então ainda distante século XXI.

Tantos anos depois do lançamento da Agenda 21, depois de vivenciarmos alguns períodos de frustração e de desespero, tais como as ameaças de guerras globais que recentemente nos açoitaram, aqui estamos nós, novamente reunidos e sempre dispostos a mobilizar todas as nossas energias e todos os segmentos da sociedade brasileira de forma a não permitir que aqueles preceitos que se desenharam durante a Rio 92 possam continuar sendo postergados.

Esta Frente Parlamentar Mista, que surge para envolver Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas e todos os parlamentares brasileiros pelo Brasil afora, bem como toda a nossa sociedade organizada, e também aqueles setores da sociedade que permanecem desorganizados, esta Frente Parlamentar surge com um objetivo militante. Aqui estamos para batalhar diuturnamente de forma a fazer com que o desenvolvimento sustentável se imponha na agenda política do nosso País como uma luta contínua.

Queridos companheiros e queridas companheiras, existem pessoas – e falo mesmo de alguns militantes dedicados, valorosos companheiros da luta política – que imaginam que a agenda política do nosso País já esta sobremaneira carregada. Esses companheiros e companheiras vivem a querer que nos limitemos a tratar daquelas questões e daquelas pautas que interessam prioritariamente ao **establishment** político e econômico.

Para esses companheiros e para essas companheiras, só existiria na pauta política, para sermos bem claros, as reformas que o Governo Federal acaba de encaminhar para o debate no Senado Federal. Claro que entendemos que as reformas da previdência e a tributária são importantes e precisam ser discutidas e aprofundadas com o maior critério. Mas entendemos também que, como militantes que somos, como representantes que somos da cidadania brasileira, te-

mos que nos superar e nos desdobrar nas mais variadas frentes de forma a impedir que os encaminhamentos de todas essas discussões tão necessárias se enredem nos desvãos do sectarismo político.

Como parlamentar que sou, e como presidente desta Frente Parlamentar Mista que agora assumo, quero reprisar o compromisso daquele terno companheiro Karl Marx que uma vez, no entusiasmo que sempre marcou sua vida, certa vez lapidou a célebre frase: "Tudo que é humano me interessa!"

Então, enquanto Congresso nacional, enquanto representantes de uma nação tão rica em capital humano, que sejamos capazes de nos desdobrar nas mais variadas frentes e honremos, como Deputadas e Deputados que somos, como Senadoras e Senadores que somos, que honremos os votos que recebemos nas urnas nas recentes e históricas eleições que tanto emocionaram este País!

É com este espírito desabrido e consciente de minhas responsabilidades que venho assumindo uma atuação política e parlamentar a mais ampla possível, com a certeza de, no Brasil, aqueles que têm fome e sede de Justiça têm pressa e não podem esperar pela agenda ocasional de quem se julga detentor de algum tipo de verdade eterna. O caminho se faz ao caminhar – e caminhando, cantando e respeitando a militância que nos sustenta é que devemos atuar aqui neste Parlamento, neste Congresso nacional de tantas tradições.

Fiquei sinceramente frustrada, na semana passada, quando vi a proposta de convocação da Comissão Parlamentar de Inquérito que faria a devassa do escândalo do Banestado ser engavetada por um inesperado acordo de lideranças. Estou certa de que não será com este tipo de posicionamento vacilante que vamos honrar nossos mandatos e nossa história.

A expectativa da sociedade brasileira com relação a esta nova fase de nossa história, aberta com a eleição e com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é de que juntos, governantes, parlamentares e povo mobilizado, seremos capazes, efetiva e concretamente, de construir um novo tempo em nosso País, na América Latina e em meio a este mundo tão conturbado.

Vejam as companheiras e os companheiros que o desafio de concretização dos propósitos e dos planejamentos encetados pela Agenda 21 estão postos mais uma vez, diante de nós, que aqui nos dispusemos a integrar e impulsionar esta Frente Parlamentar Mista.

A Agenda 21 Global surgiu estruturada a partir de cinco princípios básicos:

1º Geração de um processo de planejamento participativo para planejamento do futuro de forma sustentável em níveis locais, regionais e globais.

2º Encaminhamento de propostas dentro de uma abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional.

3º Envolvimento de todos os atores sociais na discussão dos principais problemas, garantindo a sustentabilidade dos resultados.

4º Formação de parcerias e compromissos para a solução das problemáticas a curto, médio e longo prazos.

5º Geração de produtos, propostas e projetos concretos, exequíveis e mensuráveis.

A Agenda 21 não surgiu para ser apenas mais um documento afixado no mural dos ideais humanos. A Agenda 21 foi criada com o intuito de funcionar como um impulsionador de um processo de planejamento participativo. Este processo é a base para a análise da situação atual de um país, estado, município e/ou região, gerando as Agendas 21 regionais e locais.

Em outras palavras, todas as pessoas, em sua devida atuação e localidade, têm algo a colaborar no processo de implantação da Agenda 21 dentro da sua realidade.

Só com intensa participação dos mais diferentes setores da sociedade poderemos atingir essa grande meta que é a conquista do venerado Desenvolvimento Sustentável. Uma das conclusões mais significativas divulgadas para o mundo pela Agenda 21, vejam os companheiros e as companheiras, foi a seguinte: "uma política ambiental centrada principalmente na conservação e proteção de recursos, sem considerar o meio de vida daqueles que dependem destes recursos, provavelmente nunca terá sucesso."

Em outras palavras, a partir da Agenda 21, a variável social passou a se integrar com mais lógica nas discussões relativas à conservação da natureza.

A partir da Agenda 21, os 170 países signatários se comprometeram a elaborar estratégias de desenvolvimento sustentável. Até 1996, 117 nações haviam formado comissões nacionais para desenvolverem essas estratégias – a maioria composta por uma

gama variada de representantes de indústrias e organizações não-governamentais (ONGs), como também autoridades governamentais.

O Brasil não estava nesse grupo, pois criou a sua comissão somente em 1997, ano em que começou o processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira.

Aqui, nos debates que esta Frente Parlamentar Mista certamente propiciará, nos desdobramentos de nossos trabalhos, que esperamos que se espalhem por todo os recantos deste vasto País, vamos mensurar como anda o processo de implementação da Agenda 21 Brasileira que vem sendo conduzido pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), criada em fevereiro de 1997 pela Presidência da República e vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Seguindo as diretrizes da versão global do documento, a Agenda 21 Brasileira tem por objetivo definir estratégias de desenvolvimento sustentável para o país, a partir de um processo de articulação e parceria entre o governo e a sociedade. A metodologia de trabalho da Agenda 21 Brasileira teve como base a escolha de seis temas centrais, sendo eles: Gestão dos recursos naturais; Agricultura sustentável; Cidades sustentáveis; Infra-estrutura e integração regional; Redução das desigualdades sociais; e Ciência e Tecnologia.

Confesso que chego a esta Frente Parlamentar querendo saber mais, querendo contribuir muito e pretendendo me esforçar para que possamos, em nossas discussões e em nossos encaminhamentos abarcar toda a complexidade deste País, dos seus Estados, municípios e regiões dentro do princípio da sustentabilidade.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, anteontem, dia dois de junho, a Ministra Marina Silva, em solenidade ocorrida no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), abriu a Semana Nacional do Meio Ambiente. Essa comemoração tem como principal objetivo conscientizar a população para a importância de se preservar a natureza e se buscarem meios de tornar sustentável o desenvolvimento econômico.

De fato, desde a Revolução Industrial, no final do século XVIII, e até os meados do XX, desenvolvimento e criação de riqueza vinham sendo associados à apropriação sem freios dos recursos naturais pelo ser humano. Pensava-se que a natureza era, ao mesmo tempo, um manancial inesgotável de insumos

para uso humano e uma lixeira de capacidade infinita. O otimismo desenvolvimentista, de fato, não via limites para o domínio do mundo natural pelo homem.

Essa visão tornou-se impossível hoje. Por um lado, a degradação ambiental pela poluição causou danos à saúde das pessoas, como em Minamata, no Japão, onde o envenenamento por chumbo matou centenas de pessoas e incapacitou outras tantas para o trabalho.

Criou-se, assim, uma consciência generalizada da perda da qualidade de vida gerada por esses dois séculos de desenvolvimento sem responsabilidade ambiental, ignorando o problema da depleção dos recursos não-renováveis. O desprezo pelo problema pode ser, nos dias de hoje, uma desvantagem para os negócios. Essa consciência reflete-se também nas plataformas políticas de partidos e candidatos, porque essa tendência das pessoas afeta suas escolhas quando comparecem às cabinas eleitorais.

No Brasil, país de desenvolvimento tardio, temos problemas nas áreas mais desenvolvidas com o ambiente mais alterado, e outros problemas nas áreas de fronteira agrícola, onde a ocupação humana se defronta com natureza intocada, coisa que praticamente inexiste na maioria das nações ricas. Quanto ao aspecto social, há milhares de pobres e miseráveis a ocupar desordenadamente áreas de encostas e baixadas na periferia das grandes cidades, o que é outro fator de tensões ambientais.

Por isso, é grande a responsabilidade dos órgãos oficiais de proteção à natureza, subordinados ao Ministério do Meio Ambiente, como o Ibama. Nesta sessão em comemoração ao Dia do Meio Ambiente, desejo, como representante de um Estado da Amazônia, destacar alguns dos programas do Ibama para minha região, foco da atenção internacional no que diz respeito às questões ambientais. A Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) do Ibama, por exemplo, é responsável pela criação da Agenda Positiva da Amazônia.

Pela Agenda Positiva foram pactuados, com a sociedade, conjuntos de compromissos que representam alternativas concretas à imposição, pela economia de concorrência capitalista, de modelos predatórios de desenvolvimento. Para o delineamento desses compromissos, foram mobilizados os parlamentos estaduais, as agências do Poder Executivo nos três níveis de governo, os movimentos sociais organizados, as representações de comunidades tradicionais, entidades privadas, organizações não-governamentais, técnicos e cientistas da região, em uma forma marcada pelo caráter democrático. Cada Estado

desenvolveu, já em 2000, sua Agenda Positiva Estadual, e elas serviram de base para a consolidação da Agenda Positiva da Amazônia.

A Agenda Positiva da Amazônia contempla aspectos como os zoneamentos ecológico-econômicos, a implantação de infra-estrutura de transporte e energia, alternativas sustentáveis para a geração de emprego e renda, licenciamento ambiental, instrumentos econômicos, política fundiária, áreas protegidas e áreas indígenas, monitoramento e controle ambiental, ciência e tecnologia, entre outros.

Entre as propostas para a geração de emprego e renda, gostaria de destacar o Projeto BRA 99/025, de agroextrativismo, para promover o fortalecimento econômico e social dos extrativistas, atuando para que sejam reconhecidos pela sociedade os serviços ambientais que eles prestam.

Outra iniciativa da SCA é o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que viabiliza os compromissos assumidos pelo Governo brasileiro, com o Banco Mundial (Bird) e com o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) para preservar 10% das florestas naturais da Amazônia.

Eu poderia citar aqui muitos outros programas da SCA, como o que visa à recuperação de áreas alteradas e o que tem por objetivo o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia. Contudo, eu não gostaria de encerrar este pronunciamento sem mencionar um trabalho conjunto do Ibama, da Fundação Biodiversitas para a Conservação da Diversidade Biológica, da Sociedade Brasileira de Zoologia e da Conservation International. Trata-se da Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, resultado de trabalho científico realizado ao longo de mais de um ano por centenas de especialistas.

Essa lista visa a orientar os programas de recuperação, as propostas de implantação de unidades de conservação e as medidas mitigadoras de impactos ambientais, além dos programas de pesquisa, e constitui referência para a aplicação da Lei de Crimes Ambientais. As espécies listadas são classificadas em três grupos, segundo o grau de risco de extinção: “criticamente em perigo”, as mais ameaçadas; “em perigo”, as de risco considerado médio; e “vulneráveis”, as de risco menor. Note-se que esse risco menor ainda significa que a espécie tem sofrido séria redução do número de indivíduos ou na extensão de seu **habitat**.

O destaque, nessa lista, fica com as aves e insetos, cada uma dessas categorias apresentando vári-

as dezenas de espécies consideradas sob ameaça de extinção. De fato, pássaros, insetos e aracnídeos são os principais alvos do contrabando de animais, modalidade de crime organizado que é considerada hoje a terceira mais lucrativa, perdendo somente para o tráfico de drogas e o de armas.

Sr. Presidente, nesta sessão em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, gostaria de sublinhar meu apoio entusiasmado ao trabalho dos servidores do Ibama e de outros órgãos do MMA, que travam um combate incansável pela preservação de nossa riqueza natural, apesar dos poucos recursos de que dispõem e da força de seus adversários, que continuam a ver na natureza uma simples fonte de lucro fácil, sem se importar com a possibilidade de as gerações futuras herdarem um mundo mais descolorido e sem graça.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já está distante a época em que os danos ao ambiente natural era preocupação restrita a um pequeno número de pessoas, apontadas como alarmistas – se não como visionárias, lunáticas – pelo senso comum. Hoje, todos temos bem clara a gravidade dessa questão. Trata-se, de fato e de maneira bem concreta, de efetiva ameaça à própria sobrevivência da espécie.

A poluição do ar e da água, o esgotamento das fontes de energia, a degradação dos solos, a drástica redução da área dos ecossistemas, a extinção de espécies animais e vegetais com a conseqüente perda da biodiversidade, do patrimônio genético, tudo concorre para configurar uma situação em que a própria vida humana pode tornar-se inviável na superfície deste outrora maravilhoso e abençoado planeta.

Em face de uma ameaça dessa dimensão, é preciso não apenas expandir a conscientização acerca da necessidade de preservar, de proteger os recursos naturais. É imprescindível uma união geral de esforços para assegurar a imediata implementação de todas as providências aptas a resguardar o tesouro que a nós foi confiado pela Inteligência Universal.

Constituindo a preservação ambiental uma das esferas prioritárias de minha ação na vida pública, não poderia deixar de me pronunciar na ocasião do transcurso, neste 05 de junho, de mais um Dia Internacional do Meio Ambiente.

Sempre tive a convicção de que o objetivo central de toda a ação governamental – qual seja, a promoção da qualidade de vida do conjunto da população, especialmente de sua parcela mais desfavorecida – pode perfeitamente e deve necessariamente ser conciliado com a preservação do meio ambiente. Por isso, no exercício de todos os cargos que ocupei ao longo destes muitos anos de dedicação ao interesse coletivo, cuidei permanentemente de associar as iniciativas de promoção social com políticas eficazes de proteção à natureza.

Quando Prefeito de Belo Horizonte, foram criados vários programas municipais de caráter ambiental. Guardo o orgulho de, depois, no Governo de Minas Gerais, ter criado a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Nesta época, o Governo Estadual adquiriu o primeiro helicóptero destinado à fiscalização semipermanente das atividades florestais. Foi expandido, também, o Sistema de Geoprocessamento do Instituto Estadual de Florestas, conhecido como GeoMinas, numa região onde a exploração econômica do carvão vegetal é uma grande e permanente ameaça.

Um importante avanço na cultura política relativa à questão ambiental é a compreensão de que medidas de caráter repressivo ou punitivo não são, necessariamente, as mais eficazes. Caminhamos, hoje, para a superação da fase do “não pode ser feito” em direção a políticas que devem definir “como pode ser feito”. Mais eficaz do que punir atitudes nocivas é, muitas vezes, premiar atitudes construtivas.

Nessa perspectiva, implantamos em Minas Gerais a lei conhecida como “Lei Robin Hood”, que, aprovada e sancionada, instituiu o chamado “ICMS ecológico”. Por meio desse diploma legal, foram criados três novos critérios para definir a repartição do ICMS entre o Governo Estadual e os Municípios mineiros. De acordo com eles, terão reforçada sua quota de participação no ICMS aqueles Municípios que investirem na preservação de áreas verdes, na destinação final do lixo e do esgoto e no tratamento de água.

Afinal, vale lembrar que o investimento em tratamento de água tem significativa repercussão na preservação de mananciais, pois, quando não conta com abastecimento de água tratada, a população é obrigada a recorrer à água dos mananciais, acabando por deteriorá-los. Já no que se refere à questão da destinação final do lixo, gostaria de alertar os Srs. Senadores para o fato de que alguns projetos de lei definindo a política nacional de resíduos sólidos tramitam há bastante tempo nas duas Casas do Congresso Naci-

onal sem que tenham, até hoje, sido objeto de deliberação em caráter definitivo.

Não preciso mencionar a gravidade dessa questão da destinação dos resíduos sólidos. Estamos rapidamente chegando a uma situação em que simplesmente não se saberá mais o que fazer com tanto lixo, pois sua produção cresce em ritmo acelerado. Para agravar o problema, a grande maioria das cidades não conta com aterros sanitários, lançando os resíduos sólidos produzidos por sua população nos famigerados lixões. Precisamos, portanto, incentivar, por todos os meios, a “política dos 3 Rs” – reciclar, reutilizar, reduzir.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, naquela perspectiva da associação entre políticas de promoção social e resguardo do ambiente natural, tivemos a implantação de mais de cem pequenos reservatórios no árido Vale do Jequitinhonha, realizada com obediência aos mais rigorosos critérios ambientais. O propósito, ao definir aquela obra, foi exatamente conciliar a preservação das águas com uma ação que aliviasse, de alguma maneira, o grande sofrimento daquela população.

A solução dos problemas relativos ao saneamento da Bacia do Rio São Francisco a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte, merece atenção especial, haja vista que essa região contribui de maneira expressiva para a poluição da Bacia. Para isso, foi muito importante o PROSAM – Programa de Saneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que entretanto precisa ser continuado. É com satisfação que registro a recente inauguração, no âmbito desse programa, da primeira fase da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Ribeirão Arrudas.

A proteção ao meio ambiente depende, no mais das vezes, de vontade política. A introdução de mudanças tecnológicas é, quase sempre, capaz de produzir efeitos muito positivos. A CEMIG, Centrais Elétricas de Minas Gerais, no esforço de mudança da tecnologia de geração de energia elétrica, adotou o sistema de bulbo, que propicia menor alagamento e, em decorrência, menor impacto ambiental. Esta medida substituiu a construção de grandes barragens, que acarretam a formação de vastos lagos, com devastadores efeitos ambientais.

Não poderia, no exercício de mandato legislativo, assumir postura diferenciada. Chegando a esta Casa, apoiei a discussão acerca do “seqüestro de carbono”, incentivando o reflorestamento sustentável voltado à produção de carvão vegetal em Minas, Estado que apresenta elevado consumo desse tipo

de combustível, em função de sua consolidada vocação para a siderurgia.

Como afirmei anteriormente, a exploração econômica do carvão vegetal representa uma grave e permanente ameaça às florestas remanescentes de Minas e do Brasil é muito importante a utilização de novas tecnologias com o Sistema de Geoprocessamento.

No cumprimento da função fiscalizadora inerente ao mandato parlamentar, reitero a preocupação com a decisão do Governo Federal de contingenciar as verbas destinadas aos Municípios da Bacia do Rio São Francisco. É indispensável investir em saneamento, para evitar que o despejo de efluentes não tratados comprometa a qualidade das águas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a preservação do meio ambiente é essencial para o bem estar das comunidades. Mais do que isso, porém, representa condição indispensável para a própria sobrevivência da espécie.

Deixamos, portanto, neste Dia Internacional do Meio Ambiente, nosso apelo a todas as autoridades dos níveis federal, estadual e municipal, bem como a toda a sociedade brasileira, no sentido de que se promova uma ampla união de esforços para a salvação de nosso precioso planeta.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esta Presidência não poderia deixar de, ressaltando a importância desta sessão, associar-se às manifestações feitas nesta Casa em comemoração ao transcurso do Dia Internacional do Meio Ambiente.

Agradeço a presença das autoridades que acompanharam de perto esta homenagem, representando a Ministra Marina Silva.

Deixo registrados também nos Anais do Senado Federal os nomes dos Senadores que, infelizmente, por falta de tempo, não usaram da palavra: Senador Leonel Pavan; Senador Eduardo Suplicy; Senador João Capiberibe; Senadora Serys Slhessarenko, que hoje esteve presente em um evento importante, num café da manhã, na Câmara dos Deputados, que espero tenha uma boa repercussão; Senadora Fátima Cleide; Senador Aloizio Mercadante; Senador Magno Malta; Senador Eduardo Azeredo; Senador Valdir Rapupp; Senador Papaléo Paes e Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa o Expediente, que passo a ler.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 117, DE 2003

(Nº 200/03, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Os méritos do Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de maio de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 123/DP/ARC – MRE/APES

Brasília, 2 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 42, § 1º do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **currículo-vitae** do Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae**Ministro de Primeira Classe****Luiz Augusto Saint-Brisson de Araujo Castro**

Nascido em Nova York/EUA (brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946), 20 de agosto de 1946. Filho de João Augusto de Araújo Castro e Myriam Saint-Brisson de Araújo Castro.

CPF: 03068374715

CI: 2523

Certificado de Francês Literário, Língua Francesa, Universidade de Sorbonne, Paris. Diploma Superior de Estudos Práticos, Aliança Francesa, Rio de Janeiro. CPCD, IRBr. Curso de Prática

Diplomática e Consular. IRBr. CAE, IRBr. Membro da Banca Examinadora do Vestibular ao CPCD do IRBr (Questões Internacionais Contemporâneas), 1988 e 1989.

Terceiro Secretário, 25 de outubro de 1968.

Segundo Secretário, Antigüidade, 29 de novembro de 1971.

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de setembro de 1976.

Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1979.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1982.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 15 de dezembro de 1988.

Divisão das Nações Unidas, 1968/70.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Organismos Internacionais, 1971.

Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1978/79.

Coordenador de Planejamento Político da Secretaria Geral das Relações Exteriores, 1979/83.

Chefe do Departamento de Organismo Internacionais, 1987/90.

Subsecretário-Geral, Substituto, de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, 1989/90.

Diretor-Geral do Departamento de Organismos Internacionais, 2000/2001.

Subsecretário-Geral Adjunto, 2001.

Genebra, Delegação Permanente, Terceiro Secretário, 1971.

Genebra, Delegação Permanente, Segundo Secretário, 1971/73.

Los Angeles, Cônsul-Adjunto, 1973/76.

Nova York, ONU, Segundo Secretário, 1976.

Nova York, ONU, Primeiro Secretário, 1976/78.

Washington, OEA, Ministro, 1984/85.

Washington, Ministro, 1985/87.

Nova York, ONU, Embaixador, Representante Permanente Adjunto, 1990/93.

Washington, 1994/1996

Montevidéu, Embaixador, 1996/2000.

Representante do MRE no Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais. 1968/69.

XXIV, XXV, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXVII, XXXVIII e XLII e XLIII, XLIV, e

XLV Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York. 1969/90 (membro).

Reunião de Montevidéu sobre o Direito do Mar, 1970 (membro).

Reunião de Estados Latino-Americanos sobre o Direito do Mar, Lima, 1970 (membro).

Comitê dos Fundos Marinhos e Oceânicos das Nações Unidas, Genebra e Nova York, 1971/73 (membro).

Conferência do Comitê do Desarmamento, Genebra, 1972/73 (membro).

Subcomitê de Poluição Marinha da IMCO, Londres, 1973 (membro).

Comitê Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, Paris, 1973 (membro).

II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI Sessões da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Caracas, Nova York, Genebra e Montego Bay, 1974/82 (membro).

Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos, Vancouver, 1976 (membro).

Subcomitê Jurídico das Nações Unidas sobre a Utilização Pacífica do Espaço Exterior, Genebra, 1978 (representante).

Comitê das Nações Unidas sobre a Utilização Pacífica do Espaço Exterior, Nova York, 1978 (membro).

I e III Sessões Especiais da Assembléia Geral das Nações Unidas Dedicadas ao Desarmamento, Nova York, 1978 e 1988 (membro).

I Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau, Bissau. 1979 (membro).

I e III Reuniões da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde, Mindelo e Praia, 1979 e 1982 (membro).

Reuniões de Planejamento Político Brasil-Repubblica Federal da Alemanha, Bonn, 1979 e 1983 (membro).

X, XII, XVII e XVIII, XIX e XX Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, Washington, 1980, 1982, 1987 e 1989, São Salvador, 1988, e Assunção, 1990 (membro).

Reunião de Planejamento Político Brasil-Estados Unidos da América, Washington, 1981, e Salvador, 1982 (membro).

VII Conferência de Chefes de Estado ou de Governo dos Países Não-Alinhados, Nova Delhi, 1983 (membro).

Reuniões Ministeriais e Técnicas do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Cartagena, Brasília, Buenos Aires e Nova York, 1988 (membro).

Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores à China, 1988 (membro).

Conferência Ministerial dos Países Não-Alinhados sobre Desarmamento, Havana, 1988 (membro).

I Reunião de Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, Rio de Janeiro, 1988 (membro).

II Reunião Presidencial do Mecanismo Permanente de Consulta e Concentração Política, Punta del Este, 1988 (membro).

Conferência sobre a Proibição de Armas Químicas, Paris, 1989 (membro).

Comitiva do Presidente da República, visita oficial a Angola, 1989 (membro).

Conferência Geral do Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), México, 1989 (representante).

I Reunião de Presidentes dos Países do Tratado de Cooperação Amazônica, Manaus, 1989 (membro).

Reuniões de consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA sobre a Situação no Panamá, Washington, 1989 (membro).

III Reunião Presidencial do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Ica, 1989 (membro).

Comitiva do Presidente da República, visita oficial ao Equador, 1989 (membro).

Reunião de Presidentes Americanos, São José, 1989 (membro).

Conferência Ministerial sobre Drogas, Londres, 1990 (membro).

Autor de "O Brasil e o Novo Direito do Mar: Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva", Fundação Alexandre de Gusmão.

Brasília, 1989.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.

Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil.

Prêmio Lafayette Carvalho e Silva, Brasil.

Prêmio Barão do Rio-Branco, Medalha de Ouro, Brasil.

Ordem do Mérito, Grã-Cruz, Equador.

Ordem de Bernardo O' Higgins, Comendador, Chile.

Ordem Nacional, Oficial, Cote d' Ivoire.

Ordem Nacional, Oficial, República da Guiné.

Eduardo Prisco Paraiso Ramos, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

BELIZE

DADOS BÁSICOS:

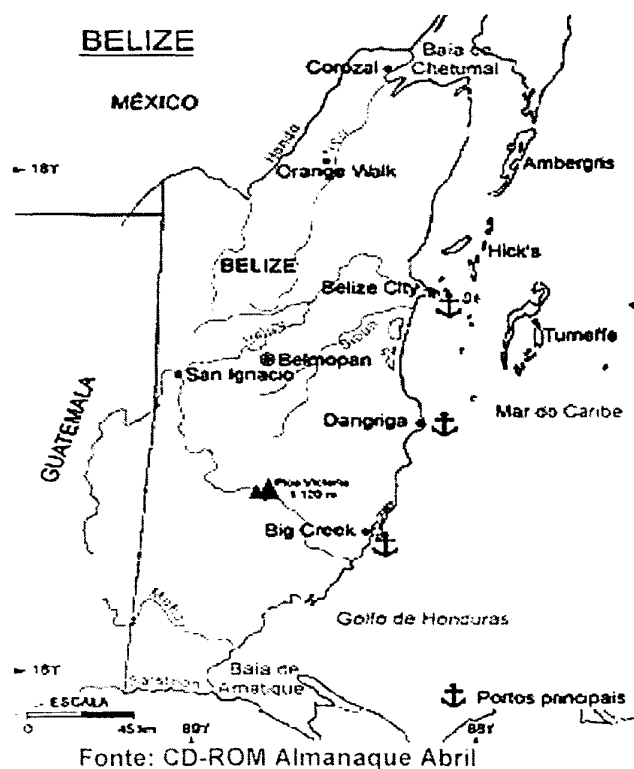
NOME OFICIAL	Belize
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Monarquia Parlamentarista
ÁREA	22.963 Km ²
POPULAÇÃO (2002)	256.062 habitantes
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	Mestiços (48,7 %), Ameríndios (16,7%), Brancos (24,9 %), outros (9,7%)
DATA NACIONAL	21 de setembro (independência)
PIB (2001)	US\$ 830 milhões
PIB/capita	US\$ 3.250
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Said Musa

**MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES**

Assad Shoman

MAIORES CIDADES

Belmopan, Belize City

MAPA GEOGRÁFICO**GEOGRAFIA E POPULAÇÃO:**

Situado no nordeste da América Central, Belize faz fronteira ao norte e a noroeste com o México, a leste com o mar do Caribe e ao sul e a oeste com a Guatemala. Belize, até 1973 conhecido como Honduras Britânica, é membro da *Commonwealth*. A metade norte é composta de terras baixas e pantanosas. A metade sul é montanhosa. Os rios principais são o Belize e o Hondo. O clima é subtropical, moderado por brisas marinhas. A temperatura média anual é de 26,1 °C. A precipitação total é de 1.800 mm anuais. A estação das chuvas vai de maio a fevereiro. A maior

parte da população tem ascendência africana. Outros grupos são nativos americanos, pessoas de ascendência européia e descendentes da miscigenação de nativos com europeus.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SAID WILBERT MUSA – PRIMEIRO-MINISTRO

- Nasceu em 1944. Casado. Formado em Direito pela Manchester University (Reino Unido). Participou ativamente na luta pela independência.
- Senador de 1974 a 1979.
- Advogado Geral, Ministro da Educação e Esportes (1979-84).
- Ministro das Relações Exteriores, conseguiu a admissão de Belize na ONU.
- Em 1998, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Foi reeleito

em 05.03.2003.

ASSAD SHOMAN – MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- Nomeado, em 04.01.02, para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Belize. Com a reeleição de Said Musa foi confirmado no cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.
- Detentor de mestrado em relações internacionais pela Universidade de Sussex, exerceu o cargo de Alto Comissário de Belize em Londres, de 1998 a 2001, sendo acreditado cumulativamente como Embaixador na Alemanha, União Européia, França, Bélgica, Países Baixos, Espanha e Itália.
- Em 1993, chefiou, igualmente, a Embaixada belizenha em Washington.

SISTEMA POLÍTICO

PODER EXECUTIVO: o chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador Geral Colville Young. O Gabinete é nomeado pelo Governador Geral, seguindo orientação do Primeiro-Ministro. O Monarca nomeia o Governador Geral que,

por sua vez, indica o Primeiro-Ministro. O chefe de Governo, desde 27 de agosto de 1998 e reeleito em 2003, é o Primeiro-Ministro Said Musa.

PODER LEGISLATIVO: Congresso bicameral, composto pela Assembléia Nacional, com 29 membros eleitos por voto direto para mandato de 5 anos, e Senado, com 8 membros nomeados para mandato de 5 anos. Dos 8 Senadores, 5 são nomeados pelo Primeiro-Ministro, 1 pelo líder da oposição e 2 pelo Conselho de Consulta. A próxima eleição para a Assembléia Nacional será realizada em agosto de 2003.

PODER JUDICIÁRIO: Sistema judicial similar ao do Reino Unido. A corte final de apelação é o Comitê Judicial do Conselho Privado, no Reino Unido.

POLÍTICA INTERNA

A vitória do *United Democratic Party* (UDP), em 1984, pôs fim a mais de vinte anos de domínio político do *People's United Party* (PUP), liderado por George Pierce.

Atualmente, o Governo de Belize é controlado pelo PUP, que conseguiu 26 das 29 cadeiras na Câmara de Representantes nas eleições de março de 2003. O United Democratic Party (UDP) ocupou as cadeiras restantes. A UDP e o PUP tem se alternado de poder ao longo dos últimos vinte anos: a UDP governou Belize de 1984-89 e de 1993-98, enquanto o PUP governou até 1984, e depois nos períodos de 1989-93

George Pierce, que presidia o PUP desde 1954, foi substituído em convenção partidária por Said Musa, em 1996. Nas eleições gerais de agosto de 1998, o PUP logrou esmagadora vitória, tendo Musa assumido então o cargo de Primeiro-Ministro.

O Governo de Said Musa enfrenta dificuldades para levar adiante programa de estabilidade econômica, agravado pelo aumento do déficit da balança comercial, decorrente, principalmente, da queda dos preços internacionais dos produtos de exportação (açúcar e banana respondem por mais da metade da pauta de exportações do país). Dois novos setores econômicos, turismo e construção, se desenvolvem rapidamente e poderão, no futuro, melhorar o quadro econômico de Belize.

Outro problema enfrentado pelo Governo é o tráfico de drogas. A localização e a topografia de Belize contribuíram para tornar o país rota da cocaína colombiana que segue para os Estados Unidos e, em menor escala, para a Europa. O Governo dos EUA tem reconhecido os esforços de Said Musa no combate ao narcotráfico, avaliação incomum para um país da América Central.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa belizenha possui duas grandes vertentes: a vertente anglófona e a vertente caribenha. Como país membro da *Commonwealth*, e tendo como Chefe de

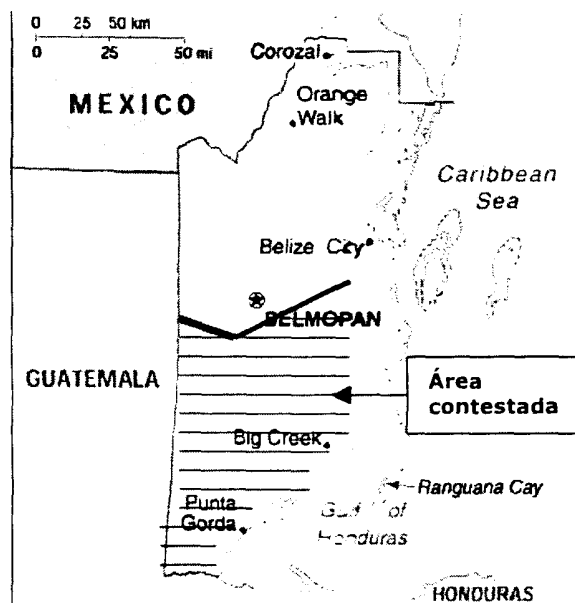
Estado a Rainha Elizabeth II, Belize desenvolve intenso relacionamento com o Caribe anglófono, guardando maior semelhança com essa região em termos políticos, apesar da crescente população de língua hispânica em seu território. Belize é membro do CARICOM, fórum privilegiado para o exercício da vertente caribenha de sua política externa.

As relações com os EUA também tem grande importância para Belize, ainda que em menor grau que para seus vizinhos. Cerca de 70.000 (de uma população total de 250.000) belizenhos vivem naquele país, que é também a principal fonte de investimentos e maior parceiro comercial. Para os EUA, Belize é um país estável em uma região conturbada, e as relações começam a sofrer com o avanço do *narcotráfico* na agenda bilateral. Os EUA são, ainda importantes doadores de assistência a Belize.

Recentemente, Belize tem empreendido esforços para estreitar laços com os países centro-americanos e com o México, reflexo também das perspectivas apresentadas pelo Plano Puebla-Panamá (projeto mexicano de interligação infra-estrutural da América Central e sul do México, de clara inspiração na *Iniciativa brasileira de integração da América do Sul*).

Para Belize, no entanto, a solução do litígio fronteiriço com a Guatemala constitui a questão prioritária de sua política externa.

CONTENCIOSO GUATEMALA-BELIZE



Em 1859, a Guatemala e a Grã-Bretanha assinaram o Tratado Aycinena-Wyke, que definiu as fronteiras que Belize defende hoje. O Tratado foi denunciado em 1884, por alegação guatemalteca de incumprimento de uma cláusula compensatória. Em 1945, a nova Constituição da Guatemala incorporou Belize ao território guatemalteco.

Em 1991, ao reconhecer a independência de Belize, a Guatemala manifestou expressamente o não reconhecimento das fronteiras definidas com a Grã-Bretanha. Em 1992, a Guatemala adotou o "Ato sobre as Áreas Marítimas", que respeita os limites do mar territorial, os rios e a zona econômica exclusiva de Belize,

definindo um mar territorial de 20 milhas.

O Governo guatemalteco reivindica assim pouco mais da metade sul do território belizenho. Em março de 2000, delegações dos dois países reuniram-se com o Secretário-Geral da OEA para definir uma agenda de negociações. Em novembro do mesmo ano, foi assinado um *Confidence-Building Agreement*, tendo as negociações prosseguido ao longo de 2001. Apesar da manutenção dos contatos diplomáticos formais, diversos incidentes têm ocorrido na região fronteiriça, com incursões do Exército de Belize para expulsar colonos guatemaltecos.

O contencioso foi então submetido à arbitragem, com a nomeação dos conciliadores Paul Riechler e Sir Shridrath Ramphal, cuja proposta foi apresentada na Assembléia da OEA em 17.09.02, que previa a manutenção das fronteiras atuais, implicando derrota da Guatemala no pleito, atenuada apenas por garantias de acesso ampliado ao Golfo de Honduras e extensão de seu mar territorial/Zona Econômica Exclusiva. Belize demonstrou satisfação com a proposta, enquanto a Guatemala não descarta, nas palavras do Presidente Portillo, "*que nos tengamos que ir a una corte internacional*". A imprensa e outros setores guatemaltecos reagiram fortemente contra a proposta, a qual, se aceita por ambos os governos, deverá ser submetida a referendo popular nos dois países (medida que poderá inviabilizar o acordo, dada a possível reação contrária da sociedade guatemalteca). O Governo brasileiro divulgou, em 30.09.2002, "Nota à Imprensa" pela qual "tendo em vista a tradição diplomática e seus laços de amizade com Belize e com a Guatemala, apóia o proceso de conciliação para a solução do diferendo fronteiriço", sem, contudo, opinar sobre o mérito da proposta apresentada pelos conciliadores

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações do Brasil com Belize têm sido marcadas pela cordialidade e, mais recentemente, têm se pautado pelo reconhecimento mútuo do potencial para seu estreitamento. Tomados em conjunto, os países caribenhos representam um mercado bastante atraente, relativamente aberto e receptivo a produtos brasileiros. Tais considerações vêm conduzindo a uma análise pelo Itamaraty dos meios para adensar as relações do Brasil com os países da região, buscando estabelecer uma pauta que adote um enfoque integrado para as atividades brasileiras na América Central e no Caribe. Dentro dessa orientação, o Brasil aderiu à Associação dos Estados Caribenhos (AEC), na qualidade de observador, e tem procurado intensificar o fluxo de visitas recíprocas. Belize tem interesse em eventualmente atrair a Braspetro para realizar pesquisas "off-shore" no mar territorial belizense, com vistas a possíveis trabalhos futuros de prospecção.

O então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, manteve encontro, à margem da Cúpula de São José, em abril de 2000, com o Primeiro Ministro Said Musa. Na ocasião, o Chefe de Governo belizenho manifestou que seu país, tradicionalmente voltado para o Caribe, busca aproximar-se da América Central e que, por constituir o único país anglófono do Istmo, Belize poderá representar uma ponte entre as duas sub-regiões. Aduziu que seu país apoia com decisão eventual aproximação entre o Mercosul e os países centro-americanos.

COOPERAÇÃO COM O IRBr: O diplomata belizenho Gaspar Rodrigo Ken cursou o PROFA-I no IRBr no período 2001-2002.

REPRESENTAÇÕES: Belize não possui Embaixada residente no Brasil, contando com um Embaixador residente em Genebra, Senhor Nunzio Alfredo D'Angieri, de nacionalidade italiana. D'Angieri apresentou Cartas Credenciais em 23 de maio de

2001. O Brasil não possui Embaixada residente em Belmopán. A Embaixada na Cidade do México exerce, cumulativamente, a representação em Belize.

ECONOMIA

A modesta economia belizenha baseia-se nos setores de agricultura, construção e, principalmente, de turismo. A principal cultura é o açúcar, responsável por metade das exportações do país, seguido pela banana. A temporada de furacões de 2001 atingiu severamente a economia agrícola do país, que encontra-se em recuperação.

O comércio brasileiro com Belize é muito modesto; o Brasil exporta principalmente produtos alimentícios e de baixo valor agregado. Da mesma forma, a pauta de importações brasileiras de Belize concentra-se em produtos alimentícios, como pescados.

BALANÇA COMERCIAL – (US\$):

BRASIL ⇒ BELIZE	2000	2001	2002
Exportações	1.985.746	3.138.300	3.285.607
Importações	264.581	162.753	527.104
Superávit brasileiro	1.721.165	2.976.547	2.758.503

Fonte:

MDIC/SECEX

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

[DCS, 24.04.03]

MENSAGEM Nº 118, DE 2003

(Nº 219/03, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.

Os méritos do Embaixador Affonso Emílio de Alencastro Massot, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de maio de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 161/DP/ARC/G – MRE/APES

Brasília, 23 de maio de 1003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **curriculum-vitae** do Embaixador Affonso Emílio de Alencastro Massot, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT**

Rio de Janeiro/RJ, 9 de outubro de 1944. Filho de João Batista de Alencastro Massot e Estesia Pessanha Massot.

CPF : 380374167-04

ID : 1818/MRE

Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. Curso sobre Comunidades Européias do Instituto Internacional de Administração Pública, Paris e Bruxelas. I Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, Brasília. Professor de Orientação Profissional, CPCD (Curso de Preparação à Carreira de Diplomata), IRBr, 1980/81. VI CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 3 de março de 1967.

Segundo Secretário, antigüidade, 21 de março de 1970.

Primeiro Secretário, merecimento, 4 de março de 1976.

Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1979.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, junho de 1985.

Ministro de Primeira Classe (Embaixador), merecimento, dezembro de 1995.

Assistente do Chefe de Divisão de Cooperação Intelectual, 1967.

Assistente do Chefe de Divisão de Transportes, 1968/69.

Assistente do Chefe de Divisão de Cooperação Intelectual, 1967.

Assessor do Chefe do Departamento de África, Ásia e Oceania, 1979/81.

Introdutor Diplomático, 1985.

Chefe do Departamento Consular e Jurídico, 1993/95.

Diretor-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, 1996.

Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, 1997.

Membro do Conselho de Política Externa, 1997/98.

Roma, Terceiro Secretário, 1970.

Roma, Segundo Secretário, 1970/73.

Roma, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1972/73.

Bogotá, Segundo Secretário, 1973/76.

Bogotá, Chefe do Setor Econômico e de Promoção Comercial, 1975/76.

Bogotá, Primeiro Secretário, 1976.

Nairóbi, Primeiro Secretário, 1977/79.

Nairóbi, Chefe do Setor Econômico e de Promoção Comercial, 1977/79

Dar-es-Salaam, Encarregados de Negócios, 1980

Nova York, ONU, Conselheiro, 1981/83.

Nova York, ONU, Encarregado de Negócios, 1982.

Nova York, ONU, Representação Especial para Direitos Humanos, Encarregado de Negócios,

1984/85.

Lisboa, Ministro-Conselheiro, 1986/87/88/89/90.

Lisboa, Cônsul-Geral, 1990/93.

Haia, Embaixador, 1999/2003.

IV Assembléia Plenária do Comitê Consultivo Internacional de Telegrafia e Telefonia (CCITT), Mar del Plata, 1968 (assessor)

À disposição do Cerimonial no preparo das solenidades de posse do Presidente da República, 1969.

Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), 1968/69 (representante).

Conferência de Plenipotenciários para elaboração dos Acordos Definitivos do Intelsat, Washington, 1969 (Assessor).

À disposição do Gabinete do Ministro da Indústria e Comércio, 1969.

"Brasil Export 7 3", 1973 (participante).

I Reunião do Comitê Executivo da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil, Bogotá, 1974 (Delegado).

Reunião Intergovernamental sobre Banana da FAO, Bogotá, 1974 (Delegado).

VI Reunião dos Direitos Nacionais de Promoção das Exportações, Cáli, 1976 (Representante)

Reunião preparatória da Conferência da OIT sobre emprego, distribuição de renda, progresso social e divisão internacional de trabalho, Cartagena, 1976 (Assessor).

Negociações de convênio sobre Carvão Brasil-Colômbia, Bogotá, 1976 (membro).

V Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), Nairóbi, 1977 (delegado).

"Brasil Export", São Paulo, 1977 (membro do grupo de apoio).

Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação, Nairóbi, 1977 (delegado).

V Sessão do Conselho de Administração do Programa "O Homem e a Biosfera" (MAB). Viena, 1977 (delegado).

VI Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - UNEP, Nairóbi, 1978 (delegado)

Reunião Ministerial dos 77 encarregados de preparar a V UNCTAD, Arusha, 1979 (delegado).

Missão Especial às solenidades de Independência do Zimbábue, Salisbury, 1980 (membro).

Abertura da Embaixada em Dar-es-Salaam e preparo da visita oficial do Ministro de Estado das Relações Exteriores, 1980 (executor)

XXXVI Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1981 (membro).

VIII Encontro dos Estados-Partes de Convenção para Eliminação da Discriminação Racial, Nova York, 1982 (delegado).

XXXVIII Sessão da Comissão de Direitos Humanos, Genebra, 1982 (delegado).

I Sessão Regular do Conselho Econômico e Social da ONU, Nova York, 1982 (delegado alterno).

XXXVII Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1982 (membro).

VII Sessão Especial de Emergência da Assembléia Geral da ONU para a questão da Palestina, Nova York, 1982 (delegado).

XXXIX Sessão da Comissão dos Direitos Humanos, Genebra, 1983 (delegado).

VII Relatório do Brasil ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), Nova York, 1983 (encarregado).

I Sessão Regular do Conselho Econômico e Social da ONU, Nova York, 1983 (delegado alterno).

XXXVIII Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1983 (membro).

XL Sessão da Comissão de Direitos Humanos, Genebra, 1984 (delegado).
I Sessão Regular do Conselho Econômico e Social - ECOSOC, Nova York, 1984 (delegado altemo).
XXXIX Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1984 (membro).
Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores à XL Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1985 (membro).
Delegado do Brasil à posse do Presidente da República da Guatemala, 1986 (membro).
Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores à reunião de Chanceleres dos Grupos de Contadora e de apoio, Caracas, 1986 (membro).
Chefe da Delegação do Brasil às negociações e rubrica do Tratado de Extradicação com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Londres, 1994.
Chefe da Delegação do Brasil às negociações e rubrica do Tratado de Extradicação e dos Acordos de Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Penal com a França, Paris, 1994.
Chefe da Delegação à Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Portugal, Lisboa, 1994.
Chefe da Delegação para negociações e rubrica do Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais com a Argentina, Buenos Aires, 1995.
Chefe da Delegação à VII Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, Brasília, 1995.
Chefe da Delegação à reunião para constituição do Grupo Executivo para documentação de brasileiros no Paraguai, Assunção, 1995.
Chefe da Delegação à reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Bolívia. Santa Cruz de la Sierra, 1995.
Chefe da Delegação à reunião para negociações e rubrica do Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais com o Uruguai, Montevideu, 1996.

- 1) Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.
- 2) Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.
- 3) Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil.
- 4) Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil.
- 5) Ordem do Mérito das Forças Armadas, Grande Oficial, Brasil.
- 6) Medalha do Pacificador.
- 7) Medalha de Tamandaré.
- 8) Ordem do Libertador San Martin, Grã-Cruz, Argentina.
- 9) Ordem do Infante D. Henrique, Grã-Cruz, Portugal.
- 10) Ordem Militar de Cristo, Grande Oficial, Portugal.
- 11) Ordem de São Miguel e São Jorge, KCMG, Grã-Bretanha.
- 12) Ordem de Isabel a Católica, Encomienda de Numero, Espanha.
- 13) Ordem do Cedro, Grande Oficial, Líbano.
- 14) Legião de Honra, Comendador, França.
- 15) Ordem do Mérito, Itália.
- 16) Ordem de São Carlos, Colômbia.
- 17) Ordem Nacional do Mérito, Costa do Marfim.
- 18) Medalha da Independência, Zimbábue.


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

INFORMAÇÃO SOBRE A REPÚBLICA TCHECA

O Brasil tem mantido, desde a criação do Estado tchecoslovaco em 1918, relações diplomáticas ininterruptas com seus sucessivos governos. No contexto latino-americano, foi o primeiro País da região a reconhecer a independência da Tchecoslováquia, vindo a criar a primeira Legação Diplomática em Praga no ano de 1921, designando para chefia-la o Ministro Carlos Lemgruber Kropf, um ano após o governo de Masaryk ter instalado a Legação tcheca no Rio de Janeiro, chefiada pelo Ministro Jan Klecanda, que entregou cartas credenciais ao então Presidente Epitácio Pessoa, em 1920.

Não ocorreu solução de continuidade nas relações diplomáticas oficiais entre os dois países nem mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Governo tchecoslovaco, refugiado em Londres e representado pelo Presidente Eduard Benes, foi reconhecido oficialmente pelo Brasil. A instalação do regime comunista, com o golpe de Estado de Gottwald em 1948, tampouco descontinuou as relações bilaterais, que, no entanto, se viram reduzidas a troca de apoios de candidaturas nos organismos internacionais, com mínimo diálogo político entre os países.

A instauração do sistema comunista na República Socialista Tchecoslovaca e a sua dependência política em relação à União Soviética, particularmente acentuada depois de 1968, não contribuíram para suscitar por parte do Governo brasileiro um propósito de intensificar o diálogo político com Praga. Ainda assim, em agosto de 1960, a Legação brasileira foi transformada em Embaixada.

Com o fim do regime comunista na Tchecoslováquia, no final de 1989, a agenda bilateral começou a adensar-se, culminando com a visita oficial do então Presidente Fernando Collor de Mello a Praga, em outubro de 1990, ocasião em que se encontrou com o Presidente Havel. Antes disso, no mesmo ano de 1989, o então Chanceler Abreu Sodré, acompanhado de comitiva, visitou oficialmente o país, a convite dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior. Durante a visita do Presidente Collor, foi assinada Declaração na qual os dois Presidentes manifestaram o desejo de incrementar a cooperação bilateral em diversos setores, com ênfase na área econômico-comercial. Ambos formalizaram também Memorando de Entendimento segundo o qual o Governo brasileiro se comprometia a dar prioridade ao estudo da viabilidade técnica e econômica de se implantar sistema de veículos leves sobre trilhos na região me-

tropolitana de Belo Horizonte, o que, contudo, não se concretizou.

Em 1994, na condição de Presidente eleito, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Praga, tendo sido recebido pelo Presidente Havel e pelo Primeiro-Ministro Vaclav Klaus. Na oportunidade, foi feito convite ao Chefe de Estado tcheco para visitar oficialmente o Brasil, o que ocorreu em setembro de 1996. Ainda em 1994, o então Primeiro-Ministro Vaclav Klaus realizou viagem oficial ao Brasil, firmando, na ocasião, o novo Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, que substituiu o Acordo de 1988, celebrado com a então República Federativa Tcheca e Eslovaca.

Com o fim de impulsionar as relações políticas e comerciais bilaterais, um pouco arrefecidas pelas peculiaridades do momento econômico vivido pelos dois países, uma série de visitas oficiais foram realizadas a partir do fim de 1998.

No final de 1998, o então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, visitou a República Tcheca e manteve contato com seu homólogo tcheco, além de outras autoridades locais. Em dezembro de 1999, acompanhado de missão empresarial, o então Governador do Pará, Almir Gabriel, visitou a República Tcheca, com o objetivo de desenvolver parcerias comerciais na área de fabricação de porcelana, da indústria joalheira, do setor de armamentos para aparelhamento da Polícia Militar e do segmento de navegação fluvial, entre outros.

Também em 1999, o então Ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, encontrou-se, em visita a Praga, com representantes da Academia de Ciências e do Conselho de Governo para Pesquisa e Desenvolvimento, a fim de estabelecer cooperação na área científica e tecnológica entre os dois países.

No campo do turismo, merece registro a visita a Praga do Presidente da Paratur, Adenauer Goes, e do Presidente da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Ricardo Martins de Almeida, que vieram estabelecer contato com o objetivo de divulgar o Brasil como destino turístico e formar parcerias com empresas tchecas interessadas na área.

Do lado tcheco, uma das visitas mais importantes dos últimos dois anos foi a do Ministro da Agricultura, Jan Fenc, em novembro de 1999, quando firmou, em Brasília, com o Ministro Pratini de Moraes o Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários. Em março de 2002, esteve em Brasília, para visita de trabalho, o então Chanceler Jan Kavan.

Em dezembro de 2000, o Primeiro-Vice-Ministro da Indústria e Comércio, Václav Petránek – acompanhado de um grupo de empresários dos setores de energia, transporte, máquinas gráficas e cimento – visitou o Brasil, tendo-se reunido, em Recife, com autoridades e empresários brasileiros para estreitar o diálogo sobre as possibilidades de negócios no plano bilateral, de modo a ampliar as relações comerciais e de investimento entre os dois países. Ao final do encontro, foi assinada carta de intenções entre a Companhia de Cimento São Simão, com sede na Paraíba, e o consórcio tcheco INEKON/PSP, para implantação de uma fábrica de cimento na cidade paraibana de Alhandra, com capacidade de 2000 toneladas por dia, orçada preliminarmente em US\$110 milhões (modelo “chave-na-mão”).

Em 2001, a empresa tcheca INEKON, que é vinculada à corporação SKODA, encaminhou propostas aos Governos do Pará e Pernambuco, bem como à Sudene e às Federações das Indústrias do Pará e do Amazonas, para aproveitamento da tecnologia tcheca no setor de produção de energia a partir da utilização de biomassa. Igualmente relevantes foram os contatos mantidos pela holding tcheca CKD Motory com a empresa brasileira Kimex, com vistas à conclusão de contrato de representação comercial no setor de geração de energia e maquinaria e equipamentos para transportes.

Nos últimos anos, tem-se observado uma fértil cooperação na troca de apoio entre os dois países nos foros multilaterais, com intensidade maior do que no passado. Tal fato se deve, por um lado, ao processo de consolidação democrática da República Tcheca e à sua política de aproximação com o Ocidente. Ambos os países têm compromisso com os princípios que hoje norteiam as relações internacionais e, nesse sentido, têm amplo campo para cooperação e convergência em seus objetivos políticos e econômicos.

Recentemente, a Embaixada da República Tcheca em Brasília informou da intenção do Governo tcheco – em razão da adesão próxima à União Europeia e da conseqüente necessidade de manter compatíveis os acordos internacionais daquele país com o **acquis communautaire** europeu – de denunciar dois dos acordos bilaterais vigentes, quais sejam, o Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica (Brasília, 25 de abril de 1994) e o Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitosanitários (Brasília, 18 de novembro de 1999). O Diretor-Geral do Departamento da Europa comunicou à Consultoria Jurídica, pelo Memorandum

DEU/018/PAIN BRAS TCHE, de 20 de fevereiro de 2002, da intenção do lado tcheco.

Relações econômico-comerciais

Com a Revolução de Veludo, o Estado tcheco-slovaco iniciou processo de dissolução das **tradings** governamentais que monopolizavam o comércio exterior, provocando, nos cinco anos posteriores à mudança do regime, uma queda significativa no volume de trocas comerciais com o Brasil. A retomada começou a partir de 1996, quando o volume global de US\$77,2 milhões ultrapassou a média do comércio bilateral registrada nos cinco últimos anos de regime comunista. Em 2001, o volume total atingiu US\$92,5 milhões, o melhor resultado obtido desde a criação da República Tcheca. Em 2002, o total da corrente de comércio caiu para US\$90 milhões.

Com efeito, o Brasil ocupa o primeiro lugar entre os parceiros comerciais da República Tcheca na América Latina. No entanto, o volume de comércio tcheco com a América Latina é bem modesto e representa apenas 1% do volume comercial global. Deve-se também frisar que aproximadamente a metade dos produtos brasileiros que ingressam na República Tcheca são negociados nas bolsas européias de “commodities” (soja, café, cacau etc.) e não por comércio direto.

Nos últimos 10 anos, a estrutura de mercadoria importada e exportada sofreu ligeira modificação. A pauta tradicional de exportações brasileiras está constituída basicamente de matérias-primas como farelo de soja, couro, tabaco, café e minerais. Nos últimos anos, alguns produtos novos passaram a integrar a pauta de exportações brasileiras para a República Tcheca. Entre esses últimos produtos destacam-se calçados, frangos, cachaça, sucos e concentrados de frutas.

Por outro lado, o Brasil tem importado produtos industrializados como máquinas para têxteis, equipamentos, motores e turbinas para geração de energia, além de ferramentas. Entre os produtos primários, as importações brasileiras concentram-se no malte e no lúpulo para fabricação de cerveja.

Das iniciativas tomadas nos últimos 5 anos para expansão das relações comerciais tcheco-brasileiras vale mencionar: a) missão empresarial prospectiva realizada pela FIEMG em 1997, com o objetivo de identificar possíveis parceiros comerciais; b) visita, em 1999, do governador do Pará, acompanhado de comitiva empresarial, para estudo das possibilidades de formação de ‘joint ventures’ com empresas locais e promoção do turismo; c) tratativas, a partir de abril de

2000, entre a companhia de transportes brasileira – FINK – e a empresa aeronáutica tcheca LEI KUNOVIC, para aquisição brasileira de aeronaves tchecas a serem utilizadas em vôos de cargas e passageiros no mercado brasileiro e sul-americano; d) negociações entre a companhia de aviação tcheca – CSA – e a Embraer, para compra de aeronaves brasileiras; e) participação brasileira, em 2000 e 2001, na feira setorial de alimentação SALIMA, realizada na cidade tcheca de Brno, com resultados bastante expressivos.

Outro dado representativo do crescente interesse tcheco pelo Brasil se registra no número de vistos de turistas e de negócios concedidos pelo Setor Consular da Embaixada nos últimos cinco anos. No Memorandum 102, de 11 de setembro de 2002, encaminhado ao DG do DCJ, o OG do DEU sugere que seja proposto ao lado tcheco a celebração de Acordo de isenção de Vistos em Passaportes Comuns.

Comércio bilateral
(valores em US\$ milhões, FOB)

Anos	1998	1999	2000	2001	2002
Exportações brasileiras	27,2	34,1	37,3	40,2	35,2
Importações brasileiras	41,4	36,1	42,5	52,3	54,8
Total	68,6	70,2	79,8	92,5	90,0

Fonte: SECEX/MDIC

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Publicada no Diário do Senado Federal, de 05/06/2003

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

OFÍCIOS

DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 22/2003, de 28 de maio último, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 82, de 2003, do Senador João Capiberibe;

– Nº 92/2003, de 30 de maio último, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 206, de 2003, do Senador Jefferson Péres; e

– Nº 1.437/2003, de 27 de maio último, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 157, de 2003, da Senadora Serys Slhessarenko.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 112/2003, de 28 de maio último, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 202, de 2003, do Senador Arthur Virgílio;

Nº 494/2003, de 28 de maio último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 194, de 2003, do Senador Arthur Virgílio;

Nº 495/2003, de 28 de maio último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 172, de 2003, do Senador Romero Jucá;

Nº 496/2003, de 28 de maio último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 153, de 2003, do Senador Arthur Virgílio;

Nº 523/2003, de 29 de maio último, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 190, de 2003, do Senador Arthur Virgílio;

Nº 744/2003, de 29 de maio último, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 212, de 2003, do Senador Garibaldi Alves Filho;

Nº 805/2003, de 27 de maio último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 150, de 2003, do Senador Romero Jucá.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

PARECERES

PARECER Nº 596, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003 (nº 2.298/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ministério Comunidade Cristã para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal, ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Fundação Ministério Comunidade Cristã para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

A documentação anexada à mensagem presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de outorga pelo Poder Executivo para execução de serviço de radiodifusão educativa obedece as exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, dispõe no seu art. 16, § 10, que as outorgas a estados e municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizados por meio de convênio. O RSR estabelece ainda, no seu art. 13, §§ 1º e 22, que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Tampouco se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que *dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens*.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalida-

de educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 223, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação aplicável. A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

É mister ainda ressaltar que, durante a tramitação da matéria nesta Casa, foi juntado ao processado ofício oriundo da Universidade Federal de Goiás (UFG) em que se solicita o reexame da outorga (fl. 113). Diante do questionamento apresentado, solicitamos o encaminhamento do pedido ao Ministério das Comunicações, que, em resposta, mediante o ofício de fl. 116, manifestou-se pela improcedência do pedido da UFG.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 223, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Ministério Comunidade Cristã, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade Goiânia,

Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 17 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Demóstenes Torres**, Relator – **Osmar Dias**, Presidente – **Flávio Arns** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Sérgio Cabral** – **Jorge Bornhausen** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Gerson Camata** – **José Jorge**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
 LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 223 / 03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a)** a União;
- b)** os Estados, Territórios e Municípios;
- c)** as Universidades Brasileiras;
- d)** as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996**

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

**DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963**

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço: (Redação dada Delo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

§ 2º A documentação referente aos interessados na execução do serviço mencionado no parágrafo anterior será, no que couber, a mesma prevista no art. 15 deste Decreto, acrescidas das exigências constantes de normas específicas. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

Art. 16. As propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos neste artigo. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

10. As outorgas a Estados e Municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio a ser firmado no prazo de sessenta dias. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

RESOLUÇÃO Nº 39, DE 1992

Dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

Ofício nº 300/GAB/UFG

Goiânia, 12 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor
Senador Osmar Dias
Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Senador,

Tramita na Comissão de Educação, sob a presidência de Vossa Excelência, processo relatado pelo

Senador Demóstenes Torres, no qual é tratada a concessão do canal de televisão 5E, de natureza exclusivamente educativa, para a Fundação Ministério Comunidade Cristã, pertencente à igreja evangélica homônima.

Ocorre que esse canal, concedido em abril do ano passado, já vinha sendo pleiteado, desde o ano de 1999, pela Universidade Federal de Goiás, por meio da Fundação de Rádio e Televisão Educativa e Cultural.

A UFG e sua Fundação de apoio consideram que o interesse público foi, inexplicavelmente, prejudicado tendo em vista tanto a anterioridade de sua solicitação quanto à precedência que as universidades devem ter, em se tratando de canal de radiodifusão de caráter educativo.

Eis porque reivindicamos, respeitosamente, que a referida concessão seja rediscutida pelas instâncias competentes e, para tanto, solicitamos a Vossa Excelência que o parecer do ilustre Senador Demóstenes Torres seja convertido em diligência, a fim de que o Ministério das Comunicações seja chamado a pronunciar-se a respeito das razões pelas quais foi a Universidade Federal de Goiás preterida e a instituição que a representa neste pleito.

Certos de poder contar com o zelo e a atenção de Vossa Excelência, em se tratando de assunto de tão grande importância para o Estado de Goiás, antecipamos nossos agradecimentos.

Respeitosamente, – Profª Drª **Milca Severino Pereira** Reitora da UFG – Profº Dr. **Luiz Signates**, Presidente da Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural.

Ofício nº 115/2003 GS D TORRES

Brasília, 13 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor
Senador Osmar Dias
Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Encaminho a V. Exª, Ofício nº 300/GAB/UFG, da Reitoria da UFG Profª Milca Severino Pereira e do Presidente da Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural Profº Luiz Signates, com vista a que sejam solicitadas as devidas informações junto ao Ministério das Comunicações.

Tal solicitação se faz necessária, para instrução do PDS nº 223/2003, que tramita nesta Casa, e para o qual fui designado relator.

Atenciosamente, – Senador **Demóstenes Torres**
Of. nº CE/26/2003

Brasília, 13 de maio 2003

A Sua Excelência o Senhor
Ministro Miro Teixeira
Ministério das Comunicações
Nesta

Senhor Ministro,

Cumprimentando cordialmente e atendendo ao Ofício nº 300/GAB/UFG (cópia em anexo) do Excelentíssimo Senhor Senador Demóstenes Torres, solicito a Vossa Excelência, informações sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003 que “aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ministério Comunidade Cristã, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”, que tramita, na sua fase final, nesta Comissão.

Agradecendo as providências que Vossa Excelência determinar a respeito, renovo meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação.

Aviso nº 196/2003/MC

Brasília, 20 de maio de 2003

Ref. Ofício nº CE/26/2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Osmar Dias
Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal
Senado Federal
Assunto: Fundação Ministério Comunidade Cristã

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao ofício em referência, por meio do qual Vossa Excelência encaminha cópia do Ofício nº 300/GAB/UFG, e solicita informações a respeito da outorga concedida à Fundação Ministério Comunidade Cristã para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, mediante a utilização do canal 5 E, informo

que a legislação atual de radiodifusão não estabelece critérios para que a autoridade possa decidir a qual entidade deverá ser dada outorga para execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, quando houver mais de uma interessada para o referido serviço. O critério utilizado para a concessão do canal de televisão educativa em questão, foi o do poder discricionário do Presidente da República, ouvidos os órgãos técnicos deste Ministério.

2. Outrossim, informo que o Ministério das Comunicações está buscando definir critérios mais transparentes para outorgas de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Quanto à alegação de que a Universidade Federal de Goiás foi preterida, não consta de nossos registros nenhum pedido de outorga em favor daquela entidade, e sim da Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural, que, segundo o artigo 1º de seu Estatuto, não possui vínculo jurídico com aquela Universidade. A Fundação é pessoa jurídica de direito privado, tendo apenas sua sede junto à Rádio Universitária, razão pela qual não foi observado o artigo 7º, parágrafo único do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

4. Esclareço ainda que o ato de outorga de serviços de radiodifusão é composto, para o qual concorrem a vontade do Poder Executivo e a do Poder Legislativo na sua formação. E, no seu desfazimento, é necessária a manifestação do Poder Judiciário.

Atenciosamente, – **Miro Teixeira**, Ministro de Estado das Comunicações.

Goiânia, 22 de maio de 2003

Fundação Ministério Comunidade Cristã, Instituição Fundacional de direito privado sem fins lucrativos, vem neste ato mediante seu bastante presidente Dr. Joás Garcia Moreno Sanches, brasileiro, casado, advogado, CPF: 039.759.668-58, RG: 15.227.693-2 SSP/SP, em atendimento à Nota Técnica em referência vem, declarar que:

Não possui a entidade autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade de Goiânia, Estado de Goiás (objeto da solicitação de outorga) e que, caso venha a ser contemplada com a outorga,

não excederá os limites fixados no art. 102 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

Fundação Ministério Comunidade Cristã. – Dr.
Joás Garcia Moreno Sanches.

PARECER Nº 597, DE 2003

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 112, de 2003 (nº 220/03, na origem) que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Afonso Sant'anna Bevilaqua para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 3 de junho de 2003, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Valdir Raupp sobre a Mensagem nº 112, de 2003, opina pela aprovação da indicação do Senhor Afonso Sant'anna Bevilaqua, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 20 votos favoráveis, 4 contrário(s) e uma abstenção.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2003. – **Paulo Octávio**, Presidente em exercício – **Valdir Raupp**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia** – **Eduardo Suplicy** – **Delcídio Amaral** – **Roberto Saturnino** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Aelton Freitas** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Pedro Simon** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Efraim Moraes** – **Jonas Pinheiro** – **Jorge Bornhausen** – **Rodolpho Tourinho** – **Sérgio Guerra** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Luiz Otávio** – **Arthur Virgílio** – **Lúcia Vânia.**

Relatório

Relator: Senador **Valdir Raupp**

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Afonso Sant'anna Bevilaqua para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O referido dispositivo confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o presidente e os demais diretores do Banco Central do Brasil.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial evidencia que o Senhor Afonso Sant'Anna Be-

vilaqua possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1983, o Senhor Afonso Sant'Anna Bevilaqua é, também, mestre em economia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1987) e Ph.D. também em economia, pela University of Califórnia, Berkeley (1993).

Exerce no Departamento de Economia da Universidade Católica do Rio de Janeiro, as funções de professor, desde 1995, e de coordenador de graduação, desde maio de 2002, tendo ainda sido coordenador de pós-graduação de fevereiro a maio de 2002.

Relativamente a sua experiência profissional, além da já mencionada atividade acadêmica, cumpre ressaltar as relevantes funções que exerceu: Economista do Fundo Monetário Internacional, no Western Hemisphere Department – 1993/1995; Consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, desde outubro de 1997; realização de trabalhos de consultoria para diversos órgãos e entidades internacionais, entre eles, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Comissão Econômica para a América Latina, com destaque para a elaboração de estudos nas áreas de macroeconomia e de finanças públicas; desempenhou, ainda, atividades em diversos projetos relacionados à integração regional, à previsão da balança comercial brasileira, à previdência social e à aplicação de um modelo de simulação de produção e emprego.

As funções e os cargos exercidos, bem como a expressiva série de artigos, capítulos de livros, relatórios técnicos e monografias publicadas, selecionados em seu currículo – que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado – revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Afonso Sant'Anna Bevilaqua para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Sala da Comissão. – **Paulo Octávio**, Presidente – **Valdir Raupp**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO IV
Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
d) Presidente e diretores do Banco Central;
.....

PARECER Nº 598, DE 2003

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 116, de 2003 (nº 229/03, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 3 de junho de 2003, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Fernando Bezerra sobre a Mensagem nº 116, de 2003, opina pela aprovação da indicação do Senhor Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil por 20 votos favoráveis, 4 contrário(s) e uma abstenção.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2003. – **Aloízio Mercadante**, Presidente em exercício – **Fernando Bezerra**, Relator – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Delcídio Amaral** – **Roberto Saturnino** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Aelton Freitas** – **Mão Santa** – **Luiz Otávio** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Pedro Simon** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Octavio** – **Rodolpho Tourinho** – **Arthur Virgílio** – **Sérgio Guerra** – **Eduardo Azeredo** – **Lúcia Vânia** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes**.

Relatório

Relator: Senador **Fernando Bezerra**

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea **d**, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo para exercer o cargo de Diretor de Estudos Especiais do Banco Central do Brasil (BCB).

Acompanham a Mensagem o **Curriculum Vitae** do Senhor Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo e o Aviso nº 526-Supar/C. Civil, de 30 de maio de 2003, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O Senhor Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo bacharelou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RJ), em 1987. Obteve os títulos de Mestre em Economia na PUC – RJ, em 1994, e de MA e PhD em Economia na Universidade de Princeton, em 1996 e 1999, respectivamente.

Estagiou no Banco Bozano Simonsen de Investimento S.A., em 1985, e na agência marítima e de corretores de navios D. Fuhrman, Nissle & Günther, de Hamburgo, Alemanha, em 1989. Posteriormente, trabalhou como:

a) Diretor-Geral da Secretaria de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado de Pernambuco, de 1990 a 1991;

b) Assessor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em 1993;

c) Pesquisador Associado do Center for International Development, da Universidade de Harvard, de julho de 1998 a junho de 2001;

d) Professor Assistente de Políticas Públicas da John F. Kennedy School of Government, da Universidade Harvard, desde julho de 1998, estando licenciado desde julho de 2001;

e) Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (CNPq), desde agosto 2001;

f) Consultor do Banco do Brasil S.A. no desenvolvimento e manutenção de um modelo de consistência macroeconômica para

acompanhamento da política monetária, em 2002;

g) Professor Adjunto de Ciências Políticas e Econômicas do INSEAD, em Fontainebleau, França, de janeiro a fevereiro de 2002;

h) Professor Visitante de Finanças e Economia da Columbia Business School, da Universidade de Columbia, desde maio de 2003.

Destaque-se que o Senhor Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo é, desde julho de 2001, Professor e Coordenador de Recrutamento do Departamento de Economia da PUC – RJ, ocupando, ademais, a Coordenadoria de Pós-Graduação desde julho de 2002.

Em decorrência de suas atividades acadêmicas, o Senhor Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo realiza pesquisas científicas regularmente e redige artigos para a imprensa. O seu currículo relaciona treze publicações técnicas, bem como trinta e dois artigos para o diário Valor Econômico e o semanário **BBM Weekly Report**. Em relação às publicações técnicas, sobressaem-se as seguintes:

a) “Compras governamentais na Alca”, relatório de pesquisa do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) elaborado em 2003;

b) “Imaginary money against sticky relative prices”, publicado na **European Economic Review**, nº 46, em 2002;

c) “Openness and efficiency in Brazilian Banking”, publicado em **Mercosur and the Free Trade Area of the Americas**, v. 2, em 2000;

d) “A estrutura do comércio agrícola mundial: fundamentos dos interesses liberais e protecionistas”, publicado em **Estudos de Política Agrícola 28**, em 1994;

e) “Globalização e regionalização: tendências da agricultura mundial e seu impacto sobre os interesses agrícolas brasileiros”, publicado em **Estudos de Política Agrícola 5**, em 1994.

O currículo do Senhor Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo também contém o rol das disciplinas que ministrou, no total de dez, das principais pales-

tras e seminários que contaram com a sua participação, no total de oito, e das dissertações de mestrado que orientou ou avaliou, no total de sete.

O currículo detalha, por fim, as dez publicações nacionais e internacionais que têm o Senhor Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo como parecerista e os oito eventos na área de Economia que contaram com a sua participação na condição de membro da comissão do programa, da comissão organizadora, da comissão científica ou co-presidente.

As informações sobre formação acadêmica, experiência profissional e atuação docente que ora relatamos aos membros desta Comissão de Assuntos Econômicos revelam o nível de qualificação do Senhor Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo.

Diante do exposto, parece-nos que esta Comissão de Assuntos dispõe das informações necessárias à arguição pública e à sua deliberação, cabendo lembrar que a Constituição Federal determina a deliberação desta Casa, mediante voto secreto, após arguição pública.

Sala da Comissão, – **Paulo Octávio**, Presidente – **Fernando Bezerra**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO IV Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

d) Presidente e diretores do Banco Central;

SEÇÃO II Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos

Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

.....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 30, de 2003**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo do **Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003**.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência recebeu o **Aviso 17, de 2003** (nº 788/2003, na origem), de 26 de maio último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 552/2003–TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada na Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado de Pernambuco, na área de arrecadação de laudêmios, com o objetivo de verificar a aplicabilidade da metodologia desenvolvida no âmbito do Projeto Patrimônio Imobiliário, a cargo da Secretaria de Obras e Patrimônio da União (TC – 000.279/2003-6).

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2001**, de autoria do Senador Romero Jucá, que *altera a redação do caput do art. 12 da Lei 9.493, de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nos produtos que especifica*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, pela Liderança, ao Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

S. Exª falará após a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB, por cinco minutos; em seguida, ao Senador Renan Calheiros.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu encareceria a V. Exª que fosse apagada a luz vermelha indicativa de que o meu tempo está esgotado e fosse anunciado o tempo de que vou dispor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª terá cinco minutos; se for depois da Ordem do Dia, terá vinte.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, aguardo para falar após a Ordem do Dia. Agradeço a V. Exª a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª falará, então, após a Ordem do Dia, em segundo lugar, depois do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, como não houve tempo, falarei para homenagear o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, como Líder do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos comemorando o Dia Mundial do Meio Ambiente. Aproveito para observar que esta data é uma grande oportunidade para fazermos uma profunda reflexão sobre o que a humanidade, o que cada país, seja ele integrante do G-8, emergente ou pobre, está fazendo com os recursos naturais em nome de interesses econômicos, em nome do desenvolvimento.

Os dados disponíveis sobre a degradação do meio ambiente são preocupantes. Caso não haja uma consciência coletiva que aponte alternativas para o desenvolvimento sustentável do nosso planeta, as futuras gerações vislumbrarão, em breve, uma situação catastrófica.

Cito aqui, Sr. Presidente, o exemplo do Distrito Federal, onde se registra a maior renda **per capita** do

País. Dados da Unesco revelam que a Capital Federal já perdeu 56,7% de sua vegetação nativa nos últimos 30 anos. Em consequência disso, em breve Brasília e o seu entorno terão de racionar o uso humano da água.

No Nordeste, o maior exemplo de como a preservação da natureza precisa ser levada a sério é urgente a necessidade de revitalização do rio São Francisco. Honra seja feita, o tema apaixona, sem dúvida, a todos nós, nordestinos.

E, como não poderia deixar de ser, dessa discussão permanente sobre o rio, surgiu uma proposta, que me foi enviada pelo Gerente Executivo do Ibama em Alagoas, Dr. Fernando Soares da Silva, de criação do Parque Nacional da Foz do São Francisco. Seria uma forma de convergirmos para a revitalização do Velho Chico.

Para aqueles que ainda não conhecem a idéia, ela cria o Parque Nacional da Foz do São Francisco, conectando duas áreas oficialmente protegidas, a partir de sua nascente com o Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais.

Esse projeto permitiria, inclusive, o preenchimento da lacuna aberta com a ausência de parques nacionais nos Estados de Alagoas e Sergipe.

Quero adiantar que já encomendei à minha assessoria que consulte o corpo técnico e jurídico do Senado sobre a viabilização do Parque via projeto que seria apresentado ao Congresso Nacional.

Comunico ainda que manterei contato com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, nesse sentido, para saber da possibilidade de criação do referido Parque por decreto do Governo Federal. Creio que a Ministra Marina Silva não deixará esse pleito dos alagoanos sem uma breve resposta.

Nesta oportunidade, destaco ainda a realização da Primeira Semana Integrada do Meio Ambiente, que está reunindo, desde a última segunda-feira, em Maceió, especialistas no assunto. O evento, Sr. Presidente, é uma parceria do Ibama, Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente e Universidade Federal de Alagoas. Torço para que, do encontro, surjam propostas que possam contribuir com a preservação do meio ambiente e nos aponte caminhos para o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e renda.

Ao encerrar, desejo reafirmar que eventos dessa natureza, sobretudo sendo realizados no meu

Estado, Alagoas, nos encham de esperança e nos dão forças para continuar lutando, aqui no Senado Federal, para melhorar as condições de vida de cada um dos cidadãos deste País.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prorrogo, por cinco minutos, o tempo destinado à Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, para uma comunicação urgente, por cinco minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi para falar neste momento exatamente para dar à Nação uma informação muito importante referente ao Estado de Mato Grosso. O Governador Blairo Maggi, na semana passada, comandou uma expedição de seis dias, que percorreu em torno de 2.300 quilômetros. Pela rodovia BR-163, saiu a comitiva de Cuiabá até a divisa do Pará, na região de Tapajós; dali derivou à direita, pela antiga BR-080, passando pelo Xingu e vindo, pela BR-158, até a divisa do Pará com o Estado de Tocantins, na região de Carajás; depois, pela MT-100, foi de Barra do Garças até Alto Araguaia.

A comitiva do Governador Blairo Maggi era composta por sete Secretários de Estado, comandados pelo Dr. Luis Antonio Pagot, Secretário de Transporte; três Deputados Estaduais; dois Deputados Federais; vários Prefeitos e inúmeros empresários. O objetivo dessa viagem era estudar a situação dessa região de Mato Grosso, para que não fosse mais necessário utilizar expressões do tipo “já me falaram” ou “ouvi dizer”. Visitou a sede dos Municípios da área de ação de influência dessas rodovias, com parada em todas as comunidades ao longo delas.

Entusiasmo e esperança foram a tônica dessa viagem. O **slogan** que o Governador Blairo Maggi, então candidato, adotou durante a sua campanha era o de que iria preparar, em quatro anos de governo, o Estado de Mato Grosso para que nos próximos dez anos a economia do Estado triplicasse. E esse aumento da produção, esse aumento da área plantada em Mato Grosso se dará exatamente nessa região. Foi por isso que o Governador Blairo Maggi, em bom momento, logo no início do seu Governo, fez essa viagem para levar confiança e esperança àqueles habitantes dessa região de Mato Grosso, até então considerada como a mais esquecida do Estado.

Daí a minha determinação em fazer este anúncio sobre essa viagem, que entendo como da maior importância para o Estado de Mato Grosso, para o Centro-Oeste e para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o nobre Senador João Alberto Souza para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, comunico a esta Casa que a população do Município de Chapadinha, no Estado do Maranhão, sob a liderança da Associação Cangaia e do Vereador Delmar Carneiro, do PMDB, está promovendo uma grande manifestação, com interdição da estrada, para sensibilizar o Governo Federal sobre as condições em que se encontra a BR-222, que liga Chapadinha ao município de Itapecuru-Mirim. Essa rodovia, de importância fundamental para a vida econômica de ambos os Municípios, está com um trecho de 128 quilômetros intransitável por falta de conservação e recuperação, cuja extensão está exigindo de quatro a cinco horas para ser percorrida.

Sr. Presidente, trata-se de uma estrada federal, e é de lastimar essa situação – não o fato de a população se reunir para reivindicar; lamentável que o Governo não chegue primeiro para corrigir o problema, que é evidente e sua correção, inquestionável, antes que a população precise se movimentar para gritar. O Estado precisa ser ágil, antecipar-se e encaminhar providências preventivamente, até para evitar que a população o veja como um arcabouço ronceiro, ineficiente e injusto. É preciso evitar que as populações se desgastem, despendam recursos e desanimem, porque isso é dispensável quando o Estado está atento aos problemas e atua com sentido de oportunidade.

Sr. Presidente, já estive com o Ministro dos Transportes. É de lamentar que isso aconteça no Brasil, mesmo que o Sr. Ministro tenha dito que, para um plano inicial, emergencial, sejam necessários R\$6 bilhões e que só tenha alavancado, até o momento, recursos no valor de R\$380 milhões.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, essa situação não pode continuar. É o apelo que faço ao Ministro dos Transportes e ao Presidente da República. O

Governo tem de encontrar uma forma de, pelo menos, amenizar a atual situação das estradas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Alberto Souza, O Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 415, DE 2003

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Aplauso ao Dr. Fernando Gay da Fonseca, residente e domiciliado na Av. Guaíba, 900, em Porto Alegre (RS), CEP 91760-740, por sua recente escolha como membro da Academia Brasileira de Educação, mercê de seus méritos pessoais, de sua larga bagagem de homem público exemplar e de sua efetiva contribuição para o ensino, inclusive como Presidente que foi do Conselho Nacional de Educação.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2003. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República, que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 119, DE 2003

(Nº 224/03, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 4º, § 4º, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Luiz Alberto Esteves Scaloppe para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, para completar o mandato, na vaga decorrente da renúncia de Ronaldo Porto Macedo Júnior.

Brasília, 28 de maio de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE**CURRICULUM VITAE****I. DADOS PESSOAIS**

Naturalidade: Fernandópolis, Estado de São Paulo, Brasil. Nascimento: 19.06.1952
Filiação - Alberto Scaloppe e Zuleica Guimarães Esteves Scaloppe
RG. 5.236.876 SSP.SP - CIC. 824.193.618-49

II. ENDEREÇOS

Ministério Público: Procuradoria Geral de Justiça. - Rua 08, s/n (Antigo prédio da Cohab) - Gabinete 22 - Centro Político e Administrativo - Cuiabá. Estado de Mato Grosso - CEP 78050-900 - (Fone: 065. 613.5148 e Fax: 6135122) - scaloppe@mt.mp.gov.br.
Universidade Federal de Mato Grosso: Faculdade de Direito - Av. Fernando Correa da Costa, s/nº - Campus - Bloco das Ciências Sociais - Sala 106B (Porta Azul) Cuiabá. Estado de Mato Grosso - CEP 78.060.90 - (065-615.8558). luizscaloppe@terra.com.br
Residencial: Casa 10, Quadra 03 - Bairro Bela Marina. Cuiabá. Estado de Mato Grosso - CEP 78070-713 (Fone/Fax 065.634.3120 - Fax: 634. 3796). oscarlop@zaz.com.br.

III. FORMAÇÃO ACADÊMICA**i.- Cursos de graduação**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais - Universidade Franciscana - Bragança Paulista. São Paulo (1975)

Bacharel em Administração de Empresas - Fundação Educacional de Votuporanga. São Paulo (1978)

Bacharel em Administração Pública - Fundação Educacional de Votuporanga. São Paulo (1979)

ii.- Cursos de especialização

Direito Administrativo - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (1978)

Direito Processual Penal - Pontifícia - Universidade Católica de São Paulo. (1978)

Direito do Trabalho - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (1979)

Planejamento Educacional - Universidade Federal de Mato Grosso (1980).

iii.- Cursos de mestrado e titulação

Mestrado em Sociologia - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Conclusão dos créditos com projeto de dissertação em 1986, sem defesa da dissertação.

Mestrado em Educação Pública - Universidade Federal de Mato Grosso - Conclusão dos créditos em 1993, com defesa e aprovação da dissertação "Análise sobre o Direito como um Campo de Luta Política: a questão da autonomia universitária" em 10.11.95.

iv.- Curso de doutorado e titulação

Doutorado em Filosofia Jurídica, Moral e Política - Universidade de Barcelona (Espanha) - cumpridos créditos - projeto de tese inscrita e aprovada em setembro de 1997 e defesa prevista para 2003.

Diploma de *Suficiencia Investigatória* expedida pela Universidade de Barcelona em 1998, pela conclusão dos créditos de doutorado.

IV. PUBLICAÇÕES E PESQUISAS RECENTES

Coordenação de Pesquisa "Dicionário de Princípios e Teorias na Literatura Jurídica" - 2002.

Artigo *Gestão Pública e Direito Administrativo: contrariedades ao discurso comum* in "Revista Judicial", Cuiabá, (pp. 31/36), ano II, nº 7, Setembro/Dezembro de 2000.

Livro *Internacionalização do Direito* - (org.)- Edições Fundação Escola", Cuiabá, 2002.

Livro *Transformações no Direito Constitucional* (org.)- Edições Fundação Escola", Cuiabá, 2003.

Organização das Coleções com livros publicados: *Transformações no Direito Nacional, Cadernos de Apontamentos Escolares e Positividade e Sociedade* - Edições Fundação Escola.

V. CARGOS ATUAIS

Membro do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Portaria MEC nº 1197, 24/abril - 2002 - Mandato 2002 /2008.

Diretor-Geral da Fundação Escola Superior do Ministério Público em Mato Grosso - eleito biênio 2000 - 2002 - reeleito biênio 2002 - 2004.

Procurador de Justiça do Estado de Mato Grosso (Aprovado em concurso público para Promotor de Justiça em 23/03/80 – Promovido a 2ª Instância em 1993).

Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Mato Grosso - Faculdade de Direito - Aprovado em concurso público, em 1º Lugar, em 01/03/82. Ministra disciplina Ciência Política/Teoria Geral do Estado

VI. ATIVIDADES PROFISSIONAIS RECENTES

i.- Acadêmicas

Coordenador do Curso de Especialização em Ciências Penais I (FESMP/UNIC).

Coordenador do Curso de Especialização em Direito Agro-Ambiental I (FESMP/UFMT).

Coordenador do Curso de Especialização em Direito Público II (FESMP/UNIC).

Coordenador do Curso Máster da FESMP: “Introdução à História do Pensamento, à Linguagem, à Pesquisa e ao Ensino Jurídicos”.

Coordenador do Núcleo de Estudos de Direito Público e das Relações Econômicas (NUDIPRE) da Faculdade de Direito da UFMT.

Coordenador-Adjunto do Curso de Especialização em Direito Público I - Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP) e Universidade de Cuiabá (UNIC).

Coordenador-Adjunto do Núcleo de Direito e Política Agro-Ambiental (NUDPAA) - Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Professor da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso – Curso Máster: “História da Formação do Pensamento Jurídico” e “Introdução às Escolas Teóricas”.

Professor do Curso de Especialização da UFMT: “Políticas Públicas e Direito Ambiental”

Professor dos Cursos de Especialização em Ciências Penais I e II e Direito Público I e II: “Introdução Epistemológica e Histórica à Formação do Pensamento Jurídico”.

ii.- Representações colegiadas

Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil 2000 – 2003.

Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Mato Grosso

Comissão Especial Examinadora do Concurso Público para Ingresso e Remoção de Titulares dos Serviços de Notas e Registro do foro Extrajudicial do Estado de Mato Grosso 2001 – 2002.

Comissão Judiciária Estadual de Adoção (CEJA) 2001 – 2002.

Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE): Universidade Federal de Mato Grosso – eleito pela Faculdade de Direito para o biênio 2001/2002 – reeleito para o biênio 2002/2004

Conselho Editorial da *Revista Unirondon*

Conselho Editorial da *Revista Judice*

Conselho Editorial da Editora *Universidade Federal de Mato Grosso* – EDUFMT.

Conselho Editorial do Informativo CDEMP

Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – eleito biênio 2001/2002 e reeleito 2003/2004

VII. ALGUMAS ATIVIDADES EXERCIDAS

i.- Universidade Federal de Mato Grosso-

Professor do Curso de Especialização em Direito do Trabalho – UFMT – 1995.

Professor do Centro Pedagógico de Rondonópolis -UFMT - Ciência Política, Teoria Geral do Estado I e Teoria Geral do Estado II. 1982/85.

Professor do Curso de Especialização em Gestão Ambiental - UFMT - Tema: “A Gestão Pública”. 1994

Integrante da Lista Sêxtupla para Reitoria à Universidade Federal de Mato Grosso (eleito). 1984.

Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMT – 1995.

Colegiado de Curso de Direito - reeleito de 1988 a 1995.

Comissão de Ética da Pós-Graduação em Saúde de e Ambiente 1995.

Comissão de Estudo sobre Professor-Assistencial. 2001.

Comissão Especial (Relator) para implantação de Turma Especial do Curso de Direito em Juína.MT.

ii.- Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Colégio de Procuradores de Justiça - 1994/1995

Conselho Superior do Ministério Público – 1995

Conselho Estadual de Segurança Pública – 2000.

Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do Ministério Público –primeiro coordenador e autor do regulamento - 1995

\\ /

Promotorias de Justiça Especializadas: de Defesa do Patrimônio Público, de Defesa do Consumidor, de Resíduos e de Defesa do Patrimônio Cultural

Promotor de Justiça Militar do Estado de Mato Grosso

Promotor de Justiça das Comarcas de Alto Araguaia, Alto Garças, Jaciara e Rondonópolis. Substituto em Barra do Garças, Poxoréu Diamantino, Poconé, Dom Aquino, Guiratinga, São Félix do Araguaia e Porto dos Gaúchos.

iii.- Outras atividades profissionais

Professor da Escola de 1º e 2º Graus "Carlos Hugueney". Alto Araguaia - MT - 1980/81

Professor Escola Superior do Ministério Público. MT - Disciplina: "Teoria e Fundamentos do Direito"

Assessor Jurídico da Federação dos Trabalhadores Rurais de São Paulo (1979)

Coordenação Jurídica na Assembléia Estadual Constituinte/MT de 1989

Advogado na Região Araraquarense. SP. - Fernandópolis (1976/79)

Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Turmalina.SP. (1977/79)

Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Macedônia.SP (1978/79)

Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Meridiano.SP. (1977)

Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Pedranópolis (1977/79)

iv.- Algumas atividades cívicas exercidas

Candidato à Governador do Estado de Mato Grosso – Frente Popular composta de 07 agremiações partidárias - 1990

Candidato à Vereador da Cidade de Cuiabá – votação maior do que 300 concorrentes; não assumindo por falta de cociente eleitoral da agremiação política.

Conselho de Cidadãos do Consulado-Geral em Barcelona. Espanha. 1998.

Fundador e Presidente da Associação Fernandópolis Acadêmica (AFA) - 1972 e 1973

Presidente da APEC – Associação dos Estudantes e Pesquisadores da Catalunha. Espanha - 1997/1998

Presidente da Frente Emedebista do Noroeste e Oeste Paulista – FRENOP - reunião de 34 diretórios municipais – 1978

Presidente da União Bragantina de Estudantes – Região de Bragança Paulista. SP – 1974

Presidente do Diretório Acadêmico XV de Dezembro – Faculdade de Direito Bragança Paulista. SP - 1973

Presidente do Diretório Municipal de Fernandópolis do Movimento Democrático Brasileiro – MDB

Secretário Municipal da Administração (1983) e de Finanças (1983) da Prefeitura Municipal de Rondonópolis. Mato Grosso .

Vice-presidente do *Fernandópolis Futebol Clube* – Estado de São Paulo – Vice-presidente - 1977

Vice-Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Mato Grosso - 1986/89

VIII. ALGUMAS DISTINÇÕES

Título de Cidadão de Cuiabá.MT

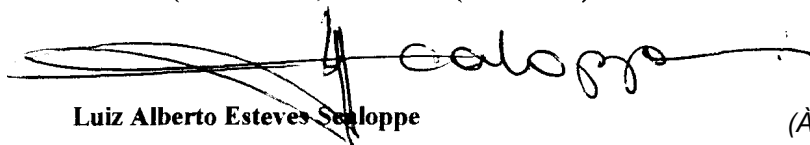
Título de Cidadão de Rondonópolis. MT

Medalha "Dr. Augusto Montenegro" - "Universidade Federal do Pará" – Belém. PA - 1974

Medalha Comemorativa do Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina. - 1976

Medalha "Olavo Bilac" Faculdade de Direito Bragança Paulista - 1974

Medalhas Faculdade de Direito - D. Administrativo (1975), D. Processual Civil (1973 e 1975), D. Civil (1973 e 1975) e D. Penal (1973/I e II).



Luiz Alberto Esteves Seniloppe

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2003

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para regular o trabalho do adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 411 e 413 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 411. O horário de trabalho do menor será sempre compatível com o horário escolar, não podendo exceder quatro horas diárias nem vinte horas semanais. (NR)

Art. 413.....

I – até mais duas horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo, nos termos do Título VI desta Consolidação, desde que o excesso de horas de um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de vinte horas semanais ou outro inferior legalmente fixado;

II – excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de oito horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, vinte e cinco por cento sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

Parágrafo único. Aplica-se à prorrogação do trabalho do menor o disposto no art. 384 desta Consolidação. (NR)

Art. 2º Acrescentem-se os seguintes arts. 411-A, 424-A, 429-A e 429-B à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943:

Art. 411-A. As férias de trabalho dos menores devem coincidir com suas férias escolares.

Art. 424-A. Os responsáveis legais de menores empregados ou contratados que deixarem de cumprir os deveres que lhe são impostos nesta lei poderão ser destituídos do pátrio poder ou tutela.

Art. 429-A. Só serão admitidos como aprendizes os menores que:

I – tiverem concluído o primeiro grau ou ensino fundamental, ou possuírem os conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional;

II – tiverem aptidão física e mental, verificada por processo de seleção profissional, para a atividade que pretendem exercer.

Art. 429-B. É obrigatória a frequência do aprendiz no curso de aprendizagem em que estiver matriculado.

§ 1º O aprendiz que faltar aos trabalhos escolares do curso de aprendizagem em que estiver matriculado, sem justificção, perderá o salário dos dias correspondentes.

§ 2º A falta reiterada no cumprimento da obrigação de que trata este artigo, ou a falta de aproveitamento razoável, será considerada justa causa para a dispensa do aprendiz.

Art. 3º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 68-A, 69-A, 69-B, 69-C e 69-D

Art. 68-A. A escola-produção, local onde se realiza o trabalho educativo, não tem fins lucrativos e deve privilegiar a qualificação profissional dos alunos.

Parágrafo único. O saldo dos resultados obtidos na escola-produção, computados todos os custos, deve ser repassado aos alunos que contribuíram no processo educativo.

Art. 69-A. O estágio profissionalizante designa o período durante o qual as qualificações adquiridas no correr da formação prática dada pelo ensino técnico e profissio-

nal podem ser experimentadas nas empresas.

§ 1º O estágio referido no caput deste artigo será objeto de termo de compromisso, firmado por escrito, entre a instituição de ensino, a empresa e o adolescente, assistido por seu responsável legal.

§ 2º O termo de compromisso estipulará a concessão de bolsa de estágio, como forma de pagamento, e o seu respectivo valor, caso seja oneroso o contrato.

§ 3º É permitido o estágio gratuito.

Art. 69-B. A instituição de ensino definirá a carga horária, duração e jornada do estágio curricular, que não poderá ser inferior a um semestre nem superior a dois anos.

Art. 69-C. A cooperativa organizada por alunos de estabelecimento de ensino classifica-se como cooperativa-escola e tem os seguintes objetivos:

I – educar os alunos dentro dos princípios do cooperativismo e servir de instrumento operacional dos processos de aprendizagem;

II – promover a defesa econômica dos interesses comuns, visando à aquisição de material didático e insumos em geral necessários ao exercício da vida escolar e do processo ensino-aprendizagem;

III – realizar a comercialização dos produtos decorrentes do processo ensino-aprendizagem, como a prestação de outros serviços de conveniência do ensino e de interesse dos associados.

Art. 69-D. A cooperativa deve ser administrada e fiscalizada por associados civilmente capazes, podendo contar com um conselho de representantes integrado por associados maiores de dezesseis anos.

Parágrafo único. Caso a administração da cooperativa seja composta por adolescentes com menos de dezesseis anos, o Ministério Público atuará como curador para o exercício dos atos civis da entidade.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei dispõe-se a modificar a Consolidação das Leis. do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente, para regular com mais precisão

o problema do trabalho do adolescente. Presta-se, pois, a suprir as lacunas verificadas na legislação referida mesmo depois de ter entrado em vigor a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que foi proposta com idêntica finalidade.

A nossa preocupação com o tema afigura-se muito oportunas porque é gritante a exploração da mão-de-obra juvenil no País, muitas vezes utilizada em substituição à força de trabalho dos adultos com a finalidade de reduzir os custos da empresa. Esse tipo de manobra dificulta a escolarização e a profissionalização adequada dos jovens brasileiros, comprometendo o seu futuro de forma indelével. O quadro social ganha contornos ainda mais graves diante da elevada taxa de desemprego hoje existente.

Trata-se de uma situação inadmissível para um País como o nosso, que pretende integrar-se à economia globalizada. De fato, qualquer nação que tenha esse propósito deve investir na qualificação de seus trabalhadores, o que significa priorizar a educação dos mais jovens para que num futuro próximo – eles possam ingressar no mercado de trabalho com chances reais de progressão funcional.

Em virtude disso, apresentamos este projeto de lei, resultado de várias discussões e debates com entidades que visam à proteção do adolescente.

De início, portanto, cuida-se de ressaltar a necessidade de compatibilização entre o horário da escola e aquele do trabalho, fixando um teto máximo para o último, de modo a não comprometer o aproveitamento escolar. Semelhante motivação está presente, ainda, na regra que determina a compatibilidade do período das férias escolares e trabalhistas.

Revela-se indispensável a assistência dos responsáveis nessa fase inaugural de incorporação dos adolescentes ao mercado de trabalho. Para enfatizar a marcada responsabilidade dos adultos nesse momento tão importante da vida dos jovens, prescreve-se a possibilidade de perda do pátrio poder ou da tutela em caso de descumprimento das obrigações estatuídas na presente lei.

O projeto, também, dispõe sobre o estágio profissionalizante, buscando garantir a complementação prática do conhecimento teórico ministrado na escola. Determina que a instituição de ensino participe da contratação do adolescente, de forma a garantir prioridade aos estudos. Define um período mínimo e máximo para o contrato de estágio a fim de viabilizar o desenvolvimento profissional do adolescente sem dar margem à exploração de sua mão-de-obra.

O projeto regula, ainda, o trabalho educativo e o trabalho associativo, conferindo explícita prioridade à educação para o trabalho e investindo na idéia da formação de trabalhadores mais solidários e coesos.

Sabemos que há muito a ser feito pelos adolescentes no Brasil e acreditamos que a aprovação deste projeto pode representar um avanço considerável na ampliação das possibilidades de trabalho para esse grupo, pavimentando, pois, o seu futuro.

Por todo o exposto, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2003. – Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

DA DURAÇÃO DO TRABALHO

Art. 411. A duração do trabalho do menor regular-se-á pelas disposições legais relativas à duração do trabalho em geral, com as restrições estabelecidas neste capítulo.

Art. 412. Após cada período de trabalho efetivo, quer contínuo, quer dividido em 2 (dois) turnos, haverá um intervalo de repouso, não inferior a 11 (onze) horas.

Art. 413. É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho do menor, salvo: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

I – até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo nos termos do Título VI desta Consolidação, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro de modo a ser observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas semanais ou outro interior legalmente fixada; (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

II – excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de 12 (doze) horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. Aplica-se à prorrogação do trabalho do menor o disposto no art. 375, no parágrafo único do art. 376, no art. 378 e no art. 384 desta Consolidação. (Parágrafo incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

Art. 414. Quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1980

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

LEI Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

Altera dispositivos da Consolidação das Leis Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Mensagem de Veto nº 1.899

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos.” (NR)

“.....”

“Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.” (NR)

“Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.” (NR)

“a) revogada;”

“b) revogada.”

“Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.” (NR)“

“§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Cadeira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.” (AC)*

“§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.” (AC)

“§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos.” (AC)

“§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.” (AC)

“Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.” (NR)

“a) revogada;”

“b) revogada.”

“§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional.” (AC)

“§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz.” (NR)

“Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:” (NR)

“I – Escolas Técnicas de Educação;” (AC)

“II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.” (AC)

“§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.” (AC)

“§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional.” (AC)

“§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo.” (AC)

“Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços.” (NR)

“a) revogada;”

“b) revogada;”

“c) revogada.”

“Parágrafo único.” (VETADO)

Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.” (NR)

“§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.” (NR)

“§ 2º Revogado.”

“Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:” (NR)

“a) revogada;”

“b) revogada.”

"I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;"(AC)

"II – falta disciplinar grave;"(AC)

"III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou" (AC)

"IV – a pedido do aprendiz."(AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo."(AC)

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o **caput** deste artigo reduzida para dois por cento." (AC)

Art. 3º São revogados o art. 80, o § 1º do art. 405, os arts. 436 e 437 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Francisco Dornelles.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU**, de 20-12-2000

.....

MENSAGEM Nº 1.899,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 74, de 2000 (nº 2.845/00 na Câmara dos Deputados), que "Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Ouvido, o Ministério do Trabalho e Emprego assim se manifestou sobre o dispositivo a seguir vetado:

Parágrafo único do art. 431.

"Art. 431."

"....."

"Parágrafo único. O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da entidade sem fins lucrativos implicará responsabilidade da empresa onde se realizar a aprendizagem quanto às obrigações relativas ao período em que o menor esteve a sua disposição." (NR)

Razões do veto

"É manifesta a incoerência entre o disposto no caput do art. 431 – que admite a contratação por intermédio da entidade sem fins lucrativos, estabelecendo que, neste caso, não haverá vínculo de emprego com o tomador de serviço – e a regra prevista no parágrafo único, que transfere a responsabilidade para o tomador de serviço caso a entidade contratante não cumpra as obrigações trabalhistas.

Ora, não faz sentido admitir a contratação por entidade interposta, sem vínculo de emprego com o tomador do serviço, e concomitantemente transferir para o tomador do serviço a responsabilidade decorrente da contratação.

Por outro lado, a supressão do referido parágrafo único não acarretará qualquer prejuízo aos trabalhadores, pois é pacífico o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador de serviços (Enunciado nº 331 do TST)."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 19 de dezembro de 2000.

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2003

Introduz inciso XIV ao art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 89 do Regimento Interno passa a vigorar acrescido de inciso XIV, a saber:

"Art. 89.

.....

XIV – promover a confecção e a distribuição de agenda de trabalhos contendo a pauta das matérias a serem apreciadas, no

âmbito da Comissão, nos 15 (quinze) dias subsequentes a cada reunião.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor imediatamente, a partir de sua promulgação.

Justificação

A elaboração de agenda mensal para os trabalhos de Plenário, embora não prevista regimentalmente, teve início a partir de sábia iniciativa do Exce-lentíssimo Presidente José Sarney, quando de sua gestão anterior à frente da Mesa do Senado Federal.

Nítido foi o ganho de qualidade e de produtividade, na apreciação das matérias bem como na ciência, de parte dos Senadores, de tudo o que está em apre-ciação pela Casa. Planejar e dar conhecimento prévio do plano de trabalho, eis a chave, simples em sua ge-nialidade, que revolucionou a tramitação das matérias legislativas, em sua fase final – ou seja, no Plenário.

Também no âmbito das Comissões, a agenda aqui proposta será flexível, sujeita a retirada e inclu-são de matérias, em função do grau de prioridade das mesmas, funcionando, assim, como um norte – um mecanismo de organização dos fluxos, e não, eviden-temente, como camisa de força. Fugir ao imprevisito é, parece-nos, imprescindível ao bom andamento das Comissões e ao sadio conhecimento, pelos seus membros, daquilo que se está apreciando.

O mais importante, diga-se, é que a grande ex-periência já foi feita e aprovada. Trata-se, pois, tão so-mente de particularizar, no tocante às Comissões, aquilo que já se pratica no geral, e com absoluto êxito, no âmbito do Plenário.

Contamos, por isso, com amplo apoio de nossos Pares à presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2003. – Sena-dor **Garibaldi Alves Filho**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O proje-to de resolução que acaba de ser lido será publica-do e ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis para o recebimento de emendas, nos termos do art. 401 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 416, 2003

Requer, ao Exmº Sr. Ministro do Pla-nejamento, Gestão e Orçamento, informa-ções sobre liberação de verbas orçamen-

tárias para o fomento às exportações brasileiras.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regi-mento Interno, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que a Mesa solicite ao Exmº Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Ges-tão, informações por escrito, acerca dos valores a se-rem consignados no orçamento da União, para o pró-ximo biênio, e destinados ao Ministério das Relações Exteriores, para promoção comercial no exterior, com vistas à exportação de produtos brasileiros, bem como o montante de recursos até esta data liberados, do vigente Orçamento da União, para o mesmo fim.

Justificação

Segundo noticiário da **Folha de S.Paulo**, edição de 31 de maio último, o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, pelo seu chefe, Mário Vilalva, considera insuficientes os recursos consignados, no Orçamento da União, para o fomento às exportações brasileiras. Ele lembra que o Presidente Lula reco-mendou ao Ministério que mantenha “um mascate em cada embaixada”, o que, no entanto, como comple-menta, é ante a exiguidade de verbas.

Como ilustração, o chefe daquele departamento estabelece uma comparação entre o percentual que o Brasil dedica ao setor, e o vigente no Chile. No Brasil, esse percentual, diante do orçamento, é de 0,10 por cento, ou seja, não chega nem a meio por cento, cor-respondendo a US\$1,8 milhão, em 2003. Já no vizi-nho país, o total para o mesmo objetivo chega a US\$30 milhões.

As informações ora requeridas são relevantes, principalmente levando em consideração a prerroga-tiva fiscalizadora do Senado Federal.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2003. – Sena-dor **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2003

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Fe-deral, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Exce-lentíssimo Sr. Ministro de Estado da Desenvolvimento Agrário, para que este providencie e encaminhe, no estrito termo do prazo constitucional de 30 dias, as seguintes informações:

1. Qual a programação estabelecida pelo Incra para os assentamentos Boa Vista

e Colorado no Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso?

2. No assentamento Boa Vista é urgente a necessidade da abertura de poços artesianos; abertura da Vila, onde os assentados sem água possam morar e trabalhar nos lotes rurais; abertura de vias de acesso para os demais lotes; e assistência técnica para a produção de produtos nutritivos e de fácil comercialização. O Incra pode atender esses pleitos?

3. A indagação é a mesma para o assentamento Colorado que precisa com urgência de orientação técnica para conscientização da necessidade de conservação da pouca mata existente e dos córregos; e trator para arar a terra tendo em vista a impossibilidade da adoção da chamada "lavoura de toco".

Justificação

Diante das freqüentes queixas de lideranças e moradores dos assentamentos Boa Vista e Colorado localizados no Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, especialmente a carta subscrita pelo Padre Miguel Patzyk da Paróquia de Santo Antonio do Leste – MT, autoridade que coordena a assistência religiosa e social nos dois assentamentos, decidi propor o presente requerimento com o intuito de poder melhor informar as famílias dos trabalhadores rurais ali assentados.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2003. – Senador **Serys Silhessarenko**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência convoca sessão solene conjunta a realizar-se no dia 12 do corrente, quinta-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a dar início às comemorações pelos 180 anos de criação do Poder Legislativo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência convoca sessão solene conjunta a realizar-se dia 17 do corrente, terça-feira, às quinze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear **in memoriam** o Vice-Presidente Antônio Aureliano Chaves de Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2003

Senhor Presidente,

De acordo com o art. 216 do Regimento Interno, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro à Mesa Diretora sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Sen. Cristovam Buarque, as seguintes informações:

1) Qual o número de bolsas-escola destinadas a cada um dos 184 Municípios do Estado do Ceará?

2) Qual o número de bolsas-escola que cada um dos 184 Municípios do Estado do Ceará está deixando de receber por falta de informações cadastrais?

3) Quais são as informações necessárias para o preenchimento das bolsas-escola que, segundo o Jornal Folha de S.Paulo, estão deixando de ser usadas?

4) Qual o volume de recursos destinados, mensalmente, a cada um dos 184 Municípios do Estado do Ceará com o Programa Bolsa-escola?

5) Qual o número de crianças beneficiadas e o número de famílias atendidas com o Programa Bolsa-escola em cada um dos 184 Municípios do Estado do Ceará?

Justificação

O Jornal **Folha de S.Paulo**, edição do último domingo (25 de maio), mostra que existem, atualmente, 644.997 mil bolsas-escola ociosas no Brasil. Esse número de bolsas poderia beneficiar, de acordo com o mesmo Jornal **Folha de S.Paulo**, a um contingente entre 644.997 a 1.934.991 crianças. Cada bolsa pode atender até três crianças por família, sendo que, para cada criança matriculada na rede de ensino público fundamental, o Ministério da Educação paga a importância de R\$15,00. Se calculados os valores pagos e o número de bolsas ociosas, os Municípios poderiam ter a mais, por mês, a importância de R\$9.674.955,00 a 29.024.865,00. É uma soma das mais expressivas que, além de contribuir para melhorar as condições de vida de milhões de brasileiros, estimula, também, a economia das nossas cidades.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2003. – **Reginaldo Duarte**, Senador.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 17, DE 2003

(Proveniente da Medida Provisória nº 114, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, que *dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 114, de 2003, tendo

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado João Grandão (PT-MS), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão, e contrário às emendas apresentadas perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reformulando seu parecer anterior, promovendo alterações no Projeto de Lei de Conversão.

Relatora Revisora: Senadora Ideli Salvatti

Não há ainda acordo para continuação da apreciação da matéria no mérito. Contudo, a Mesa, por solicitação da Relatora, vai examinar a parte da admissibilidade da medida provisória.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Relatora-Revisora.

PARECER Nº 599, DE 2003, DE PLENÁRIO

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presi-

dente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei de Conversão nº 17 é decorrente da Medida Provisória nº 114, que tramitou na Câmara dos Deputados. Esse projeto teve deliberação no dia 21 de maio de 2003 e está, agora, no Senado Federal, em caráter de revisão.

O Projeto de Lei de Conversão nº 17 foi aprovado com profundas modificações à Medida Provisória nº 114. Trata da repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas sob a égide de vários programas e fontes de recursos que integram essa política.

Por meio desse diploma legal, pretende-se a revogação das Leis nºs 10.464, de 2002, e 10.646, de 2003, com a revalidação dos seus textos, acrescidos de novos dispositivos em favor dos trabalhadores assentados em projetos de reforma agrária em todo o Brasil e dos agricultores familiares, de mini e pequenos produtores rurais localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Esse projeto de lei de conversão institui também o Programa de Aquisição Alimentar, programa vinculado ao Pronaf, aos agricultores familiares, para garantir a compra dos alimentos produzidos tanto para a regulação dos nossos estoques reguladores como para abastecer o Programa Fome Zero e dar garantia efetiva de comercialização da safra dos nossos agricultores familiares.

Portanto, trata-se de projeto de lei de conversão da maior importância, e estamos, aqui no Senado Federal, tentando buscar o acordo, em termos de mérito, para a votação. Temos nos debruçado, ao longo dos últimos dias, nas tratativas para que este acordo avance.

Como já tive oportunidade de explicitar, na tramitação da Câmara, o projeto foi profundamente alterado, e, na medida provisória encaminhada pelo Presidente da República à Câmara, já há uma expansão do atendimento, principalmente para os assentados, para os agricultores familiares, para os mini e pequenos produtores rurais, de forma expressiva, significativa. Estou convencida de que nunca tivemos a oportunidade de apreciar, em termos de Congresso, um atendimento no sentido de repactuar e alongar dívidas desses setores da nossa agricultura.

Para se ter uma medida da ampliação do alcance dessa Medida Provisória, agora transformada em Projeto de Lei de Conversão nº 17, trago ao conhecimento que a Medida Provisória nº 77, que tramitou aqui na forma de Projeto de Lei de Conversão nº 33, votado em março deste ano, atendia, atingia, beneficiava 330 mil contratos.

Esse projeto de lei de conversão beneficia, atende, 825 mil contratos, sendo que parte deles não é de contratos meramente individuais, são também contratos coletivos de assentamentos, de cooperativas. Se fizermos uma conta muito simples, colocando, em média, cinco pessoas por família, teremos, no mínimo, algo em torno de quatro milhões de brasileiros sendo atendidos em seu pleito de repactuar suas dívidas, permitindo o desfogo da pressão bancária por meio do pagamento de suas dívidas e permitindo que eles possam ter acesso a crédito, para que, neste momento em que está se desenhando o novo programa da safra, esse segmento possa ter viabilidade, perspectivas.

Foram 330 mil contratos contemplados pela Medida Provisória nº 77, que foi aprovada nesta Casa como Projeto de Lei de Conversão nº 33, que produziu um profundo debate e o acordo que permitiu votá-la, garantindo que viesse para o Congresso um projeto com a amplitude deste que estamos tratando agora. É fundamental termos esse entendimento.

Gostaria de resgatar um pouco da história do Projeto de Conversão nº 17, de 2003, fruto do acordo produzido aqui neste plenário. Para tanto, gostaria de reproduzir alguns trechos de discursos proferidos na Ordem do Dia em que houve a votação do Projeto de Lei de Conversão nº 33.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora, perdoe-me interrompê-la.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a está emitindo parecer sobre a admissibilidade e o mérito também?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, eu estou apenas fazendo uma introdução. Em seguida, vou apresentar o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Podemos considerar o parecer total da relatora, também sobre o mérito, embora...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, quanto ao mérito não temos ainda conclusão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a, portanto, está oferecendo parecer sobre a admissibilidade?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, sobre a admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Gostaria apenas, Sr. Presidente, de resgatar um pou-

co da história da aprovação do citado projeto de lei de conversão. Vamos apreciar em termos de admissibilidade. Espero que, amanhã, consigamos aprovar o mérito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – E eu também.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Temos alcançado o que alcançamos é mérito deste Plenário. Sr. Presidente, quando temos a responsabilidade e o mérito de ter produzido algo com o alcance que tem essa medida provisória, é importante resgatarmos o trabalho coletivo realizado aqui.

Vou terminar em breve. Apenas quero resgatar alguns trechos dos pronunciamentos relativos à matéria. O Líder do Governo colocou a situação de forma muito clara naquela época:

Quero chamar a atenção de que existe um compromisso de Governo que vale muito mais do que uma pequena emenda: o compromisso de resolver definitivamente essas questões para os pequenos agricultores. E no prazo de até trinta dias, Sr. Presidente. Se esse não é um excelente acordo, o que é um bom acordo nesta Casa então? O que adianta votarmos algumas emendas parciais, como a que prorroga o prazo por noventa dias? Isso inviabilizará a apresentação de outra medida provisória sobre o mesmo mérito e prejudicará os agricultores que não serão contemplados com essas emendas, como é o caso da individualização da dívida.

Está errado esse encaminhamento para quem verdadeiramente lutou para resolver o problema dos pequenos agricultores, como a Senadora Heloísa Helena, o Senador Renan Calheiros, o Senador Romero Jucá, que tem sensibilidade, o Senador Teotônio Vilela Filho e o próprio Relator – que, no caso, era o Senador Jonas Pinheiro – que está de acordo com essa preocupação. Essa é que é a verdade.

Portanto, peço a ponderação dos líderes para que aceitem esta proposta de encaminhamento e a repactuem entre os partidos, a fim de garantir pleno atendimento à agricultura familiar, que precisa, sim, de uma atenção especial. Trata-se de um compromisso do Governo e de todos os partidos. É um esforço que está sendo construído.

Dessa forma, poderíamos votar o texto original, com o compromisso de, em até trinta dias, resolvermos de fato todos esses problemas complexos – o Governo tem total compromisso de resolvê-los.

Foi esse apelo, esse acordo pactuado entre todos os partidos que permitiu termos agora esta medida provisória transformada em projeto de lei de conversão, feito a muitas mãos. É para este projeto de lei de conversão que estamos agora apresentando o nosso parecer oral pela admissibilidade, tendo em vista que ele atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e inclusive os de relevância e urgência, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 5º da Resolução nº 1 do Congresso Nacional.

O PLV nº 17, de 2003, também atende as normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei Complementar nº 101, de 2000, a LDO e a Lei Orçamentária da União.

Isso posto, nosso parecer e voto são pela admissibilidade do PLV nº 17, de 2003.

Quanto ao mérito, apresentaremos o nosso parecer, emendas e voto oportunamente. Estamos nos esforçando muito para que isso possa acontecer na sessão de amanhã, tendo em vista que este PLV vai permitir, como já disse, que os agricultores em situação de crédito insolúvel possam ter nova oportunidade de acesso ao crédito para financiarem seus investimentos e custear suas safras.

Era desejo do Presidente da República lançar o plano de safra deste ano no próximo dia 9. Não sei se S. Exª irá fazê-lo, mas ajudará, e muito, se este projeto de lei de conversão já tiver sido votado.

Sr. Presidente, este é o meu parecer e o meu voto: pela admissibilidade do PLV nº 17, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é pela admissibilidade da matéria, considerando os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em votação o parecer do Relator, Deputado João Grandão (PT – MS), e da Relatora revisora, Senadora Ideli Salvatti, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Não havendo acordo para continuidade da apreciação da matéria, declaro encerrada a Ordem do Dia.

É o seguinte o item restante da Ordem do Dia, que fica sobrestado:

Item 2:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 115, DE 2003
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 115, de 2003, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa, e da Integração Nacional, no valor de doze milhões de reais, para os fins que especifica, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado José Borba (PMDB-PR), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e contrário às emendas apresentadas perante aquela Comissão.

Relator Revisor: Senador Sibá Machado

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Líder do PPS. Em seguida, estão inscritos os senadores Antonio Carlos Valadares e Arthur Virgílio.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nas últimas décadas, surgiram milhares e milhares de organizações não-governamentais em todo o mundo. De pequenas organizações filantrópicas espalhadas mundo afora, tornaram-se, ao longo dos anos 90, um negócio tão grande, que passaram a ser denominadas de Terceiro Setor.

Mas qualificar as ONGs indiscriminadamente como Terceiro Setor é enganoso. Ao contrário de ser um grupo homogêneo, trata-se, na realidade, de milhares de organizações em todo o mundo, algumas pequenas, com não mais que meia dúzia de pessoas, e outras maiores e mais bem estruturadas do que conhecidas empresas multinacionais. Algumas, como a Cruz Vermelha, têm décadas de nobres serviços

prestados à humanidade. Outras, entretanto, apesar da aparência de humanitarismo, passam longe da realização da filantropia em suas atividades, ou fazem da filantropia mera justificativa para a obtenção de recursos financeiros de Estados e de particulares.

Assim, é preciso ficarmos de olhos bem abertos, para que não sejamos enganados por alguns que transformam as desgraças e necessidades humanas em meios para arrecadar dinheiro.

O jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 6 de maio último, publicou matéria que passou despercebida da maioria das pessoas. Intitulada “**Washington Post** denuncia ONG ambientalista”, informa que o importante jornal americano – conhecido por reportagens-denúncia como aquela do caso Watergate – fez uma série de matérias sobre a organização não-governamental The Nature Conservancy.

O respeitado periódico americano denunciou que aquela ONG estaria mais preocupada em fazer negócios do que em promover a conservação da natureza. Repito, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais preocupada em fazer negócios do que em conservar a natureza.

Fiquei bastante interessado na notícia veiculada pelo jornal paulista, ainda mais que, como todos sabemos, os governos – e o Governo brasileiro não é diferente – são responsáveis, em grande parte, pela sobrevivência financeira de organizações não-governamentais. Em razão disso, não é perda de tempo atentarmos para a influência negativa que tais entidades podem ter sobre os governos com o fim único de obtenção de rendas.

Podemos imaginar que as ONGs seriam menos burocráticas do que os governos, mas sofrem de um outro mal terrível: são muito menos transparentes. Enquanto, como todos sabemos, o Governo brasileiro é obrigado a apresentar relatórios e informações sobre os seus gastos e existe rígido controle sobre eles por parte do Tribunal de Contas e do Judiciário, as ONGs gastam o dinheiro – muitas vezes oriundo dos impostos que pagamos – sem nenhuma transparência ou clareza para o restante da sociedade.

Como disse, a reportagem de **O Estado de S. Paulo** despertou-me profunda curiosidade, tanta curiosidade que fui levado a averiguar quais seriam exatamente as denúncias apresentadas pelo jornal **Washington Post**.

Prêmios foram criados para laurear reportagens como essa feita pelo jornal americano. Assinada pelos jornalistas Joe Stephens e David B. Ottaway, a reportagem foi fruto de dois anos de pesquisas em do-

cumentos oficiais e agências do governo, entrevistas com funcionários e dirigentes da ONG The Nature Conservancy e doadores de recursos. Trata-se, portanto, Sr. Presidente, de coisa muito séria, e as informações apresentadas merecem e devem ser levadas em consideração.

Essa ONG, The Nature Conservancy, apresenta-se em seu **site** como entidade voltada à conservação de 37 milhões de hectares em 1.400 áreas de preservação, inclusive no Brasil. É fascinante que o **site** traz, ainda, a informação de que a entidade se encontra em campanha para arrecadar a quantia de US\$1,250 bilhão. Convém repetir: US\$1,250 bilhão. Esse valor é superior ao PIB de muitos países e superior ao faturamento de grandes empresas multinacionais.

Se o valor dessa campanha impressionou a muitos dos nobres colegas aqui presentes, vale informar um valor ainda maior: US\$3 bilhões. Esse é o montante dos ativos da organização.

É claro que ter muito, muito dinheiro não significa nenhum crime. Porém, de acordo com a reportagem do **Washington Post**, a ONG não é benévola quando se mostra para o público. O jornal denuncia o mau uso do dinheiro arrecadado. Em vez de ser usado para a conservação da natureza, estaria sendo utilizado para beneficiar os associados ou dirigentes.

O presidente da ONG, Steven J. McCormick, e outros dirigentes teriam recebido grandes empréstimos e descontos em negócios, utilizando-se, para isso, de recursos destinados originalmente para a conservação da natureza.

Como se isso já não fosse suficientemente grave, o jornal faz ainda a grave denúncia de que a ONG estaria, na realidade, agindo de forma prejudicial à conservação do meio ambiente, ou seja, a ONG agiria contrariamente à sua finalidade declarada. Estaria, por exemplo, utilizando uma área de mil hectares, destinada inicialmente à preservação de uma ave rara, para a exploração de petróleo.

Em outro caso, teria vendido áreas destinadas à preservação para a construção de casas com piscinas. Ainda em outra situação, teria sido relutante em tomar posição em caso de desastres ecológicos, porque, de alguma forma, estaria ligada aos causadores do problema.

Em relatório interno da ONG, produzido por um cientista em 2001, afirma-se que a organização não está preocupada em fazer ciência, mas em negociar terras.

É importante observar, também, que existe uma estranha relação entre a organização e grandes empresas poluidoras americanas. Muitas das maiores poluidoras daquele país fazem parte do conselho-diretor da entidade. Dentre os parceiros da ONG, se assim podemos chamá-los, estão as duas maiores empresas americanas consumidoras de árvores.

Parece, Sr. Presidente, que essa ONG está preocupada com muitas coisas, mas conservar a natureza não parece ser uma delas.

No Brasil, segundo o **Estado de S.Paulo**, a ONG atua há 15 anos e tem parceria com oito ONGs brasileiras. Mesmo que as reportagens produzidas pelo **Washington Post** não mencionem nem façam nenhuma denúncia quanto às atividades da ONG no Brasil, parece-me necessário mantermos os olhos abertos para a atuação dessa organização em nosso País. Ela movimenta, aqui, a quantia de US\$5 milhões por ano.

Façamos, por fim, Sr. Presidente, um rápido exercício mental. Se as denúncias apresentadas pelo **Washington Post** fossem contra o governo americano ou contra o presidente americano George W. Bush, teriam um impacto bombástico. É lícito afirmar que muitas cabeças rolariam e que a própria carreira política do Sr. Bush teria chegado ao fim. As denúncias, entretanto, foram feitas contra uma ONG. A mídia e o senso-comum, infelizmente, chegaram ao ponto de considerar esse tipo de organização como sacrossanta. Quem tem a coragem e a ousadia de dizer certas verdades? Para nossa mais profunda tristeza, apenas o jornal **O Estado de S.Paulo** informou o público brasileiro sobre o caso.

Que essas reportagens nos sirvam de alerta. Que essas entidades sejam fiscalizadas, observadas e vigiadas. Devemos cuidar para que o território brasileiro não seja utilizado para atividades que passam longe, muito longe, da conservação e da preservação da natureza.

Sr. Presidente, também estou anexando a reportagem publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, que peço seja transcrita como parte integrante do meu pronunciamento.

Além disso, até para reforçar este meu pronunciamento, quero lembrar o que apurou a CPI das ONGs do Senado Federal, que tive a honra de presidir, quando foram investigadas 14 ONGs no Brasil: Associação Amazônia, Conselho Indígena de Roraima – CIR; Associação Regional Indígena do Rio Kino, Cotingo e Monte Roraima – Arikon; Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia,

Norte do Mato-Grosso e Sul do Amazonas – Cunpir; Proteção Ambiental Cacoalense – Paca; Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima – Sodiur; Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro – Cooperíndio; Fundação “O BOTICÁRIO de Proteção à Natureza”; Sociedade de Proteção à Vida Selvagem – SPVS; Núcleo de Apoio a Pacientes de Câncer – Napacan; Agência de Desenvolvimento Sustentável “Brasil em Renovação” – Adesbrar; Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima – Alidicir; FOCUS on Sabbathal, uma ONG canadense e americana, e a Unificação Mundial das Famílias para Paz, dirigida pelo Reverendo Moon.

Por falta de tempo, deixamos de investigar cinco ONGs, e, no plano de trabalho da relatora, ainda havia mais quatro por investigar. Infelizmente não foi possível investigar todas, mas conseguimos provas suficientes para pedir providências contra pelo menos dez dessas ONGs. Inclusive, a Presidência do Senado já expediu os ofícios para os órgãos competentes.

Faço este registro, portanto, Sr. Presidente, para dizer da minha admiração pela postura do jornal **O Estado de S.Paulo**, talvez um dos poucos jornais do Brasil que tratam sem parcialidade a questão das organizações não-governamentais no País.

A própria CPI das ONGs propôs uma legislação que determina que essas organizações sejam submetidas à fiscalização do poder público, o que fará com que passem a ter transparência em seus atos. E isso para que, no futuro, não pensemos que o rótulo de organização não-governamental está acima da lei, não deve ser investigado. E espero que o projeto que regulamenta a atuação dessas ONGs, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja aprovado e venha a debate, uma vez que daqui do plenário é que foi pedida a audiência da CCJ, embora não houvesse regimentalmente a necessidade dessa audiência, porque era um projeto oriundo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero, portanto, deixar mais esse alerta a respeito da atuação dessas organizações não-governamentais, no Brasil, que estão comandando a política ambientalista e indigenista do País.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVAL-
CANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

ONG's investigadas e citada no Relatório da CPI

- 1) **Associação Amazônia;**
- 2) **CIR** – Conselho Indígena de Roraima
- 3) **ARIKON** – Associação Regional Indígena do Rio Kino, Cotingo e Mont Roraima;
- 4) **CUNPIR** – Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Norte do Mato-Grosso e Sul do Amazonas;
- 5) **PACA** – Proteção Ambiental Cacoalense;
- 6) **SODIURR** – Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima;
- 7) **COOPERÍNDIO** – Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro;
- 8) Fundação **“O BOTICÁRIO de Proteção à Natureza”**;
- 9) **SPVS** – Sociedade de Proteção a Vida Selvagem;
- 10) **NAPACAN** – Núcleo de Apoio a Pacientes de Câncer;
- 11) **ADESBRAR** – Agência de Desenvolvimento Sustentável “Brasil em Renovação”;
- 12) **ALIDICIR** – Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima;
- 13) **FOCUS on Sabbatical**, e
- 14) Reverendo **MOON** – Unificação Mundial das Famílias para Paz.

ONG's com Requerimentos aprovados pela CPI e que não houve tempo hábil para serem investigadas.

- 1) Requerimento nº 03/2001 – Aprovado em 22.05.2001, de autoria da **Senadora Marina Silva**
Assunto: Solicita ao Ministério da Saúde, lista de entidades sem fins lucrativos (ONG's), que trabalham no Programa DST – AIDS e as que desenvolvem atividades com povos indígenas.
- 2) Requerimento nº 036/2002 – Aprovado em 07.05.2002, de autoria do **Senador Moreira Mendes**
Assunto: Gasoduto da Amazônia
- 3) Aprovado pelo Plano de Trabalho da Sra. Relatora - **CIMI** – Conselho Indigenista Missionário

- 4) Aprovado pelo Plano de Trabalho da Sra. Relatora – **URIHI** – Saúde Yanomami

Obs.: Embora constantes do Plano de Trabalho da Sra. Relatora essas ONG's não foram ouvidas pela Comissão.

Denúncias recebidas pela CPL, de ONG's com atuação irregular e não analisadas.

- 1) Venda ilegal de terras na Amazônia, via Internet, pelos Senhores: **Donald Elmo Davis, Mary Lanetho Davis e João da Cruz Veloso**, fundadores da ONG “Rainforest Preservation Foundation”, os quais tiveram prisão decretada pela Justiça Federal – 4ª Vara – Seção Judiciária do Pará;
- 1) **OCCA** – Organização de Cultura e Cidadania – Presidente: Sra. Maria Inês da Silva (Vinculada a **ENTERPA** Ambiental – Prefeitura Municipal de São Paulo);
- 2) **IMAZON** – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Matéria veiculada Pelo Jornal “O Globo”, de 30.08.2001, sob o Título: “Criado um mapa da Amazônia Sustentável”, que enfoca estudo apontando áreas onde a floresta pode ser explorada, envolvendo a referida ONG;
- 3) **ISA** – Instituto Sócio Ambiental;
- 4) **Amigos da Terra Internacional** (Friends of the earth International),
- 5) Rádio Comunitária “**Bicuda da Vila**”, pertencente a **ONG Bicuda Ecológica**.
Denúncia veiculada pelo Jornal “Jornal do Brasil”, em 30.08.2002, que enfoca a ação da Polícia Federal em apreensão dos equipamentos da referida Rádio, que transmitia para 14 bairros da Leopoldina assuntos relacionados à defesa do meio ambiente..

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE



estadão.com.br

O Estado de S. Paulo | Jornal da Tarde | Rádio Eldorado | Listas Oesp | webmail | bate-papo

últimas notícias | economia | finanças pessoais | tecnologia da informação | ciência e meio ambiente | imagens | magazine | educação | esportes | divirta-se | turismo | tempo | autos | estadinho | suplementos | classificados | shopping | guia de compras | governo

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

busca ok avançada

Terça-feira, 06 de maio de 2003 - 19h59

MAIS A INCRÍVEL VERDADE SOBRE AS MÃES de R\$19,90 por R\$16,90

CAM. FOT. DIGITAL Vivicam 20 Vivitar de R\$499,00 por R\$399,00 em 8x

Submarino

► MENU

Home
Últimas Notícias
Últimas Imagens
Arte e Lazer
Autos
Bate-Papo
Bookmark
Canal do Leitor
Ciência e Meio Ambiente
Classificados
Defenda-se
Diário do Passado
Economia
Educação
Esportes
Estadinho
Finanças Pessoais
Fóruns
Horóscopo
Internet grátis
Loterias
Magazine
Mundo
Política
Taxas e Cotações
Tecnologia
Tempo
Turismo
Webmail

classificados

imóveis
veículos
empregos
oportunidades

produtos ae

Washington Post denuncia ong ambientalista

The Nature Conservancy é acusada de fazer mais negócios do que promover a conservação. Projetos brasileiros não foram criticados

Campinas, SP - O jornal norte-americano *The Washington Post* publicou uma série de matérias especiais, entre domingo e esta terça-feira, revelando números e documentos, com sérias críticas à entidade ambientalista The Nature Conservancy (TNC), internacionalmente conhecida.

O levantamento de informações para as reportagens, assinadas pelos jornalistas Joe Stephens e David B. Ottaway, durou dois anos e incluiu pesquisa em documentos oficiais e agências de governo, entrevistas com funcionários e dirigentes da TNC e empresários doadores de recursos.


O *Post* denuncia o mau uso do dinheiro arrecadado pela ong em nome da conservação ambiental, mas usado em benefício de seus associados ou dirigentes. Além disso, a TNC estaria próxima demais do mundo dos negócios, adotando estratégias econômicas prejudiciais à conservação. Segundo uma das denúncias, a ong recebeu uma área de 2.300 acres (cerca de 1.150 hectares) da Mobil Oil, no Texas, para preservar uma espécie de ave ameaçada de extinção (uma galinha-das-pradarias), porém passou a explorar gás natural, e a perfuração de poços teria causado o declínio da população da ave.

Em outra reportagem, o jornal mostra que diversas áreas compradas pela TNC para conservação foram depois revendidas a associados, por menos da metade do preço, com restrições de uso, mas autorização para construção de casas com piscinas. Dirigentes da ong, incluindo o

ae setorial
ae financeiro
ae agro
ae brasil
ae midia
ae foto
ae comunicação
empresarial
newspaper

investimentos

Ranking Invest Tracker Estadão 2003

TAXAS	10:14	
Nasdaq (pts)	07/05	
Dow Jones (pts)	07/05	
Bovespa (%)	+0.17	

leia no **ABC BRASIL**
IRA diz que se
desarmará se acordo de
paz for implementado

leia no **AnsaEuroSul**
Espanha-EUA: Aznar
pedirá a Bush de incluir
braço político do ETA em
lista terrorista
[7/5/2003-14:50 GMT]

presidente, Steven J. McCormick, também teriam obtido empréstimos ou descontos em negócios, utilizando recursos de fundos de conservação.

A TNC existe desde 1951 e atualmente está relacionada à preservação de cerca de 3,5 milhões de hectares, divididos em 1.400 santuários, em diversos países. Destes, pelo menos 1 milhão de hectares seriam de propriedade da ong. É o maior conjunto mundial de áreas privadas destinadas à conservação. Sua principal estratégia é adquirir terras em áreas ameaçadas, destinando-as a usos considerados compatíveis com a conservação.

“Durante quase dois anos, o *Washington Post* trabalhou uma série de artigos sobre a TNC, que cooperou totalmente com o jornal, a despeito da natureza negativa e bitolada de suas questões. Ao invés de valorizar as enormes contribuições da Conservancy para preservar terras e águas preciosas na Terra, os artigos focam alguns poucos problemas isolados e não representativos do nosso largo espectro de conquistas”, diz a nota oficial da TNC, comentando as reportagens.

Alegando que o retrato pintado pelo *Post* “não é honesto”, a nota ainda considera esta “representação errônea do trabalho feito pela Conservancy um desserviço a uma organização comprometida com uma agenda de conservação, com a maior integridade”.

Parcerias brasileiras

No Brasil, a ong atua há 15 anos e tem parcerias com 8 ongs nacionais, em projetos que vão de seqüestro de carbono à proteção de áreas no Pantanal, na Caatinga, Amazônia e Mata Atlântica. Em geral, os projetos são executados pelas ongs brasileiras, com 95% dos recursos provenientes de doações feitas nos Estados Unidos, segundo Joe Keenan, diretor da TNC no Brasil. O montante de recursos anuais, dirigidos ao Brasil, está em torno de US\$ 5 milhões.

“Acredito que as denúncias do *Post* não terão repercussão sobre os projetos brasileiros. Não houve nenhuma menção ao Brasil nas reportagens. Quanto aos problemas apontados nos Estados Unidos, acredito que as matérias foram um pouco tendenciosas, o que não foi justo, mas não sou editor do jornal para dar palpite. A TNC é uma entidade grande, com muitos projetos de conservação e nem todos tiveram 100% de sucesso. Isso acontece, o importante é que estamos experimentando, tentando achar soluções”,

argumenta Keenan.

“Os projetos apoiados pela TNC no Brasil têm resultados concretos, em termos de conservação, mostrando uma relação das ongs nacionais importante e proveitosa”, complementa Clóvis Borges, diretor-executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), a parceira mais antiga da ong no Brasil (desde 1991).

Borges afirma que as terras compradas no País com recursos da ong americana são administradas por entidades brasileiras e foram (ou estão sendo) transformadas em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), ou seja, integram oficialmente o sistema de unidades de conservação.

A SPVS tem 3 projetos de seqüestro de carbono em parceria com a TNC, que envolvem a compra de terras na região de Guaraqueçaba, no Paraná. Nestas áreas estão sendo plantadas árvores nativas, há um programa de conservação de longo prazo (40 anos) e projetos de desenvolvimento sustentável para comunidades locais, que já resultaram, por exemplo, na multiplicação por 3 da renda obtida por bananicultores.

Na mesma região, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza adquiriu a Reserva Natural de Salto Morato, com recursos da TNC, para proteger um remanescente de Mata Atlântica, dentro do programa “Adote um Acre”, coordenado pela ong americana, em parceria com a General Motors.

Liana John

<http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2003/mai/06/266.htm>

Copyright © 2003 Agência Estado. Todos os direitos reservados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, retorno à tribuna do Senado Federal para, novamente, tratar do tema água, objeto também dos discursos pronunciados no início desta sessão, em homenagem ao Dia do Meio Ambiente.

A importância das águas para a vida humana e o equilíbrio fundamental dos ecossistemas, por um lado, e a escassez quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos próprios para consumo, por outro, já foram objeto de incontáveis pronunciamentos nesta Casa.

No Brasil, que dispõe da maior quantidade de água doce do Planeta, essa abundância dos recursos hídricos não afasta o problema de sua distribuição desproporcional no território, tampouco da contaminação, má gestão e falta de planejamento. O Poder Público já reconhece que a melhoria das condições de saneamento e saúde da população e a disponibilidade e uso racional dos recursos hídricos são fatores essenciais ao desenvolvimento socioeconômico do País e de seus habitantes, tanto que ressaltou que a água é um bem público (que pode ser de propriedade dos Estados ou da União, segundo a Constituição Federal – arts. 20, III, VI e VIII, e 26, I, da CF/88), limitado e dotado de valor econômico.

É bom lembrar que 20% do escoamento global da água doce origina-se exclusivamente na Bacia Amazônica e, por outro lado, algumas áreas da América do Sul se constituem nas áreas mais secas da Terra. É o caso, por exemplo, de Arica, no Chile, cujo índice pluviométrico está em torno de zero, mantendo-se no século XX por 40 anos consecutivos com esse mesmo índice.

Assim, o sistema moderno de produção industrial de massas, identificado por valores de consumismo e individualismo exacerbados, impostos pela lógica de mercado, deu causa a problemas ambientais de proporções jamais vistas na história da humanidade: a possibilidade de extinção da vida na terra. A *consciência ecológica* surge como força coercitiva externa ao sistema e capaz de nele impor correções em favor dos anseios e necessidades da coletividade, por meio de movimentos de pressão política. Temos que adquirir consciência ecológica por meio de vivência e de sofrimento. É isso, Sr. Presidente, que a comemora-

ção da Semana do Meio Ambiente busca trazer: a consciência ecológica.

A degradação do meio ambiente é, principalmente, uma obra do homem, muitas vezes levado pela necessidade de empreendimentos estruturantes, visando ao desenvolvimento. É o caso das hidrelétricas e represas que são construídas em todos os países para atender aos reclamos de energia elétrica e de irrigação. No século XX, pelo menos 800 mil pequenas represas e 40 mil grandes represas foram construídas em todo o mundo. Dessas, a grande maioria foi construída a partir de 1950 e os maiores números são encontrados na China, depois nos Estados Unidos, na antiga União Soviética, Japão e Índia. Em face dessas obras monumentais, principalmente para o suprimento de energia elétrica, mais de 60% dos rios do mundo foram desviados ou sofreram alguma alteração na sua vazão. Essas obras de infra-estrutura, muito embora importantes, modificaram o ecossistema, fazendo com que a pesca praticamente desaparecesse, tornando a navegação impraticável, como em grande parte do rio São Francisco, que tinha uma extensão navegável de aproximadamente 1.000 quilômetros e que hoje está reduzida a pouco mais de 100 quilômetros, e em muitos lugares –, em face da engenharia do homem, a navegação se tornou impraticável, notadamente entre os Estados de Bahia, Sergipe e Alagoas.

Segundo Maude Barrlow e Tony Clarke, no livro intitulado **Ouro Azul**:

Desde que o símbolo do domínio humano existe sobre a natureza, as grandes represas foram desacreditadas, à medida em que a evidência de seus impactos ecológicos maciços surgem constantemente.

Já Patrick McCully diz em seu livro **Rios Silenciados**:

O problema com os reservatórios é que, para construí-los, é necessário inundá-los e submergir a vegetação do solo, criar o habitat necessário que absorve qualquer mercúrio que está no solo, o reservatório converte esse mercúrio de forma que os peixes podem ingeri-los e ele entra na cadeia alimentar. Todos sabem os efeitos letais do mercúrio consumido pelos seres humanos.

Os peixes são afetados de forma violenta, particularmente as espécies migratórias, como o salmão. Os fluxos de rios, reduzidos, que escoam de uma represa, matam o habitat dos peixes assim como aque-

cem a água, privando-a de oxigênio. Exemplo dessa matança generalizada de peixes foi o represamento do rio Columbia, nos Estados Unidos, quando mais de um milhão de peixes nunca mais retornaram, anualmente, ao leito do rio para procriar. No Estado de Sergipe, devido às grandes represas construídas - que, de fato, contribuíram decisivamente para o processo de desenvolvimento não apenas de Sergipe como também da Região Nordeste -, como a represa de Xingó, os peixes praticamente desapareceram, provocando a mortalidade, a falta de procriação e o desemprego em massa dos pescadores. É um preço realmente desumano que estamos pagando para a conquista do desenvolvimento.

A gestão sustentável dos recursos hídricos, até hoje excessiva e irracionalmente explorados, poluídos e desperdiçados, depende, de início, do próprio reconhecimento social de sua importância. A valorização destes recursos deverá ser o escopo final de quaisquer campanhas educacionais de informação e de conscientização dirigidas aos consumidores (sociedade civil) ou ao setor produtivo (usuários).

Por fim, é preciso que toda a sociedade, especialmente os usuários de recursos hídricos, conheça e compreenda as possíveis consequências de seus atos. Nesse sentido, a educação ambiental deverá abranger a legislação que dispõe sobre crimes e infrações administrativas contra o ambiente aquático ou os seres que nele habitam.

A educação ambiental vem fortalecer essa dinâmica, mas, para isso, deve enfrentar a problemática ambiental em suas origens, debruçando-se sobre as causas socioeconômicas de seu desequilíbrio, os variados efeitos das atividades produtivas sobre o meio natural e, por fim, os riscos e custos sociais e financeiros implícitos nessas correções. Sua abordagem do meio ambiente deve envolver todos os espaços onde a vida se desenvolve e os seres vivos interagem. Sua prática deve se dar à luz da ética ambiental, que reintegra o homem à natureza e resgata valores de amor ao próximo, compreendendo que todos os seres e ecossistemas estão de alguma forma conectados entre si, em dinâmicas interdependentes a exigir um convívio harmônico sobre o Planeta; este por si também se constitui em um grande organismo vivo, do qual todos dependemos e fazemos parte.

Para nós brasileiros, que estamos distantes daqueles desertos africanos, australianos, asiáticos ou do Oriente Médio, restam-nos lições que devemos aprender e problemas a refletir, apesar de possuídores de 20% da água doce do mundo. É pre-

ciso muito cuidado na sua utilização, sobretudo na Amazônia, sob pena de pormos em risco o maior ecossistema florestal do mundo, com sérias consequências para o clima terrestre. Entendemos que o nosso problema de água parece ser uma questão de disciplinamento e de uso racional, como também a não utilização até agora de fontes intocadas e que representam enorme potencial disponível no momento em que se discute os desvios das águas do rio Tocantins para o rio São Francisco, fato que ensinaria o aumento da vazão do Velho Chico e a possibilidade de, com a sua revitalização, promover projetos de desenvolvimento sustentável e, com isso, gerando emprego e renda na região mais pobre do País.

Samuel Murgel Branco, prefaciando o livro **Água**, de Marq de Villiers, analisando a visão otimista do autor, afirma que:

as guerras pelos mananciais de petróleo terminarão não porque a água passará a ter prioridade como riqueza e elemento de subsistência, mas porque o petróleo perderá toda a sua virtude em face da impossibilidade de se continuar a usar combustíveis não renováveis, causadores do aquecimento global. Busca constante por novas fontes de energia conduzirá certamente à utilização de disponibilidades infinitas na forma de energia solar e da energia obtida da fusão do hidrogênio. E ele afirma, ainda, que dispondo de uma fonte finita de energia dispor-se-á de uma fonte infinita de água; fontes termoelétricas movidas à energia nuclear limpa usarão vapor de água para as suas turbinas, obtidas a partir do aquecimento da água do mar e dos rios poluídos; e o condensando final desse vapor representará água gratuita e abundante para qualquer região do globo terrestre.

Se quisermos um meio ambiente saudável, preservemos então os nossos mananciais, evitando, tanto quanto possível, as obras faraônicas que possam influir na destruição do nosso ecossistema. Se a água desaparece pela poluição, degradação ou uso inadequado, o seu ocaso poderia gerar o lamento de um pequeno produtor rural como o divulgado no livro **Água**, que passo a ler para os Srs. Senadores. Em face da falta d'água na sua região, vejam o que ele escreveu:

A colheita falhou novamente, o vento e o sol

Secaram primeiro o restolho, depois uma a uma as faixas alqueivadas, secas com o calor,

Trituraram, como velhas folhas caídas, nosso lindo trigo.

O jardim é um triste e definhado ermo, e até o ar é arenoso ao meu paladar...”

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu trago à consideração dos meus Pares do Senado Federal duas ponderações, que julgo relevantes e graves.

A primeira é o fato – vou primeiro à tese, ao genérico – de que parece de pouca valia o esforço intelectual do Senado, ou seja, de os Srs. Senadores se debruçarem sobre as matérias que venham ao Senado Federal, para este Plenário, a título de medidas provisórias, quando verificamos que as modificações porventura aqui introduzidas são simplesmente anuladas na Câmara dos Deputados, que fica com a palavra final. Esse é o gênero.

Na espécie, eu digo a V.Ex^a que, por ocasião da votação da Medida Provisória nº 107, depois de alertado pela assessoria técnica do PSDB, comuniquei ao Líder Aloizio Mercadante, assim como aos demais Líderes desta Casa, que me cheirava mal o art. 26 da referida Medida Provisória. O dispositivo garantia para concessões de portos secos 25 anos e, de lambuja, dava mais 10 anos para os atuais concessionários.

No mínimo, aquilo se afigurava estranho, Sr. Presidente, porque pensávamos tratar-se de refinanciamento de dívidas de empresas. Entretanto, de repente, algo que parecia mais um contrabando do que propriamente uma colaboração efetiva ao bom corpo e ao espírito da Medida Provisória, ali estava a desafiar a nossa inquietação.

O Líder do Governo se portou com a maior correção. Estudou e confirmou que, na sua opinião, o PSDB tinha razão e, ao assumir a Relatoria da referida Medida Provisória, Aloizio Mercadante suprimiu o

malfadado art. 26. Aqui, quando agradei ao Líder pela atenção, disse-lhe que tinha razões muito pedagógicas, até didáticas, para ter-lhe levado esse pedido. É que aquilo, como estava posto e pela via que parecia mais um contrabando, desvirtuava e desvirtuaria o corpo e o espírito da Medida Provisória. Essa é a primeira razão. A segunda razão é que aquilo me cheirava mal. Na Câmara, por pressão não se sabe de quem, o Deputado-Relator, Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Professor Luizinho, reincorporou essa vantagem, essa sinecura ao corpo da Medida Provisória. E o mais grave é que isso foi à sanção presidencial. O Presidente, que a vetou parcialmente, saneando algumas outras situações equivocadas, laboradas pela Câmara dos Deputados, nesse episódio não foi talvez devidamente alertado pela sua Casa Civil. O fato é que essa situação – que a mim me cheira mal e que cheirou mal ao Senado inteiro, tanto que aprovamos a modificação sugerida pelo Relator Aloizio Mercadante à unanimidade, sem nenhum protesto nesta Casa – foi restaurada pela Câmara, em uma clara diminuição da capacidade do Senado da República.

Estou convencido, Sr. Presidente, da necessidade de uma atitude da Casa, para que o Senado não vire peça meramente decorativa quando se tratar da tramitação de medidas provisórias. É algo, repito, que, na espécie, significou a Câmara aprovar algo que a mim e ao Senado, repito, cheirou mal e, no gênero, significa que a Câmara fica sempre com a última palavra, enquanto o Senado finge que alterou uma medida provisória que, depois, ficará meramente sujeita à deliberação do Senhor Presidente da República quanto a vetar ou sancionar e, sobretudo, a respeito da decisão, do talante e do arbítrio da Câmara dos Deputados.

A outra observação, Sr. Presidente, é mais grave ainda, porque esta mexe no Senado como instituição. Eu denuncio, Sr. Presidente,...

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muito prazer, nobre Líder Renan Calheiros

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Quero concordar com V. Ex^a, verdadeiramente. O que está acontecendo é um absurdo, minimiza, sem dúvida, o papel constitucional do próprio Congresso e foi um erro com o qual nós, lamentavelmente, acabamos concordando, porque a tramitação da medida provisória tem que ser alternada: uma começa a tramitar pela Câmara e a outra começa a tramitar pelo Senado

Federal. Assim, tanto a Câmara quanto o Senador poderão ter a palavra final. O grave não é que a matéria comece a tramitar pela Câmara, mas que, invariavelmente, ela termina pela Câmara. Então, o que nós negociamos aqui acaba sendo desfeito lá, como, na verdade, aconteceu ultimamente com o Refis. Um outro fato que considero importante – e tive oportunidade de colocar hoje na reunião da Bancada do PMDB – diz respeito às matérias que votamos aqui no Senado e que ficam enalhadas na Câmara dos Deputados. Isso é um horror. Aqui, no Senado Federal, modernizamos, na Presidência anterior do Senador José Sarney e na do Senador Antonio Carlos Magalhães, a tramitação das matérias. Temos uma pauta automática. A tramitação das matérias aqui funciona automaticamente. Entretanto, as matérias são aprovadas aqui e ficam paradas na Câmara dos Deputados, sem que haja um esforço político para que lá elas tramitem também. Ou resolvemos essa questão ou teremos de envolver, que é tirar a pauta automática do Senado e também fazer uma pauta política. Eu queria manifestar minha concordância com V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a acrescenta, com muita pertinência, como é do seu feitio, uma segunda preocupação à primeira, que eu já havia trazido à análise desta Casa. Transmitirei agora uma outra preocupação a V. Ex^a. Tenho certeza de que, novamente, vamos estar de acordo, porque a minha observação seguinte é extremamente grave.

Chamo a atenção do Senador Aloizio Mercadante. Fiz a denúncia, no gênero, de que a Câmara dos Deputados está contornando o Senado, quando se trata de decisão sobre medidas provisórias. Na espécie, a minha estranheza, que foi também de V. Ex^a, é em relação ao art. 26. V. Ex^a, com enorme diplomacia, disse que era assunto para ser tratado em outra situação, e entendi ali a sua preocupação ética fundamental. A minha preocupação foi muito explícita, ao dizer que aquilo me cheirava mal. Aquilo foi restaurado na Câmara dos Deputados. O Presidente da República até saneou equívocos da Câmara dos Deputados pelo instituto do veto, mas, certamente, não foi devidamente alertado, e o artigo passou. Agora estamos vendo o País conceder mais dez anos para concessionários de portos secos, que passam a ter direito a 25 anos de concessão.

Entretanto, Senador Aloizio Mercadante, a questão mais grave de todas – esta é uma denúncia que faço também de maneira formal – é a proposta de emenda constitucional que se dispõe a reformar o sistema tributário brasileiro, enviada pelo Senhor Presi-

dente da República a esta Casa. Pura e simplesmente, em alguns de seus tópicos, ela se propõe a retirar poderes do Senado Federal conforme vou passar a provar neste momento. É algo que está acima, a meu ver, da posição partidária de qualquer um de nós, é algo que envolve a questão institucional entre o Poder Executivo e esta Casa. É hora de o Senado definir se será capaz de manter as suas prerrogativas constitucionais ou se vai abrir mão delas, ficando, mais uma vez, como uma Casa tendente a virar mera peça decorativa no cenário legislativo brasileiro.

Digo, Líder Mercadante, a V. Ex^a e à Casa, de onde provêm as minhas preocupações. A PEC da reforma tributária acrescenta o inciso IV ao § 1º do art. 155 da nossa Constituição Federal. A partir dessa manobra, deixa de existir a competência do Senado Federal de estabelecer alíquota máxima para o imposto sobre transmissão **causa mortis** e doação de quaisquer bens e direitos, passando o assunto para o crivo da lei complementar.

A segunda alteração está no inciso V do § 2º do art. 155 da nossa Carta Magna. Retira do Senado a faculdade de estabelecer as alíquotas máximas e mínimas do ICMS, uma vez que se estabelece que as alíquotas internas do imposto serão uniformes em todo o território nacional, por mercadorias, bens e serviços em número máximo de cinco. Além disso, remete a lista de produtos e serviços a um regulamento a ser aprovado pelo órgão colegiado que sucederá o Confaz.

E ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, altera o inciso IV do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, permitindo a um terço dos Governadores a faculdade de ter a iniciativa de propor resolução ao Senado Federal para o estabelecimento das alíquotas aplicáveis às operações e prestações internas e interestaduais, o que é profundamente grave. Atualmente, essa iniciativa cabe apenas ao Presidente da República ou a um terço dos Srs. Senadores.

Chamo a atenção da Casa para isso, porque, se a mim cheirou mal o episódio dos portos secos, e cheirou mal à Casa inteira, imagino que isso irá estarrecer a todos, porque me estarreceu e temos a mesma vocação para defender a liberdade da instituição a que pertencemos tão orgulhosamente.

O debate qualificado, proposto pelo Líder, e sempre aceito por esta Liderança envereda por algo fundamental: saber qual a posição do Governo em relação a essa instituição e qual a posição do Senado em relação às suas prerrogativas, se aceitará a **capitis diminutio** ou se irá se impor e saberá dizer que re-

forma, sim, para o bem do País, mas não castrando algo essencial para o Poder Legislativo, que é a sua independência, seu direito a ter suas prerrogativas constitucionais predeterminadas e, mais uma vez, reafirmadas perante o concerto da Nação brasileira.

Ouçõ com muita honra e alegria a manifestação do Líder Senador Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, primeiramente, eu gostaria de saudá-lo pela reflexão, porque o processo democrático e o regime presidencialista exigem não só independência do Poder Legislativo na sua plenitude, mas, sobretudo, definir com rigor a competência das duas Casas e o papel que o Senado Federal tem não apenas no amparo do pacto federativo, mas em todas as matérias relacionadas à política externa e ao Poder Judiciário também, que é o mandato específico dessa instituição. O rito de tramitação das medidas provisórias aprovado no ano passado ainda está em experiência, mas há vários problemas. Precisamos, primeiramente, em meu ponto de vista, criar uma comissão mista permanente que dê parecer num prazo exíguo. Caso não tenha sido dado o parecer, a medida provisória vai direto a Plenário, porque hoje as comissões de todas as medidas provisórias nunca se reúnem. Não se reunindo, há uma sobrecarga cada vez maior sobre as Lideranças, que são obrigadas a tratar de todas as medidas provisórias sem que nenhuma comissão, previamente, tenha analisado, emendado e aprimorado o processo. Então, a medida provisória não pode mais tramitar da forma como está, porque nenhuma comissão específica de medida provisória se instalou ou vai se instalar. Tudo recai sobre as Lideranças, sem uma discussão dos demais membros do Parlamento, que podem contribuir, emendar, ajustar e fazer a negociação, para que o Colégio de Líderes faça o ultimato da medida provisória para ir a Plenário. Não se deve delegar aos Líderes a negociação de todas as medidas, como está ocorrendo. Em segundo lugar, quanto ao prazo de tramitação, hoje há um congestionamento. Há mais de um mês que o Governo não edita medida provisória. Hoje mesmo a pauta está bloqueada em função desse rito. Então, temos que aprimorar o rito e, nesse aprimoramento, temos que recuperar a prerrogativa do Senado Federal. O Líder Renan Calheiros tem toda a razão e V. Ex^a também: não podemos mais continuar com esse processo. Ficamos, na realidade, desempenhando um papel de homologadores de matérias absolutamente relevantes e fundamentais para o País, em que o Senado Federal tem que opinar, participar e intervir. Na MP apresentada hoje, sobre dívida agríco-

la, de que estamos tratando, o problema básico é esse, e o acordo da Câmara não contempla as expectativas do Senado. Agora, teremos de fazer um ajuste sabendo que a Câmara tende a manter seu acordo. Então, que capacidade de intervenção o Senado tem diante desse processo? O Refis foi outro exemplo semelhante. Por isso, temos que abrir uma discussão com as Lideranças da Câmara, buscando rediscutir e aperfeiçoar o rito de tramitação das MPs e recolocar o papel do Senado. Em relação à reforma tributária, é evidente que não há, por parte do Governo – e jamais permitiríamos –, qualquer iniciativa de esvaziar a prerrogativa do Senado. Mas, na mudança de alguns tributos, há incidência sobre o papel do Senado. Na questão do Imposto sobre Transmissão **Causa Mortis**, imposto sobre herança, como é imposto estadual, cabe, sim, ao Senado definir a alíquota máxima. E qual é o problema do imposto sobre a herança ser estadual? É que cada vez que o Estado aumenta a alíquota do imposto sobre herança, o cadáver do rico sai por outro Estado. Não há como introduzir um imposto progressivo sobre a herança, como existe no Japão, na Europa e nos Estados Unidos – inclusive considero a experiência americana muito interessante, porque eles têm progressividade, mas criam fundações que permitem que o milionário doe parte da sua riqueza. É por esse motivo que existem fundações com a Ford, Kelloggs, Guggenheim, Bill Gates e tantas outras, não porque os magnatas americanos são mais generosos, mas porque o Imposto sobre Transmissão **Causa Mortis** é muito rígido, progressivo, mas estimula a criação de fundações para ciência, educação, ecologia e saúde. Portanto, precisaríamos aprimorar a legislação. A se transformar num imposto federal, o papel do Senado teria que ser definido. Podemos até manter para definir a alíquota máxima, mas será redefinido por não se tratar mais de matéria do pacto federativo. Penso que tínhamos de analisar essa questão sob essa ótica. Quanto ao ICMS também. Se for criado um imposto único, um único ICMS federal, o Iva, com cinco alíquotas, de fato se modifica o papel do Senado. Então, temos que descobrir como manter a prerrogativa. Estou de acordo com a pauta, vamos sentar e o Governo, evidentemente, estará aberto a incorporar esses itens.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Aloizio Mercadante, como último item de seu pronunciamento, gostaria de ouvir V. Ex^a falar da idéia de um terço dos Governadores passarem a ter a faculdade de propor resolução ao Senado Federal para estabelecimento de alíquotas aplicáveis às operações e prestação internas e interestaduais, algo que

hoje é prerrogativa do Senhor Presidente ou de um terço dos Srs. Senadores.

Isso é algo que gostaria de deixar na nossa pauta, pois fere frontalmente a prerrogativa da Casa a que pertencemos e que V. Ex.^a honra com o seu talento.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Concordo com V. Ex.^a e entendo que esta Casa tem uma grande capacidade de diálogo com os Governadores, cujas presenças são muito fortes nesta Casa. O nosso mandato é o do território. A Casa que representa o povo é a Câmara; aqui representamos o território brasileiro na proporção de três Senadores por Estado. Assim sendo, penso que é desnecessário. Poderíamos trabalhar essa questão junto aos Governadores, no sentido de manter o rito atual de um terço do Senado poder ter a iniciativa, porque, de alguma forma, os Estados estarão sempre representados e jamais os Senadores, independentemente de partido, deixarão de defender – os três representantes – os seus Estados, quando os seus interesses estão em jogo perante qualquer decisão da Nação. Creio que temos um caminho a trilhar, sim. A advertência é muito positiva, mas defendi, por entender que aquele parecer, aprovado pelo Plenário, sobre questão de ordem do Senador Lúcio Alcântara, permitia, no caso de emenda constitucional, a tramitação pela Câmara e pelo Senado – e a reforma tributária poderia ter iniciado pelo Senado, na minha interpretação constitucional. Assim, estaríamos agregando, incorporando, enriquecendo o processo, acelerando sua tramitação, mas isso não aconteceu. Então, neste momento, o Senado tem que negociar com os Governadores, mas, sobretudo, com os Deputados. Gostaria de concluir, Líder Arthur Virgílio, propondo – e tomo a iniciativa de fazer este comunicado a todos os Líderes do Senado – uma reunião das Lideranças da Câmara com as do Senado, para discutir a relação entre as duas Casas. Discutiríamos especialmente a questão da medida provisória, mas também alguns aspectos da reforma tributária, que merecem esse diálogo, para que, enfim, possamos ter o equilíbrio e a harmonia dos Poderes e das duas Casas, que é um princípio e uma cláusula pétrea da Constituição tão relevante quanto a independência dos Poderes. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De V. Ex.^a não esperava outra atitude a não ser a de se colocar, de fato, em defesa da instituição a que pertence com tanto brilho. E me disponho a retomar conversas antigas sobre o rito das medidas provisórias, não assumindo de maneira adrede compromissos quais-

quer, até porque é uma experiência que está em curso, mas deixando bem claro que fiz alertas para os Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Alertas fiz!

Por outro lado, tenho absoluta convicção de que uma coisa é discutirmos a questão dos prazos do rito, outra é, de imediato, colocarmos como essencial que o Senado não fique nessa posição inferiorizada diante da Câmara dos Deputados.

Mais ainda, nobre Líder Aloizio Mercadante, proponho a V. Ex.^a que, juntos, eu, V. Ex.^a e os demais Líderes, encampemos um projeto de lei ou dispositivo parecido – V. Ex.^a poderia negociá-lo com o Governo – que restabelecesse o que imaginamos tenha sido o espírito saneador do Senado em relação aos portos secos. Algo que evidencie que o Presidente da República não foi alertado suficientemente, e a Câmara dos Deputados, por sua vez, talvez não tenha procedido da maneira mais lúcida, uma vez que legitimamente sempre se manifesta.

Proponho a V. Ex.^a que encampemos algo que restaure o espírito que, a meu ver, é saneador e moralizador do seu relatório. Fico muito agradecido por ter sido eu a alertar V. Ex.^a. E V. Ex.^a, prontamente, cumpriu com o dever. Poderíamos, todos os Líderes, retomar o espírito que levou à supressão daquele que me parece um malfadado artigo, o malfadado art. 26 da medida provisória.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Bem, já havia expressado minha opinião a respeito do tema por ocasião da relatoria do Refis. Considerava a matéria não afeita ao tema da repactuação de dívidas fiscais, pois tratava de processo licitatório de concessão de portos secos, o que, a meu ver, é estranho à matéria. Como não possuía informações em relação à matéria, e não sabia que razões tinham fundamentado os Deputados – que por sinal já haviam incluído o item na MP nº 66 no final do ano passado – a retomarem isso agora, uma matéria que não estava associada ao tema. Minha expectativa era a de que o assunto fosse tratado em outra oportunidade, com dados, com transparência, com um estudo mais sistemático, e retirei. Inclusive porque imaginava que, retirando, a Câmara dos Deputados não pudesse reintroduzir. Mas reintroduziu, foi aprovado, e, de fato, o Governo não vetou. É procedente a reflexão. Precisamos aprofundar o tema, observar os impactos da medida, por que foi adotada dessa forma. Pois não consigo compreender a motivação da Câmara dos Deputados em introduzir um tema como esse em uma matéria fiscal totalmente avessa a esse tipo de preocupação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a. Vamos, sim, reiniciar o diálogo por aí. E digo que esse é um dos méritos da atividade parlamentar. Aqui não falo de Oposição ou de Governo, mas do parlamentar que se porta com espírito público em relação ao seu país. Naquela medida provisória, o porto seco entrou. Ela se destinava a tratar de refinanciamento de dívidas de empresas. Mais um pouquinho e entraria a legislação sobre disco voador, sobre objetos voadores não identificados. Portanto, é fundamental, mesmo, a atenção da Casa em defesa das suas prerrogativas e em defesa do que nós entendemos que seja o melhor do ponto de vista do respeito à coisa pública neste País.

Eu ouço o Líder José Agripino. Em seguida, ouço o Líder Tião Viana, o meu prezado Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço urgência aos apartes, porque o tempo já se esgotou, apesar de reconhecer que o assunto é de vital importância.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, agradeço a sua continuada atenção para com este orador.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, ouvindo o aparte do Senador Renan Calheiros e do Senador Aloizio Mercadante, temos a noção da importância do assunto, porque estamos tratando de uma questão conceitual. Em última análise, estamos tratando do conceito Senado – Casa revisora. Revisora de quê? Porque o que estamos votando está sendo revisto pela Câmara, e não estamos tratando de nenhum campeonato de atribuições. Não se trata disso, trata-se de encaminhar o processo legislativo com lucidez, com pragmatismo e com consequência, no interesse da sociedade. Então, penso que a proposta feita, com a qual concordo inteiramente – a reunião de Líderes da Câmara e do Senado, para que possamos fazer um encaminhamento correto, respeitando atribuições de uma Casa e da outra – é oportuníssima. Veja V. Ex^a que se falou da questão dos portos secos; não se falou da questão da inclusão no Refis daqueles que se apropriaram indevidamente do que foi recolhido de empregados. E ambas as matérias, que foram derrubadas no Senado, foram repostas na Câmara por questões que existem e que têm de ser discutidas. Mas não se pode abrir mão da atribuição do Senado como Casa revisora, do conceito de Senado como Casa revisora. Registro minha preocupação: estamos acabando de receber no Congresso e chegará ao Senado em breve a Proposta de

Reforma Tributária. O Senado tem por dever constitucional e por direito representar a Federação, tanto que o voto de V. Ex^a vale o mesmo que o meu, que o do Senador Mercadante, que o voto do meu colega Mozarildo, muito embora nossos Estados tenham dimensão e população completamente diferentes. Somos três por cada Estado para que a Federação fique bem representada. O que está ocorrendo, no meu entendimento, com a Proposta de Reforma Tributária? Sob o pretexto de acabar com a guerra fiscal – rótulo com o que não concordo, e na hora oportuna vou debater –, propõe-se o estabelecimento de cinco alíquotas para aquilo que será o ICMS ou o seu nome novo. Os valores das cinco alíquotas serão definidos pelo Senado, atribuição constitucional, federativa. Está correto. Mais importante que o número das alíquotas é saber quais produtos estarão vinculados às alíquotas. Aí, sim, entra mais uma vez a questão federativa fundamental: o interesse de cada cidadão, porque, se se deixar que a definição de produtos fiquem vinculados à alíquota de 17%, 12%, 15% ou 5% – já fui Governador –, os Estados vão ter interesse em pendurar os produtos nas alíquotas mais altas. E quem vai defender a sociedade? Isso consta da Proposta da Reforma Tributária cuja exposição de motivos defende que o conselho, que terá responsabilidade de alocar os produtos às alíquotas, terá mais representatividade política do que o Senado Federal – está escrito na exposição de motivos. Estamos, neste momento, por iniciativa de V. Ex^a, discutindo uma questão que envolve Câmara dos Deputados e Senado Federal. Mas está entrando na Casa uma provocação que reputo mais perigosa, vinda do Poder Executivo, que coloca em jogo o prestígio e a atribuição do Senado. É urgente essa reunião, acho que os Líderes da Câmara e do Senado têm de entender-se até por um dever: o de defender o que está escrito na Constituição Federal. Parabenizo V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Líder José Agripino Maia, V. Ex^a aperfeiçoa e acrescenta, e muito, ao meu discurso. Na verdade, o que a reforma me parece sugerir é, primeiramente, o aumento da carga tributária; em segundo lugar, a consagração do assembleísmo, com a criação do tal conselho, que supera as prerrogativas do Senado Federal; e, em terceiro lugar, até que provem o contrário – para isso entraremos em discussão absolutamente democrática e respeitosa com as lideranças do governo –, a referência a esta Casa do Legislativo. É fundamental que estejamos de atalaia diante dessa investida.

Concedo a palavra ao nobre Líder Tião Viana, com muita honra. Em seguida, concederei a palavra aos Senadores Antonio Carlos e Sérgio Guerra.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, cumprimento-o pelo importante pronunciamento que faz em defesa do processo legislativo brasileiro. V. Ex^a aborda um tema que atinge todos os partidos e o Senado Federal e que, seguramente, incomoda a Câmara dos Deputados. Gostaria apenas de trazer uma lembrança histórica. Essa matéria começou em 1995, com o então Senador Espiridião Amin, que abordava um controle, uma normatização do fluxo das medidas provisórias. O Relator, Senador José Fogaça, apresentou como proposição, em seu relatório, que houvesse uma entrada de medida provisória pela Câmara, outra pelo Senado, exatamente para criar um equilíbrio e não um fluxo único, anulando o papel revisor do Senado Federal e colocando toda a força para a Câmara dos Deputados. Infelizmente, o parecer da Câmara dos Deputados alegou inconstitucionalidade, invocando a interpretação de que, por tratar-se de projeto de lei de autoria da Presidência da República, a medida provisória teria a mesma conotação e, portanto, não poderia entrar pelo Senado Federal, mas apenas pela Câmara dos Deputados. Mais adiante, o Senador Lúcio Alcântara apresentou uma medida defendendo que emendas constitucionais também tivessem esse fluxo: uma entrada pela Câmara dos Deputados e outra pelo Senado Federal. Infelizmente, o resultado, cujo histórico conhecemos, é uma tragédia, porque compromete o princípio federativo e o papel de casa revisora do Senado Federal. V. Ex^a está coberto de razão. Penso que é um dever de todos os partidos fazer uma reunião com os Líderes da Câmara dos Deputados, para normatizarmos e criarmos o equilíbrio entre as partes. Não é justo que isso possa continuar da forma como está, com plena desconsideração à autoridade do Senado Federal nesse tipo de situação. No que diz respeito à matéria tributária que V. Ex^a aborda, penso que estamos em plena dinâmica de um debate no Parlamento. Vamos construir esse debate tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal e amadurecê-lo. Entendo que temos de abrir e sempre preservar a tradição da autoridade que tem conquistado o Senado Federal. No Parlamento alemão, por exemplo, qualquer excesso de arrecadação na política tributária é decidido pelo Senado. Temos de fortalecer o Poder Legislativo, já que o Governo do Presidente Lula afirma-se como um Governo de convivência plural, de convivência com diversos enfoques de gestão. Isso teria muito a engrandecer o nosso Governo e a nossa

sociedade, com um direcionamento para o fortalecimento do Legislativo. Penso que a questão tem sido defendida pelo Senado, inclusive com matérias como a que o Senador Antonio Carlos Magalhães trouxe, tratando do Orçamento como o mais respeitado no Congresso. Defendo até que um terço da proposta orçamentária seja de autoria do Congresso Nacional, para que tenhamos uma maior presença do Legislativo nas ações com a sociedade brasileira. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço ao nobre Líder Tião Viana pelo oportuno, equilibrado e talentoso aparte.

É lamentável que estejamos vendo o Senado em xeque pela PEC da reforma tributária ou pelo rito das medidas provisórias. É bom termos a convicção de que, nesta Casa, de forma suprapartidária, mostraríamos eventualmente a um Governo que não se convencesse pelo bom senso – mas imagino que este terá bom senso para convencer-se – que esta Casa tem orgulho e auto-estima suficientes para não permitir que ninguém, seja quem for, amesquinhe o seu poder de casa legislativa, com todas as responsabilidades históricas que vêm do Império e que passarão, como melhor herança, aos nossos filhos e netos.

Concedo o aparte, com muita honra, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a está de parabéns por abordar um assunto tão importante. Sua importância é tal que contou com o apoio unânime das lideranças que até aqui se manifestaram. Em verdade, o Senado não pode se deixar diminuir – e isso está ocorrendo – em relação à atuação da Câmara dos Deputados. Não se trata de uma luta entre as duas Casas, mas de um problema. Sendo esta Casa revisora, não poderá ficar subalterna, sempre, aos interesses da própria Câmara, que chega a reter projetos importantes desta Casa. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fui designado Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 27 de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge, cujo relatório favorável já está de posse daquela Comissão, pronto para pauta, no sentido de que as medidas provisórias sejam enviadas alternadamente, uma vez para o Senado e outra para a Câmara e vice-versa. Tenho, já a postos para este ano, uma PEC, que está agora na mão do Senador José Jorge e que já deveria ter um parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que as medidas provisórias sejam enviadas alternadamente, uma vez para o Senado e outra para a Câmara e vice-versa. Isso já será um instrumento para o Presi-

dente José Sarney discutir com as Lideranças e o Presidente da Câmara dos Deputados sobre uma posição melhor do Senado em relação a esse assunto. Não tenho dúvida de que o próprio Governo Federal não vai querer amesquinhar qualquer das Casas do Congresso, principalmente o Senado da República. Esse assunto tratado pelo Senador José Agripino tem muita razão de ser. Não há conselho externo que possa sobrepujar as Casas do Congresso. É preciso que isso fique bem claro para o Poder Executivo. E é muito feliz a atuação de V. Ex^a, como sempre, aliás, e está obtendo a unanimidade das Lideranças. Senador Mercadante, Tião Viana, José Agripino, todos que aqui falaram estão aplaudindo V. Ex^a nesse instante, porque V. Ex^a está elevando o nome do Senado da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Lembro-me do episódio em que juntos, V. Ex^a, como Presidente do Congresso, e eu, como Líder do Governo nas duas Casas, conseguimos ver aprovados mais de um orçamento, com o apoio do nossos Pares, fortalecendo a cultura de que o Orçamento tem de ser votado no ano-base, para gerar efeitos logo na primeira hora possível do ano seguinte. Valeu muito a obstinação de V. Ex^a, que, novamente, vejo que se põe em defesa do Legislativo, ao trazer à baila essa PEC que pretendo assinar e por ela lutar, por entender que ela já é a solução para um dos problemas que aqui procurei expor neste modesto pronunciamento. Muito obrigado a V. Ex^a. Agradeço-lhe profundamente.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Novamente, eu gostaria de advertir que V. Ex^a já está com, praticamente, mais quinze minutos. Sei que o assunto é importante. Estamos todos atentos a isso. Mas pediria...

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Serei breve no aparte, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Creio que é o último pronunciamento. Se transformasse em dinheiro minha gratidão a V. Ex^a, estaria devendo mais do que o país mais insolvente do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Estou com o microfone levantado por, pelo menos, um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se o Sr. Presidente permitir, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares em seguida.

Concedo o aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, mais uma vez, V. Ex^a traz ao Senado a sua palavra lúcida. Desta vez, sobre um assunto – não mais do que outros que V. Ex^a já tratou – rigorosamente relevante. Efetivamente, há um movimento em todo o País que não deve ser subestimado e que é positivo: uma mobilização para fazer reformas que, há muito tempo, não foram realizadas. A pressão para que elas se comprovem e se aprovelem nós já a fizemos há muitos anos na Oposição, no Governo, no PSDB, em vários Partidos. Muitos aqui defendem essas reformas há muito tempo, entre eles, seguramente o Líder Arthur Virgílio e eu próprio. Agora, há um enorme movimento, uma mobilização de Governadores – em si absolutamente positiva -, que visitaram o Senado, a Câmara, o Congresso, um amplo movimento democrático. Não pode haver ou deixar de haver é a convicção que V. Ex^a reafirma, aceita pelos que o apartearam, de que o centro dessa discussão, o fórum adequado para que ela se proceda, para que de uma maneira concreta os assuntos sejam examinados, é o Congresso Nacional com toda sua legitimação. Não podemos permitir que essa discussão seja tomada de emoção, seja feita de forma apressada e inconsistente. As inconsistências começam a aparecer – como essa que V. Ex^a hoje apresenta – e atingem o núcleo do poder e o próprio equilíbrio entre as diversas instituições do poder. Estou convencido de que a idéia de reunir e discutir amplamente, com tranqüilidade, com isenção e com espírito público a matéria das reformas – de maneira especial a reforma da Previdência e a Tributária – vai prevalecer. Estou convencido também de que a palavra de V. Ex^a, aceita pelos Líderes do PT, do Governo, do PFL e de outras Lideranças do Senado, confirma que essa expectativa é plausível. De toda maneira, apenas gostaria de dizer que, neste instante, o Brasil assiste a um espetáculo de publicidade. O Presidente da República aparece várias vezes na televisão, de duas a quatro vezes por dia. Não tenho nada contra o Presidente eleito se comunicar com a sociedade, seu povo, mas é evidente que há um grau excessivo de apresentação, da mesma forma que, de outro lado, há um grau mínimo de realização. Esperamos que essa pressão positiva, democrática não atinja o núcleo da democracia, que é o funcionamento estável da instituição – e para essa finalidade foi eleita –, que deve operar as decisões atinentes a essas reformas. V. Ex^a fala com a

tranquilidade e com a objetividade de sempre e tem, dessa vez, o apoio de todos nós.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra. Agradeço profundamente a V. Ex^a pela generosidade de companheiro e amigo.

O alerta foi feito. Se o Governo laborou em equívoco, muito bem, é hora de repará-lo. Acredito que possa ter havido equívoco e não a figura do dolo. Se, porventura, houver o dolo, ficou bem patente que o Senado, de forma suprapartidária, está disposto a defender a sua altivez, o seu amor próprio, o seu orgulho e as suas prerrogativas de Poder, constituído pelo voto de cada cidadão e de cada Estado brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo o último aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares, agradecendo desde já a benevolência da Mesa.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Garanto a V. Ex^a e à Mesa que serei objetivo, rápido e breve. V. Ex^a trouxe à balia um tema da maior importância. E, na verdade, se pressupõe o funcionamento normal do processo legislativo. Por exemplo, as medidas provisórias estão criando obstáculos ao funcionamento normal do Poder Legislativo. Tanto a Câmara como o Senado têm as suas pautas obstaculizadas sempre que não há acordo. Aqui mesmo não houve acordo sobre a Medida Provisória nº 114. Em razão disso, toda a pauta está engavetada. Nenhuma tramitação se dará enquanto não houver acordo. Ora, a medida provisória é um instrumento do regime Parlamentar. Nós conseguimos transformar uma medida que era do regime Parlamentar para o Presidencialista. A meu ver, isso é uma incongruência, mas como os Governos – e me parece também uma grande parte dos Parlamentares – estão gostando das medidas provisórias, temos de encontrar uma fórmula conciliadora. A medida proposta pelo Ministro Aloizio Mercadante, a existência de uma comissão permanente para avaliar e avaliar as medidas provisórias, é um modo mais rápido de obtermos a sua tramitação. Por outro lado, com respeito à Câmara dos Deputados, entendo que lá não existe uma organização como a que existe no Senado Federal para o trâmite mais rápido das proposições. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recebe uma proposta de emenda à Constituição, a PEC, que trata da parte constitucional e, depois, vai logo ao Plenário. Naquela Casa, tem que ter uma comissão especial para cada Proposta de Emenda à Constituição. Isso retarda muito o trâmite das proposições oriundas do Senado. O Senador Antonio Carlos Magalhães disse haver uma PEC que

está na Câmara dos Deputados. Depois que ela for aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, será objeto de apreciação de uma comissão especial, ou seja, provisória, porque todos os líderes terão de indicar os seus membros. Tem ocorrido o seguinte, Senador Arthur Virgílio, há propostas de emenda constitucional que não foram aprovadas no ano passado, porque os Líderes simplesmente não indicaram os membros da comissão especial. Então, seria de bom alvitre que nesse encontro entre as duas Casas legislativas – proposto pelo nosso Líder do Governo e por V. Ex^a – se trate deste assunto, que se acabe com essa comissão especial na Câmara dos Deputados e que se faça um regimento semelhante ao do Senado Federal, para o trâmite mais rápido das proposições. Eram as sugestões que gostaria de dar a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente, a propósito do aparte do Senador Antonio Carlos Valadares. Não me comprometo com prazo. O PSDB não se compromete com prazos, até porque, se conseguirmos fazer funcionar o Senado Federal e também a Câmara Federal, dentro dos prazos exíguos do rito proposto não por mim, que era Líder do Governo passado, mas até por setores opostos ao meu pensamento político, será melhor; teremos um Congresso mais célere e funcionando melhor.

Comprometo-me, Senador Antonio Carlos, a apoiar a PEC de V. Ex^a, por entender que ela, ao não mexer em prazos, simplesmente restaura a prerrogativa do Senado de ser, em algumas medidas provisórias, a Casa que ficará com a última palavra. Em outras situações será a Câmara dos Deputados. Ou seja, isso nem sequer engrandece o Senado, apenas repõe algo que estava sendo paulatinamente castrado pelo efeito de invasão de um Poder sobre o outro.

Portanto, sobre os prazos, diria que está em curso uma experiência. Não me apresso a dizer que os prazos são inaceitáveis ou de molde a causar ingovernabilidade. Digo apenas que é o primeiro passo a ser dado – e isso me parece ser um consenso, se não temos acordo sobre prazo –, uma vez que a PEC do Senador Antonio Carlos vem para repor a parte de poder do Senado Federal que está sendo castrada.

Agradeço a V. Ex^a, à Casa e a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela generosidade de sempre. Imagino ter contribuído para que aprofundemos um debate de alto nível. Dessa vez, digo que não está em jogo o interesse de partido A ou B, ou do estado A ou C, está em jogo, isto sim, se este Poder é capaz de se defender, de defender as suas prerrogativas, de se impor aos demais Poderes, seja à Câmara dos Deputados, que merece

todo o nosso respeito, seja ao Poder Executivo, porque todo ele, quando pode, se hipertrofia.

Portanto, por uma decisão que vejo aqui muito bem tomada pela palavra dos Srs. Líderes e pelo olhar que percebo de absoluta responsabilidade pública de todos os Membros do Senado, esta Casa está pronta para assumir mais uma vez as rédeas do seu destino e fazer aquilo que lhe compete enquanto Poder independente e altivo desta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Arthur Virgílio, esta Mesa compartilha com V. Ex^a a sua preocupação. Temos a certeza de que, com a manifestação das Lideranças, o trem entrará nos eixos para que seja restabelecida a dignidade do Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu jamais duvidaria disso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta quarta-feira, apresentei, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, requerimento para que sejam convidados os Presidentes dos Tribunais Superiores, dos Tribunais de Justiça dos Estados, além do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e do Procurador-Geral da República, para que possam vir àquela Comissão e discutir conosco a Reforma do Poder Judiciário. Penso que a presença dessas autoridades será valiosa contribuição ao trabalho da CCJ, pois trarão esclarecimentos sobre pontos da Reforma que, na ótica das instituições que dirigem, podem ser aperfeiçoados para conferir maior agilidade ao Poder Judiciário.

Pretendo, com esse requerimento, contribuir para que se dê celeridade e objetividade ao processo de apreciação da Reforma. Não é possível que posterguemos, inexplicavelmente, a discussão e a decisão sobre essa matéria.

Estou certo de que este também é o pensamento do eminente Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ. Aliás, a competência com que S. Ex^a vem conduzindo os trabalhos da Comissão demonstram isso.

O aperfeiçoamento do Poder Judiciário é importantíssimo para que possamos dar um fim ao clima de insegurança por que passa o País. Nunca é demais reconhecer que as causas da violência e da insegurança são muitas e de alta complexidade. Agilizar a

aprovação da reforma do Poder Judiciário contribuirá para resolvê-las. Manter o assunto em compasso de espera é contribuir para o agravamento do quadro atual.

Não posso entender, Sr. Presidente, que se faça uma reforma do Poder Judiciário no Legislativo sem que ouçamos as vozes competentes do Poder Judiciário em todo o País, mas principalmente dos Tribunais Superiores. Vamos, assim, evitar futuras audiências públicas, porque já saberemos o pensamento do Judiciário do País em relação à reforma. Claro que existem pontos divergentes inclusive desta Casa com o Judiciário e com a própria Ordem dos Advogados. Mas o que é importante é que se discuta o assunto o mais rápido possível. Provavelmente, teremos convocação em julho; não poderemos perder este mês, principalmente no Senado, aonde as reformas ainda não chegaram. Poderíamos utilizar os próximos dias perfeitamente para isso – ouvir os Presidentes dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça dos Estados sobre como eles podem colaborar com o nosso entendimento para o aperfeiçoamento da reforma do Poder Judiciário. Muita coisa existe por falta da legislação específica e, muitas vezes, o Judiciário nos culpa pela falta de leis em relação ao assunto. Um debate entre nós só será útil à Nação e, sobretudo, ao Senado Federal. Muito obrigado a V. Ex^a.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, Líder da Minoria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta semana, mais uma vez, o País viu preocupante espetáculo de dissonância explícita no Governo Lula. O Vice-Presidente da República, José Alencar, voltou a dirigir impropérios à política monetária do Banco Central. Dessa vez, o que é mais grave, o fez no exercício da Presidência da República, pois o titular, o Presidente Lula, estava no exterior, acompanhando, como convidado, a reunião dos países do G-8. S. Ex^a afrontou, pois, essa política e seus condutores, já que no momento em que proferiu suas críticas – e, diga-se de passagem, duras críticas – o Vice-Presidente era o mandatário número um do País.

Se se tratasse simplesmente de uma arenga partidária ou de uma desavença palaciana de circunstância, eu não estaria aqui nesta tribuna, como Líder da Minoria, cuidando do caso, podemos assim dizer. Mas o que está em jogo é bem mais: é a própria governabilidade que fica ameaçada quando, no cen-

tro do poder, há divergências de tal monta e expensas de tal forma.

Os jornais de hoje abrem grandes espaços ao assunto. Editoriais e artigos de opinião consideram o gesto do Vice-Presidente grave, a exigir do Presidente da República um enquadramento mais efetivo e categórico. O que torna mais preocupante o quadro são os sinais que o Vice-Presidente emite de que não vai cessar suas críticas, já que as considera parte da sua missão política. Por exemplo, a coluna Painel da **Folha de S. Paulo** de hoje diz que “o Presidente Lula enviou, ontem, emissário para conversar com José Alencar. Em nome do Presidente, pediram ao Vice que pare de atacar a política econômica”. Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eis o que os emissários do Presidente ouviram do Vice, segundo a **Folha de S. Paulo**: “Nada vai me calar, disse ele. E ainda: alguém, no Governo, tem de alertar Lula e a Equipe Econômica de que estamos no caminho errado. O Vice-Presidente não manda nada, mas pode apontar caminhos.” Disse ainda o Vice-Presidente, José Alencar, segundo a **Folha de S. Paulo**: “Tenho 170 milhões de patrões e devo satisfação a eles. Não temos dinheiro para educação e saúde, e não podemos gastar tanto com juros.”

Sr. Presidente, não quero entrar no mérito das afirmações do Vice-Presidente, José Alencar, até porque concordo com elas. Sou favorável à queda da taxa de juros e aguardo com imensa expectativa o cumprimento dos compromissos de campanha do Presidente Lula: retomar o crescimento econômico do País e reduzir a dívida social brasileira. S. Ex^a disse que possui a chave da mudança de modelo sem rupturas. O que não concordo – e penso que ninguém com responsabilidades institucionais pode concordar – é com o tom insurrecional empregado pelo Vice-Presidente. Como alguém que tem missão coadjuvante à do titular pode dizer que nada irá calá-lo?

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, não se vê nada semelhante no País desde o Governo Figueiredo, quando o vice-Presidente, Aureliano Chaves, insurgiu-se contra o Colégio Eleitoral e abraçou a causa das eleições diretas e, na sequência, a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. Tratava-se, no entanto, de um fim de ciclo, de uma ruptura com o regime autoritário, na luta pela redemocratização do País. Nenhuma semelhança, pois, com o que se passa agora. Estamos, ao contrário, no início de um ciclo de um Governo eleito, do qual se espera, como imperativo elementar de governabilidade, que se entenda consigo mesmo. Convém não esquecer que, exatamente para evitar a síndrome dos vices re-

belados, o País mudou sua legislação eleitoral, ainda na década de 60, no século passado, exigindo que integrassem na mesma chapa eleitoral do Presidente.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – V. Ex^a permite-me um aparte, Senador Efraim Moraes?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sim, nobre Senador Antero Paes de Barros, mas, por favor, espere um instante.

Como se recorda V. Ex^a e o povo brasileiro, houve um tempo que não era assim. João Goulart não pertencia à chapa eleitoral de Jânio Quadros; pertencia à do Marechal Teixeira Lott. O vice de Jânio era Milton Campos. A legislação da época dizia que a votação do vice-Presidente era independente da votação do titular, o que resultava em governos problemáticos, desde a origem, como foi o caso do Governo Jânio Quadros, que teve como vice-Presidente um adversário e, como desfecho, o Movimento Militar de 1964.

Seria lamentável que o País voltasse a viver situação semelhante e que, quarenta anos depois, um vice-Presidente viesse a desafiar a política econômica do Presidente. Se o País vivesse um quadro de prosperidade e estabilidade econômica, mesmo assim, seria preocupante, e no quadro em que se encontra é simplesmente trágica tal hipótese.

Vivemos em um tempo em que uma frase mal colocada produz evasão de capitais, retração de investimentos, deterioração dos índices econômicos e efeito dominó nos índices financeiros.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Efraim Moraes, gostaria de cumprimentá-lo por trazer à tribuna, mais uma vez, esse assunto que reputo preocupante para a sociedade brasileira. Sou Senador da Oposição e entendo claramente qual é o nosso papel. Não discordo dos méritos daquilo de que tem tratado publicamente o Senador José Alencar. Entretanto, penso que não é correto fazê-lo na condição de vice-Presidente da República, muito menos na condição de Presidente em exercício. Afinal de contas, qualquer Ministro é subordinado a S. Ex^a. No instante em que discorda da política econômica e que manifesta isso claramente, acaba criando um clima ruim para o País. Lembro-me de que quando o Senador José Sarney era Presidente da República, mesmo nos momentos de maior dificuldade, a Oposição se preocupava em não atingir o Ministro Dilson Funaro, principalmente porque era importante preservar o Ministro da Economia nos momentos difíceis enfrentados pela Nação brasileira. Não creio que o Senador

José Alencar consiga resolver essa dicotomia de ter cento e setenta milhões de patrões e, ao mesmo tempo, dizer que está no Governo representando os empresários. No Brasil não há cento e setenta milhões de empresários. É apequenar demais a função de vice-Presidente da República dizer que nesse cargo representa os empresários. Estou muito interessado em estudar bem a proposta do Senador Jefferson Péres para que possamos tratar melhor essa condição de vice-Presidente da República. Tenho admiração e respeito pelo Senador José Alencar, com quem manteve uma relação das melhores, mas não pode S. Ex^a, na condição de vice-Presidente da República, causar esse transtorno ao Brasil. Porém, é justo que a sociedade brasileira se organize, se mobilize e cobre a queda de juros e o que V. Ex^a está cobrando da tribuna: a política de desenvolvimento. O Brasil está parado! O Brasil vai começar a comemorar a deflação; mas deflação não se comemora. Podemos viver, depois da deflação, uma estagflação, que é uma situação arriscadíssima para o País! Nesse sentido, creio que a conjuntura internacional não é favorável. Portanto, não é aconselhável que alguém que faz parte do Governo, especialmente o vice-Presidente, bombardeie a área econômica, para dizer que o Governo precisa mudar. Muita coisa terá de ser mudada! O projeto de reforma, sim, precisa ser mudado! Essa mordaca que não cabe no vice-Presidente, José Alencar, não cabe também no Congresso brasileiro. Gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela seriedade com que trata essa questão da tribuna do Senado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Antero Paes de Barros, agradeço a V. Ex^a o aparte, o qual incorporo na íntegra ao meu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Efraim Moraes, gostaria também de pedir um aparte na hora em que V. Ex^a considerar adequada.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Será um prazer para mim, Senador Eduardo Suplicy. Dentro em pouco, ouvirei V. Ex^a com o maior prazer.

Gostaria também de dizer a V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros, que aqui está como Líder da Minoria, ou Líder da Oposição, que a nossa preocupação é com a unidade do discurso do Governo. Nós fazemos uma Oposição diferente daquela Oposição predatória; estamos fazendo uma Oposição responsável à procura de resultados, para que possamos ajudar o País.

É esta a nossa preocupação: fazer Oposição ao Governo, mas nunca ao Brasil.

Senador Eduardo Suplicy, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Efraim Moraes, V. Ex^a ocupa a tribuna para externar seu pensamento como um dos Líderes da Oposição na Casa, designado Líder da Minoria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Líder da Minoria em defesa da maioria do povo brasileiro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois bem, em defesa de todo o povo brasileiro é a forma como, tenho certeza, V. Ex^a estará sempre procurando transmitir aqui seu pensamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a ressalta a grande repercussão das palavras do vice-Presidente, José Alencar, que foi nosso colega. Houve uma afinidade surpreendente, no sentido mais positivo, entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Senador José Alencar. Durante toda a campanha o Presidente disse que uma das decisões mais acertadas de sua vida e da campanha vitoriosa foi justamente a escolha do vice-Presidente, José Alencar, como seu companheiro. Houve grande interação entre Luiz Inácio Lula da Silva, trabalhador que obteve uma extraordinária trajetória, e José Alencar, empresário bem-sucedido. Somou-se algo muito positivo, que, tenho certeza, está dando seus frutos, na combinação de ambos, no Palácio do Planalto. Eu acredito que é até saudável que tenha o Vice-Presidente José Alencar, inclusive no dia em ocupava a Presidência, quando o Presidente Lula estava no exterior, feito a ponderação sobre a necessidade de baixar os juros. Isso permite que toda a sociedade sinta-se com maior liberdade para aprofundar o debate a respeito de por que as taxas de juros estão tão elevadas e como podemos diminuí-las. Eu tenho a convicção, por questões até mesmo de natureza técnica e econômica, de que as condições hoje são extremamente propícias para que a vontade do Vice-Presidente comece a ser atendida. Penso dessa forma porque todos os índices de inflação, de preços por atacado, de preços ao consumidor, os índices do Dieese e os demais estão demonstrando o sucesso no combate à inflação. Temos um quadro de recessão e taxa de desemprego extremamente alta. Por uma questão de bom senso e até mesmo do ponto de vista técnico, defendido por inúmeros economistas, o Copom – Comitê de Política Econômica, na sua próxima reunião, deveria atender a este que constitui um anseio, seja do Presidente da CUT, Luiz Marinho, seja do Presidente da Fiesp, Ho-

rácio Lafer Piva, seja de tantos parlamentares, e até mesmo do Vice-Presidente, que neste caso se soma à vontade, ao anseio do próprio Presidente Lula. Ainda ontem, Sua Excelência ouviu de intelectuais queridos dele sobre a preocupação com o caminho de estímulo ao crescimento da economia. Portanto, não vejo que possa significar uma grande crise que o Vice-Presidente da República tenha expressado a sua sincera opinião, ainda mais porque o próprio Presidente Lula tem chamado a atenção sobre o **spread** tão elevado. Medidas estão sendo tomadas para intensificar a competição do sistema financeiro, tanto que as instituições oficiais de crédito diminuirão o **spread** que estão cobrando. Estímulos serão dados, formas cooperativas de crédito serão incentivadas, para que se fortaleça a concorrência no sistema financeiro e haja diminuição efetiva das taxas de juros. Considero importante V. Ex^a estar aqui a nos provocar com essa ponderação. Meus cumprimentos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço, Senador Suplicy...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...o aparte de V. Ex^a. Diria a V. Ex^a que, de minha parte, não houve nenhuma provocação, simplesmente um fato que dominou toda a imprensa nacional. Trazemos essa preocupação e sentimos que V. Ex^a tem a preocupação de que se possa falar a mesma linguagem. Claro, todos nós estamos torcendo e repito: sou favorável à posição do vice-Presidente José Alencar, queremos que se baixem os juros. E ao Copom, como disse o próprio vice-Presidente, não é muito bom pedir que baixe os juros, porque ele faz o contrário. O Vice falou que agora vai pedir que aumentem os juros, para ver se ocorre o inverso. Porque foi como uma pirraça ao nosso Presidente. Mas escuto V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Foi apenas neste ponto que não concordei com o Vice-Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Estou apenas repetindo o que ele falou, até numa forma de relaxamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Certo. Mas foi apenas nesse ponto que discordei dele, não foi por causa de pirraça com ele, que se manteve...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – As palavras foram dele. Eu sou o Senador Efraim Morais.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – As palavras foram dele. Nesse ponto é que não concordei com ele.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Concedo um aparte ao nobre Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador, permita-me contribuir com seu brilhante pronunciamento. Aliás, a minoria, que faz discursos e alerta para a maioria deste Brasil está muito bem representada na sua Liderança. Queria dizer para o amigo Líder que existe uma frase que ainda está latente neste Brasil lá fora e em todos os brasileiros, aquela que disse o Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo, do PT: “O Governo está batendo a cabeça.” O Governo continua batendo a cabeça entre seus próprios integrantes. É o Presidente Lula dizendo uma coisa e o Vice dizendo outra. É o Presidente Lula chamando a atenção e o Vice-Presidente mandando recado. Está parecendo aquele costume de recadinho de um para o outro. O Governo não está se entendendo nem lá na cabeça. Ontem, o nosso Vice-Presidente do Senado, Senador Paulo Paim, da base do Governo, um brilhante Parlamentar, não foi atendido por um Ministro. Um grupo do PT, reconhecidamente de briosos, lutadores, defende uma forma da reforma, enquanto outro grupo a defende de outra forma. Vejo que o discurso de campanha era apenas para encher lingüiça. Tudo aquilo que diziam pelo Brasil hoje não está sendo dito na mesma linguagem. Estão batendo cabeça. Já estamos completando cinco meses de Governo, iniciando o sexto mês, e nada se fez até agora de concreto neste Governo. Nada, a não ser as sete medidas provisórias. Na verdade, o Refis, que aprovamos, voltou à Câmara, e o que mais votamos aqui são leis encaminhadas ainda por Fernando Henrique Cardoso. Nada de construtivo, até agora, foi aprovado. O Governo está virgem ainda em relação a alguma lei que beneficie o País durante os 5 ou 6 meses de Governo. Li, na **Folha de S. Paulo**, que reformas mesmo foram feitas na Granja do Torto e em seu campo de futebol – e também em algumas pernas que foram quebradas. Não existe, até agora, nada de concreto. A verdade é esta: nada de concreto houve no atual Governo que tenha trazido alguma mudança para o País. Há muita discussão sobre como será, como deverá ser. Mas a discussão continua internamente, no próprio Governo. Quero deixar essa contribuição ao pronunciamento de V. Ex^a. O Brasil corre sérios riscos em função de o próprio Governo não se entender. O Senador José Alencar, o Vice-Presidente, falou como Presidente da República em relação aos juros, não falou como Vice. Foi chamado à atenção, recebeu um puxão de orelha, o que pode ser perigoso para a Nação brasileira, pois tudo o que se diz aqui pode provocar a queda ou a alta do dólar. De re-

pena, nós parlamentares e o Brasil poderemos “pagar o pato” por o Governo não ter ainda se entendido nas bases.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, agradeço o aparte de V. Ex^a, que enriquece meu pronunciamento. V. Ex^a tocou em um assunto que, ontem, não tive a oportunidade de abordar. Não o faço por pirraça, mas por dever de quem conhece, de quem conviveu doze anos na Câmara dos Deputados com esse Parlamentar e, agora, nos encontramos aqui no Senado Federal. O tratamento dado ontem ao Senador Paulo Paim. S. Ex^a merece respeito; é um cidadão, é um parlamentar respeitado por todos, não só no Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon, mas em todo o País. Todos respeitam a conduta ética, moral do Senador Paulo Paim.

Solidarizo-me com o Senador Paulo Paim por tentar mostrar um outro caminho para a reforma da Previdência.

Senador Paulo Paim, presto-lhe a minha solidariedade. Penso que a democracia começa a desaparecer no PT. O Partido chegou ao Governo e sua forma democrática e o diálogo já não existem, desapareceram; parece-me mais um Partido que quer impor a sua vontade.

Ouçó o Senador Pedro Simon, com muita alegria, depois o Senador Garibaldi Alves Filho e, depois, o Senador Hélio Costa. Em seguida falarei, para que possamos atender aos reclamos da Presidência.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Efraim Moraes, em primeiro lugar, vejo com muita alegria V. Ex^a na tribuna na qualidade de Líder do PSDB/PFL. V. Ex^a reúne todas as condições, competência, capacidade, e está demonstrando, pelo pronunciamento que faz, que realmente tem gosto pela matéria e que haverá de fazer grandes discursos e grande trapalhada no Governo do PT se eles não tomarem cuidado. Com esse seu estilo lento, V. Ex^a vai longe. Também concordo com V. Ex^a sobre o nosso amigo Paulo Paim. Não foi elegante por parte do Sr. Ministro. O Senador tinha audiência marcada com S. Ex^a, que tinha obrigação de recebê-lo e, também o documento. Não precisava dizer nada; não precisava abrir a boca, mas tinha obrigação de receber o Senador e o documento. Não tenho dúvida alguma quanto a isso. Quero falar – talvez seja uma voz isolada – do meu apreço, admiração e respeito pela figura do Vice-Presidente, José Alencar. Feliz o Presidente que tem José Alencar como Vice-Presidente. É claro que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso também teve um homem fantástico: o Senador Marco Maciel. Como Marco Maciel não existem dois, mas S. Ex^a

é um político profissional, um homem que vive na política, tem tarimba e história dentro do Parlamento e do Palácio de Pernambuco. O Vice-Presidente José Alencar é um homem que veio do nada e começou do chão, como o Presidente Lula. Seu pequeno negócio, aos poucos, avançou e cresceu. De certa forma, eu diria que é um fato extremamente interessante e importante. Os dois chegaram à Presidência e a Vice-Presidência vindo do zero: José Alencar, vindo do interior de Minas Gerais para crescer e avançar, e Lula, um retirante. E Suas Excelências chegaram aonde chegaram. Sou muito franco. Vejo nas pessoas o que elas são e o que dizem. Concorde que deve haver uma conversa muito séria entre o Presidente Lula e o seu Vice-Presidente, José Alencar. Têm que conversar, analisar e acertarem-se. Não tenho dúvida alguma, e seria ridículo não imaginar isso. Mas daí a querer criar uma crise, como disse o nosso querido Presidente José Sarney – achar que entramos numa crise por causa do pronunciamento do Sr. José de Alencar –, eu não concordo. Em primeiro lugar, S. Ex^a disse o que pensa, o que o Lula pensa, o que eu penso e que meio Brasil pensa; em segundo lugar, S. Ex^a disse aquilo que estamos na expectativa de acontecer. Era melhor não ter dito? Eu acho que talvez fosse melhor não ter dito. Foi pecado ter dito? Não concordo. Eu, Pedro Simon, tenho uma tradição de 50 anos de vida pública. Gosto das pessoas que chegam a mim e que me mostram que estou errado, que o que estou fazendo não está certo. Sinto-me bem, porque elas estão me orientando, estão me dizendo algo que sinto que está errado. Quando eu mesmo sei que estou errado e a pessoa diz que estou certo, sei que ela não é minha amiga e que não está sendo sincera. O Lula sabe que José Alencar é seu amigo. O Lula sabe que José Alencar está dizendo isso do fundo do coração. O Lula sabe que José Alencar está dizendo isso para ajudar o Governo; disso, Sua Excelência sabe, o PT e a imensa maioria do povo brasileiro também sabem. Por isso digo que, se o essencial está certo, se o equívoco foi na forma, essa deve ser alterada. Não tenho nenhuma dúvida quanto ao que diz o meu querido Líder do PSDB de Santa Catarina, que deu um puxão de orelha em José Alencar – ninguém deu nem tem coragem de dar um puxão de orelha em José Alencar. Agora, assim como S. Ex^a falou, os que pensam o contrário têm o direito de responder. Se S. Ex^a falou sobre juros e cobrou que as taxas têm de baixar, os outros respondem do jeito que acham que devem. Contudo, essa forma de o José Alencar ser imprudente, de usar da imperícia vai ajudar que os juros baixem mais cedo do que pensamos. Vai demorar o caminho.

Isso vai fazer com que as pessoas que se intitulavam reis – o Sr. Presidente do Banco Central e companhia – vejam que não são os donos do poder. O mal que havia no Governo do nosso querido Fernando Henrique Cardoso é que lá era Pedro Malan, o Presidente do Banco Central e mais ninguém. Houve uma época em que o Presidente do Banco Central não queria mudar, e nós perdemos muitos bilhões. Foram não sei quantos bilhões e ninguém tinha coragem de falar dele. Ele ficou firme até que, num momento, o Fernando Henrique teve de demiti-lo – e o fez tarde demais. Entrou no lugar dele um outro coitado que devia ter entrado um ano antes, terminou ficando por meia dúzia de dias e acabou saindo desmoralizado. Hoje está diferente. Diga-se de passagem, no meio dessa conversa toda, que os dois membros que estão entrando agora no Banco Central, de quem vamos aprovar os nomes, são dois professores universitários que não têm nada a ver com a “gentinha” do Banco Central, da Fiscalização, que está ali convivendo. No início, o PT colocou todos os cupinchas que estavam na primeira diretoria do Banco Central. Agora, eles caíram fora, e vamos aprovar professores universitários, com curso no exterior, sem nenhum vínculo com os que estão atualmente no Banco Central. Então, não discordo de V. Ex^a. Se eu fosse líder da Oposição, estaria na tribuna e seria muito mais duro do que V. Ex^a, que está sendo muito elegante. Com toda a sinceridade, considero o Vice-Presidente, José Alencar, um homem de bem, sério. Não está fazendo isso como vedete, por exibicionismo, nem por querer aparecer. S. Ex^a quer ajudar, à sua maneira, que é como está fazendo. Creio que terá uma conversa muito boa com o Presidente Lula hoje, e tenho certeza de que, a partir de amanhã, estará diferente. O Presidente José Sarney pode ficar tranquilo, porque não haverá nenhuma crise entre o Presidente e o Vice-Presidente da República.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a tolerância de V. Ex^a para que eu possa ouvir os dois companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi) – A Mesa apenas alerta aos Srs. Senadores que o tempo regimental do Senador Efraim Morais está esgotado há quinze minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Considero a matéria de tamanha relevância. E, pela participação do Plenário, V. Ex^a há de entender que nós estamos discutindo matéria importante para o País. Agradecemos a tolerância de V. Ex^a.

Senador Pedro Simon, quando aqui fiz um dos primeiros pronunciamentos como Senador da República e fui aparteado por V. Ex^a, eu, como Deputado

Federal, disse o quanto o admirava na outra Casa. V. Ex^a já era Senador. E estou provando que o que eu dizia era verdadeiro. A cada dia que converso com V. Ex^a, que o escuto, aprendo realmente mais lições do mestre Senador Pedro Simon.

V. Ex^a faz uma colocação aqui para que não haja nenhuma dúvida. Sou um admirador do Vice-Presidente, que tem investimentos de suas empresas na Paraíba, em Campina Grande. Uma das grandes empresas, talvez a maior empresa de Campina Grande seja a do nosso Vice-Presidente. Eu fui claro no meu pronunciamento, até porque concordo com S. Ex^a. Eu sou favorável a que os juros caiam. É o que todos estamos querendo. Agora, parece-me – e V. Ex^a deixa isso bem claro – que, por parte do PT, está faltando coragem de dizer o que o Vice-Presidente disse. Considero interessante que trato de um assunto que diz respeito ao PT e não estou vendo um único Senador do PT neste plenário.

Na verdade, falta coragem ao PT dizer o que está dizendo o Vice-Presidente e então Presidente José Alencar.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ouço o Senador Hélio Costa, com muito prazer.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Efraim, eu vejo que V. Ex^a está cumprindo, de forma brilhante, o papel de Líder da Minoria e, certamente, expõe suas observações, as observações de um Líder da Minoria, sobre este “incidente” – eu chamaria assim. Depois das palavras do Senador Pedro Simon, eu sinto até ser desnecessário fazer uma defesa ampla daquilo que levou a esta discussão no plenário do Senado sobre os posicionamentos do Vice-Presidente José Alencar. Somente quem não conhece o Vice-Presidente José Alencar, o seu espírito mineiro e combativo, a sua decisão de participar de cada momento e de todas as situações, é que poderia imaginar que o Vice-Presidente José Alencar tivesse usado – como V. Ex^a mencionou, Senador Efraim – um tom insurrecional. Aliás, o único reparo que faço à sua fala é com respeito a essa palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou atender a V. Ex^a.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Não houve em nenhum momento, Senador Efraim Morais, a preocupação do Vice-Presidente da República, José Alencar, em desafiar o Presidente da República ou o Governo ou a própria política econômica do Presidente. O Vice-Presidente se manifesta com relação a uma questão pontual. S. Ex^a, como empresário bem-sucedido, um homem que gerou 16 mil empre-

gos no Estado de Minas Gerais, reconhecido no Brasil e no exterior pelo seu valor, pela sua competência profissional como um grande empresário e hoje Vice-Presidente da República, tem que se manifestar. E o que estamos vendo é a democracia na sua mais expressiva demonstração, na medida em que o Presidente da República ouve o que diz o Vice-Presidente. Raramente um Vice-Presidente se fez ouvir de forma tão eloqüente. José Alencar é diferente. Um mineiro, como disse, combativo, que vem lá do interior de Minas, que tem trabalhado muito e que possui muita disposição e garra, não poderia deixar passar uma oportunidade dessas sem exprimir sua posição. Possivelmente até V. Ex^a tem razão. Como Presidente da República interino naquele momento, talvez se tenha excedido um pouquinho, mas isso faz parte dessa figura extraordinária que é o nosso Vice-Presidente. V. Ex^a viu também o que aconteceu do outro lado, a maneira elegante com que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu as críticas do Vice-Presidente. Na verdade, existe uma política estabelecida pelo Presidente da República, uma política que dá certo, que trouxe o Risco Brasil de 2.400 pontos para 800 pontos. O que representa isso. Srs. Senadores? Representa uma economia, Senador Efraim Moraes, de 60 bilhões de dólares no pagamento da nossa dívida externa. Isso tem ser levado em consideração, quando nós analisamos friamente os números como resultado de cinco meses de Governo. V. Ex^a cumpre sua nobre missão de Líder da Minoria, expondo os seus pontos de vista, levantando a questão do Vice-Presidente da República se opondo neste momento à posição do Governo – não necessariamente do Presidente Lula, mas sobre os juros. Mas é importante lembrar e reafirmar o que disse o Senador Pedro Simon: “Todos nós somos a favor de juros mais baixos”. O próprio Presidente quer e vai ter os juros mais baixos na hora certa, no momento certo, quando determinado por uma equipe econômica competente e capaz que está fazendo um trabalho reconhecido no Brasil inteiro. O momento é difícil, o momento é doloroso para muitos e principalmente para o empresário, como bem disse o Vice-Presidente José Alencar. Mas nós vamos chegar! Na hora de abaixar os juros, S. Ex^{as} vão abaixá-los, mas não vão subi-los novamente, Senador. Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu confesso, nobre Senador Hélio Costa, que torço para isso acontecer. Torço para que nós possamos, juntos, conduzir este País no melhor caminho, porque, acima de tudo, somos brasileiros. Torcemos para que este Governo ou qualquer que fosse o Governo acerte. Nós

não podemos mais errar. Nós que somos homens públicos e temos responsabilidade com a política econômica administrativa deste País não podemos errar.

Reconheço que o Vice-Presidente é um homem que tem razão; ele não vai se calar, porque tem autoridade para reclamar quando se fizer necessário.

Sr. Presidente Romeu Tuma, é uma alegria agora tê-lo como Presidente.

Eu gostaria de ouvir o Senador Garibaldi Alves Filho, como eu já havia anunciado. E, evidentemente, como se trata de Minas Gerais, temos que ouvir o nosso Senador Eduardo Azeredo e, por fim, na repescagem, o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vejo que o tempo está se esgotando e que V. Ex^a, Senador Efraim Moraes, vai até o encerramento da sessão, tendo em vista os apartes que foram solicitados. Peço desculpas ao Senador Roberto Saturnino, que era o primeiro inscrito e hoje, infelizmente...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou oferecer, amanhã, a V. Ex^a o tempo da Minoria.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Eu ia tocar nesse assunto ao fim do discurso do Líder.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a me dá a honra de ser o último aparteante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Mesa se preocupa...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Porque V. Ex^a terá todo o tempo necessário.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Já não tenho mais. Realmente, eu era o primeiro da lista. E a tarde toda a tribuna foi ocupada por Líderes. É claro que os Líderes têm matérias muito importantes a tratar, muito mais importantes do que a que eu iria tratar. Entretanto, o Regimento também precisa ser respeitado. Se o Líder tem prerrogativa, eu poderia ter pedido a palavra como Líder. Não pedi. Não gosto de fazer isso. Eu me inscrevi. Sou o primeiro da lista e agora o tempo da sessão vai se esgotar e o primeiro da lista não foi chamado porque um Líder atrás do outro fala 30, 40 ou 50 minutos. E eu, pobre ‘pedestre’ inscrito no primeiro lugar, fiquei sem falar.

Sr. Presidente, estou expressando este descontentamento aqui, mas reconheço que os Líderes, especialmente os da Oposição, têm matérias importantíssimas a tratar, porque precisam dizer da razão de ser de sua existência, da sua representação. Então, passei a tarde inteira escutando modestamente; agora estou me dirigindo a V. Ex^a para apresentar o meu modesto protesto contra essa ditadura de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª tem razão, mas, para que a Mesa possa cumprir o Regimento, tem que contar com o apoio e colaboração dos Srs. Senadores. De forma que V. Exª, Senador Efraim Moraes, pode continuar com os seus apartes. Foi registrado o aparte do Senador Roberto Saturnino.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Efraim Moraes, eu era o sexto inscrito; o Senador Eduardo Azeredo era o segundo. V. Exª já vê que, nós, como não tivemos chance de falar, estamos falando nos apartes a V. Exª.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço o que, em Matemática, chama-se indução.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Eu queria dizer que V. Exª trouxe à tribuna desta Casa um tema da maior importância. Na verdade, já sentiu, pelos oradores que apartearam V. Exª, que todos nutrem pelo Vice-Presidente José Alencar a maior admiração e o maior respeito – e V. Exª tem essa mesma admiração. Eu sou um desses. Acredito que o Vice-Presidente José Alencar não quer criar dificuldade ao Governo do Presidente Lula. Longe de S. Exª a intenção de tumultuar a vida do Governo. O que S. Exª quer é a baixa dos juros, de que vem reclamando insistentemente. V. Exª tem razão quando diz que o Governo poderia ter outra reação às críticas do Vice-Presidente. Espero apenas que S. Exª continue a ser compreendido, pois hoje é um homem público da maior importância para a vida brasileira, não podendo calar-se. O Brasil perderia muito se o Vice-Presidente se calasse. O Presidente já disse, seguindo o Eclesiastes, que há tempo para tudo, tempo para falar e tempo para calar. Talvez seja realmente uma questão de tempo. Parabéns a V. Exª pela serenidade do seu pronunciamento como Líder da Oposição.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho, sou eu que agradeço a V. Exª.

O Presidente Romeu Tuma já abordou a questão do Regimento. Lamentavelmente, era uma matéria inadiável, já que se tratava de assunto que dominou toda a imprensa nacional ontem e hoje. Trago a matéria ao Plenário e realmente percebo que há uma participação muito efetiva de todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Fazendo soar a campainha) – Senador Efraim Moraes, V. Exª não é o responsável, porque, hoje, praticamente todo o horário destinado à Ordem do Dia foi utilizado pelas

Lideranças. V. Exª é o último dos oradores inscritos como Líder.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu apenas encerrei. Estamos cumprindo nossa missão de Líder. Talvez muitos dos pronunciamentos se referiram exatamente a essa matéria.

Ouç o companheiro Senador Eduardo Azeredo com muito prazer. S. Exª é mais um mineiro a participar deste debate.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Efraim Moraes, cumprimento-o e creio que V. Exª, na sua missão de Líder da Oposição, de Líder da Minoria no Senado, bloco do qual faço parte, está trazendo para o debate uma questão relevante. É importante que o Governo atue de maneira harmônica. Entretanto, como mineiro que conhece bem José Alencar, mesmo sendo da Oposição, reconheço que S. Exª é um homem de bem e que jamais faria declarações visando atrapalhar o Governo ou, como disseram aqui, fazer uma insurreição. Seguramente, não é esse o caminho que está traçando. Está apenas manifestando sua opinião sincera a respeito da questão dos juros, que realmente está trazendo consequências muito graves para a economia brasileira. Já temos dito aqui, como membros da Oposição, que os números da macroeconomia estão bons, estão voltando ao patamar anterior ao período eleitoral, exatamente porque o Governo provou que é responsável e merece credibilidade. Evidentemente, foram necessários cinco meses para que se chegasse a essa compreensão. Infelizmente, o Governo não está agindo como, às vezes, afirmava nos seus projetos de campanha. Todos queremos que os juros baixem, e acredito que vão baixar rapidamente, que não vai demorar muito mais. As condições macroeconômicas já mostram isso. E isso será bom para que a atividade econômica volte. Mas a minha palavra é apenas para manifestar o apreço que tenho pelo Vice-Presidente José Alencar. S. Exª pode até ter falado num momento não muito adequado, pode ter havido alguma falha do **modus**, mas jamais na sua maneira sincera e correta de expressar sua opinião. S. Exª fala pelo coração, pelo que pensa realmente. Devemos, portanto, levar em consideração isso, embora sempre reconhecendo que V. Exª tem razão: o ideal é que o Governo aja de maneira harmônica, para que não passe para dentro do País e para fora do Brasil a imagem de que poderia estar havendo um descompasso entre os membros do Governo. Aproveito, ainda, este aparte para falar sobre a questão do meio ambiente, que é importante. Estaremos amanhã comemorando o Dia do Meio Ambiente e quero registrar a importância da data. Fe-

lizmente, hoje o meio ambiente não é mais coisa de lunáticos, não é mais coisa de alguns grupos, é uma questão de todos nós, e essa preocupação deve permanecer com todos. Aproveito também para reiterar minha preocupação com a questão que já coloquei aqui, por meio de requerimento. Tal requerimento foi respondido, mas não me trouxe a decisão, a solução para o projeto de revitalização do rio São Francisco, que previa uma série de convênios de obras de saneamento, de obras de tratamento de esgoto, do lixo, e está praticamente paralisado pelo Governo Federal. Então, aproveito a data, já que amanhã será o Dia do Meio Ambiente, para reiterar a preocupação com que o projeto de revitalização do rio São Francisco não seja deixado de lado. Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sou eu que lhe agradeço, Senador Eduardo Azeredo, e diria que me solidarizo com V. Ex^a também no que diz respeito ao meio ambiente. Quero citar algo inédito neste País, um artigo da Constituição do meu Estado. A Constituição Estadual da Paraíba, em um dos seus artigos, dispõe que é proibida a construção de espigões à beira-mar. Em toda a orla marítima da Paraíba é proibida a construção de edifícios com mais de três andares. Temos um gabarito de até três andares, o que nos leva a ter as praias mais limpas e com as melhores condições de banho de todo o território nacional. Isso é prova de que a Paraíba desde 1962, se não me engano, já respeita a questão do meio ambiente, até porque a nossa capital, João Pessoa, é a segunda cidade mais verde do mundo. Amanhã, João Pessoa poderá comemorar com todos os pessoenses, sem dúvida, o dia dedicado ao meio ambiente.

Concedo o aparte, para uma repescagem, ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Efraim Morais, quero apenas fazer um registro sobre a fala do Senador Pedro Simon, o que já informei a S. Ex^a. O Senador Pedro Simon registrou que, no Governo passado, era Malan, o Banco Central e a equipe do Malan. Quero dizer que o Dr. Armínio Fraga foi aprovado aqui no Senado com críticas por ter sido assessor do megaespeculador George Soros. Posteriormente, ao final de sua missão no Banco Central do Brasil, o Senado e o Brasil renderam-se à evidência de que ele agiu com patriotismo no Banco Central. É importante dizer que o Dr. Armínio Fraga nunca sentou na banca contra o Brasil e que este Governo, sim, tem na Presidência do Banco Central o Dr. Henrique Meirelles, cuja maior remuneração no Banco de Boston foi exatamente quando daquela megaespeculação de 1999. O Banco de Bos-

ton, sob a direção do Dr. Henrique Meirelles, dificultou a fiscalização do Banco Central e isso está escrito na CPI dos Bancos feita no Senado da República. São documentos que foram aprovados por unanimidade por esta Casa. Portanto, não estou dizendo aqui que o Dr. Henrique Meirelles não entenda de economia, não entenda de operação de mercado, mas ele é aposentado do Banco de Boston. Fiz um requerimento, nesta Casa, que foi considerado de invasão da privacidade da pessoa, o que não considero, porque não estou querendo saber do sigilo bancário dele, mas das cláusulas do contrato de aposentadoria do Banco de Boston. Foi divulgado na imprensa – e isso precisa ser apurado – que há cláusulas impeditivas, no campo ético, a que ele exerça a Presidência do Banco Central. Não estou dizendo que ele não tem competência, mas que a sua permanência na Presidência do Banco Central parece um jogo do interesse exclusivo dos banqueiros. É evidente que, como aposentado do Banco de Boston, o Dr. Henrique Meirelles não vai dar sequência às investigações contra o Banco de Boston, S. Ex^a, na Presidência do Banco Central? É evidente que não! Então, há realmente – e concordo com o Senador Pedro Simon – um grande fosso, um precipício ético entre o comportamento do Dr. Armínio e o comportamento do Dr. Henrique Meirelles.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Fica feito o registro de V. Ex^a, que acrescento ao meu pronunciamento.

Evidentemente, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a só mais dois minutos para concluir.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que pedimos é juízo, é coerência e unidade de discurso. É o mínimo que se pode pedir a um governo, seja ele qual for. Há momentos em que nós, da Oposição, nos vemos ultrapassados por gente da própria base parlamentar governista nas manifestações críticas às políticas oficiais. Basta ver o que ocorre em relação às reformas previdenciária e tributária em curso na Câmara dos Deputados.

Há um cisma na base governista. E isso também ameaça a governabilidade. O Governo tenta compensar suas perdas, investindo nas fileiras da Oposição e buscando atrair adeptos à base de oferta de cargos – prática que, historicamente, o PT sempre criticou.

Quero, na qualidade de Líder da Oposição, Líder da Minoria, deixar aqui consignada minha perplexidade e preocupação com a falta de unidade do discurso econômico do Governo, que se elegeu, aceitando com um mundo melhor, mas que, até aqui, passado um semestre desde a posse, apenas agravou o quadro pré-existente.

Nossa expectativa, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs., é a de que o Governo se entenda e passe a falar o mesmo idioma, até mesmo para que possamos nos posicionar de maneira mais consistente em relação a suas propostas. É inconcebível lidar com um governo esquizofrênico, que é, ao mesmo tempo, governo e oposição a si mesmo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Obrigado, Srs. Senadores, pelos apertes.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi, 4º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Sérgio Zambiasi, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Leonel Pavan.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 419, DE 2003

Requer Voto de Louvor, pela indicação, ormalizada pela ONU, do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, para conduzir o processo de reconstrução do Iraque.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado Voto de Louvor, à Organização das Nações Unidas – ONU, pela indicação do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, para conduzir, como representante da entidade, o processo de reconstrução do Iraque.

Requeremos, mais, que o voto de louvor seja extensivo ao próprio indicado.

Justificação

As homenagens aqui requeridas justificam-se, primeiramente, por se tratar de fato de grande relevância mundial e, ademais, por se tratar de eminente diplomata que já desempenhou, com êxito, outras missões em nome da ONU, entre elas, as operações de paz e humanidade em Timor Leste, Bangladesh, Sudão, Chipre, Moçambique, Peru e Líbano.

Sala das Sessões 4 de junho de 2003. – **Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Sergio Guerra – Hélio Costa – Eduardo Azeredo – Artur Virgílio – Reginaldo Duarte.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência encaminhará o voto de louvor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os Srs. Senadores, Romero Jucá, Arthur Virgílio e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dinamismo apresentado pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) é um exemplo para as instituições brasileiras de natureza financeira – e um fator de confiança nas perspectivas econômicas do País.

Grande parte da população brasileira ignora, com certeza, a natureza das operações realizadas pela BM&F, embora possam essas operações ter considerável influência sobre seu dia-a-dia, na medida em que a instituição constitui uma peça cada vez mais imprescindível para o funcionamento de nosso sistema financeiro e econômico.

As origens da BM&F remontam aos idos de 1917, quando empresários paulistas ligados à exportação, ao comércio e à agricultura criaram a Bolsa de Mercadorias de São Paulo, que introduz as operações a termo no Brasil. Os contratos negociados são voltados para produtos da agropecuária, particularmente o café, o boi gordo e o algodão.

O sistema produtivo, no Capitalismo, necessita criar mecanismos de segurança, que protejam os investimentos e os interesses dos produtores e também dos seus consumidores. Qualquer empreendimento econômico desenrola-se no eixo temporal, contém uma expectativa de futuro e está sujeito a algum grau de incerteza.

O mercado de futuros e de derivativos consiste, justamente, em um desses mecanismos que concede garantias aos agentes econômicos. Os contratos futuros representam um compromisso de compra ou de venda para uma data a vencer previamente estabelecida. O valor da operação, fixado previamente, fica normalmente vinculado à variação de algum índice ou preço de referência.

Seu desenvolvimento indica a maturidade do sistema econômico-financeiro. E é relevante, sem dúvida, que um maior número de produtores e investidores conheça e tenha acesso às vantagens por ele oferecidas.

Voltemos, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao histórico da Bolsa de Mercadorias & Futuros. Em 1985, também na Capital paulista, surge a Bolsa Mer-

cantil & de Futuros, com a sigla BM&F. Seu rápido crescimento lhe concede importante posição no cenário internacional, como uma das principais bolsas de mercadorias, negociando contratos futuros, de opções, a termo e à vista, referenciados em índice de ações, ouro, taxa de juro e taxa de câmbio.

Em 1991, ocorre a fusão entre a BM&F, Bolsa Mercantil & de Futuros, e a BMSP, Bolsa de Mercadorias de São Paulo, passando a instituição resultante a chamar-se Bolsa de Mercadorias & Futuros, mantendo a sigla BM&F. Dessa aliança entre a tradição e o dinamismo, surge uma organização de ainda mais amplas e promissoras perspectivas, constituída sob a forma de sociedade civil sem finalidade lucrativa.

Em 1997, temos nova incorporação, a da Bolsa Brasileira de Futuros, que funcionava, desde 1983, no Rio de Janeiro.

Podemos situar daí a dois anos o início de uma verdadeira revolução tecnológica na BM&F, a qual se mostrava, de fato, inadiável. A abrangência de suas operações vinha ampliando-se consideravelmente. A inserção na economia globalizada, com enormes custos e riscos, impunha aprimoramentos efetivos, que reduzissem o tempo de resposta ao mercado, sem descuidar da segurança das operações.

O ano passado, por sua vez, representou um período em que se concentrou uma série impressionante de mudanças e realizações. Em 22 de abril de 2002, iniciam-se as atividades de **clearing** de câmbio BM&F. O **clearing** corresponde às operações de registro, compensação e liquidação, “mediante um sistema de compensação que chama para si a responsabilidade pela liquidação dos negócios, transformando-se no comprador para o vendedor e no vendedor para o comprador, com estruturas adequadas ao gerenciamento e risco de todos os participantes”, conforme a boa definição do **site** da BM&F na Internet.

Além da compensação das operações de câmbio, a BM&F adquire, ainda no mês de fevereiro, da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), os direitos de gestão e operacionalização do **clearing** relativos a títulos públicos, títulos de renda fixa e ativos emitidos por instituições financeiras, juntamente com os direitos de administração e operacionalização do sistema de negociação de títulos públicos e outros ativos, denominado Sisbex.

Em agosto do mesmo ano, é lançada a Bolsa Brasileira de Mercadorias, que reúne a BM&F, responsável pelos serviços de compensação e liquidação, e as bolsas de mercadorias de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do

Sul, que se tornam Centrais Regionais de Operação. Articula-se, assim, um grande mercado nacional para os produtos agropecuários, adotando modernos mecanismos de formação de preços e um sistema organizado de comercialização.

Enfim, em novembro de 2002, a BM&F, por meio de acordo com a Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) e com a Centralclearing de Compensação e Liquidação S/A, assume as atividades de registro, compensação e liquidação de operações com títulos de renda fixa, quer públicos ou privados, desenvolvidas por esta última.

Com a considerável ampliação de sua abrangência, a BM&F torna-se a principal **clearing** da América Latina, em consonância com um importante passo para a modernização do sistema financeiro do Brasil, a saber, a introdução do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), no mesmo ano de 2002.

Todo esse impressionante dinamismo, Sr^{as} e Srs. Senadores, que vem corroborando a seriedade e a consistência das ações empreendidas pela direção da Bolsa de Mercadorias & Futuros, está bem longe de arrefecer.

É o que podemos constatar, ao compulsarmos a publicação referente ao Planejamento da instituição para o ano de 2003.

Impossível abordar, em um pronunciamento parlamentar, todos os itens por ela contemplados, ainda mais se levarmos em conta a tecnicidade dos conceitos empregados.

Mas não deixemos de mencionar as excelentes perspectivas de crescimento e consolidação das três **clearings** da BM&F, a de câmbio, a de derivativos e a de ativos, esta, em vias de ser instalada. A tais perspectivas, o Conselho de Administração da BM&F responde com metas ousadas, que se mostram, ao mesmo tempo, congruentes com os obstáculos a se enfrentarem.

Na presente conjuntura da política nacional e internacional, as possibilidades de integração com países do Mercosul ampliam-se consideravelmente, particularmente pela excelência atingida pela BM&F na administração de risco e em seu sistema de **clearings**. No âmbito nacional, a criação da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) é um importante passo para a criação de um mercado eletrônico, em parceria com outras instituições e bolsas regionais, para negociação de produtos e serviços.

Sr. Presidente, seja nos objetivos relacionados ao aperfeiçoamento do Sistema de Risco BM&F, ou voltados para a internacionalização dos mercados;

seja na oferta de novos produtos derivativos, no aprimoramento de seu quadro de funcionários ou nos projetos educacionais voltados para um público mais amplo, a Bolsa de Mercadorias & Futuros mostra sempre a marca de seu arrojo, de sua sintonia com a modernidade e com a capacidade de inovação, tão necessários para enfrentarmos os desafios que se apresentam para o nosso País – este Brasil que inicia o século XXI com perspectivas cada vez mais amplas e com novos motivos para acreditar no futuro.

Muito obrigado.

As Equivocadas Diretrizes Econômicas do Governo do PT

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a **Folha de S.Paulo**, na edição do dia 3 deste mês, em editorial, analisa e condena a prodigalidade das autoridades governamentais em criar imagens para ilustrar as questões que afligem o País, como a que veio do Ministro Antonio Palocci: “é preciso matar e esquartejar a inflação”, etapa que, a seu ver, deve anteceder a redução das absurdas taxas básicas de juros vigentes entre nós.

Salienta mais a **Folha**, que não está em questão se a inflação deve ou não ser combatida, “mas a eficácia do tratamento no atual estágio de contração econômica, com desemprego recorde e claro declínio dos índices de aumento de preços”. E acrescenta que a permanência da inflação não é um fato, “mas nada indica que a manutenção da taxa de juros nos atuais patamares seja o remédio recomendável”.

Trago este assunto ao Plenário para alertar as autoridades econômicas do País. Não sou eu, apenas, que venho insistindo no sentido de um exame mais objetivo do problema dos juros. Aqui no Congresso, nos meios empresariais, dentro do Palácio do Planalto (pela voz do Vice-Presidente José Alencar), na própria liderança governista no Senado, nas ruas, nas universidades, há uma unanimidade quanto ao risco da manutenção de tão pesadas taxas.

Já tive ensejo de dizer, nesta mesma tribuna, que o Brasil corre o sério risco de uma profunda estagnação, se a taxa de juros não cair. Ao persistir o conservadorismo do Banco Central nesta questão, o Governo vai deixar passar em brancas nuvens a chance de oferecer ao País o grande salto de que necessita para reanimar a economia.

Não mudo de tema. Prossigo na ordem econômica. E menciono o que publica a já citada **Folha de S.Paulo**, acerca das contradições – que não são poucas – dos integrantes do governo petista. Diz o jornal paulista que, “em apenas quatro anos, o pensamento

do Ministro Antonio Palocci, da Fazenda, sobre a reforma tributária, passou por uma mudança profunda”. E menciona, primeiro, proposta de reforma por ele feita, em 1999, em nome do PT, numa comissão especial da Câmara dos Deputados, em que foi extremamente rigoroso com os bancos e permeado de preocupações com a justiça social. A seguir, já no poder, a Proposta de Emenda Constitucional que o Governo enviou ao Congresso para a reforma tributária. Conclui a **Folha**: “entre um texto e outro, Palocci mudou radicalmente de idéia sobre algumas contribuições fiscais. Em 99, ele queria simplesmente extinguir a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o PIS e a COFINS, para substituí-los por uma contribuição sobre o lucro bruto. Esses tributos não só foram mantidos na PEC, como o Governo aumentou as alíquotas da CSLL e da COFINS”.

Na matéria, o jornal lembra que a antiga proposta, na comissão especial da Câmara, é assinada, em primeiro lugar, pelo atual Ministro da Fazenda, razão pela qual é conhecida como “Emenda Palocci”. Mas resume idéias em voga, na época, no PT, agora alçado ao comando do Brasil.

Na seqüência, como ainda informa a **Folha**, assinam a emenda o hoje Ministro Ricardo Berzoini, da Previdência, e o líder do Governo no Senado, Aloizio Mercadante. E completa: “Como guardião do cofre, o Ministro Palocci ignorou, na PEC da reforma tributária, a proposta do Deputado Palocci”.

Enquanto isso – continuo lendo a **Folha de S.Paulo** da mesma data –, para sugerir ao Governo que medite um pouco sobre os temas que mais preocupam os brasileiros. Diz o jornal que “a carga fiscal subiu para 41 por cento do PIB neste primeiro trimestre”, portanto no Governo do PT. No que tange às atividades econômicas, uma manchete chama a atenção, ao mostrar que: “há quatro meses, as vendas a prazo só caem”.

Por que o Governo não medita sobre esses alertas, que estão por aí, infernizando a vida dos brasileiros. Esperar mais? Até quando?

Como nem tudo é espinho, a comentarista Miriam Leitão, que é a analista de economia de **O Globo** e da **Rede Globo**, faz oportuna apreciação, em sua coluna do dia 31 de maio passado, a respeito do bom desempenho da agricultura brasileira. Diz ela que: “no meio da desafinada notícia do PIB trimestral, que caiu 0,1%, em relação ao último trimestre, mais uma vez houve uma nota no tom certo: a agricultura cresceu 3,7%. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a alta foi de 8,6%”

A jornalista acrescenta que “o crescimento do setor tem sido mais comum do que se pensa, mas os olhos do País e da imprensa estão sempre mais voltados para a produção industrial”.

Como sustenta a analista de **O Globo**, o cotidiano dessa mudança de paradigma de produção, que transformou uma lavoura atrasada em agricultura de precisão, foi feito com muito investimento em tecnologia e muita pesquisa de ponta, aplicada aos problemas concretos enfrentados pelo produtor. Tudo isso – acréscimo, e é bom registrar – se deve à visão clara de uma realidade, que caracterizava o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Miriam Leitão observa que, no comando dessa verdadeira revolução, estão os técnicos e pesquisadores da EMBRAPA. Concordo com a jornalista. De fato, a EMBRAPA é um dos órgãos fundamentais da economia brasileira. Foi exatamente por isso que o então Presidente Fernando Henrique a ela voltou atenções especiais. E agora no Governo PT? Não faz muito, o mundo veio por terra com a grita de setores responsáveis, que denunciaram o descaso dos atuais dirigentes para com a EMBRAPA, a ponto de não lhe repassar recursos nem mesmo para suas necessidades imediatas.

A comentarista conclui, alertando o Presidente Lula: “O que o Governo deveria estar fazendo é analisar alguns dos problemas que podem impedir o avanço do progresso no campo, entre eles, a crise fiscal da EMBRAPA. Ou o risco de aumento dos conflitos no campo, por falta de definição do atual Governo, a respeito da forma que pretende conduzir a reforma agrária brasileira”.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi expediente do Laticínio Coronel Freitas, de Santa Catarina, o qual discorre sobre as dificuldades por que passam as empresas de pequeno porte, notadamente a maioria das micro, pequenas e médias empresas do ramo de laticínios, que geram, direta e indiretamente, muitos empregos, garantindo uma fonte de renda aos produtores de leite, além de retorno financeiro ao município.

Apesar do notável desempenho desse setor, há um descaso muito grande, principalmente de parte das instituições financeiras, para a liberação de recursos com baixas taxas de juros e condições acessíveis de pagamento, necessários ao capital de giro dessas empresas, enquanto as grandes empresas – cooperativas e multinacionais – tomam conta, cada vez

mais, do mercado consumidor e obtêm todos os financiamentos necessários às suas atividades.

Conforme reclamam os produtores de laticínios de Santa Catarina, notadamente os do município de Coronel Freitas, a abertura de muitas cooperativas desestrutura as pequenas empresas, pois obtêm recursos financeiros de forma mais fácil, gastam de maneira abusiva, valem-se de crédito fácil e com juros baixos, às vezes até a fundo perdido.

Diante disso, Sr. Presidente, entendo que se faz necessário, urgentemente, dedicar atenção especial às pequenas indústrias, as quais clamam por redução nas taxas de juros, concessão de linhas de crédito especiais, redução da carga tributária, enfim, as condições mínimas necessárias para manterem-se no mercado competitivo e globalizado, no qual as grandes empresas sempre levam vantagem. Lembramos que, num país com alto desemprego, o leite é o setor que mais gera postos de trabalho. Nossa produção de leite cresce todo ano. É preciso reconhecer a força da agropecuária e respeitar mais essa atividade.

Buscamos com este pronunciamento sensibilizar as autoridades competentes sobre a situação exposta, objetivando sejam tomadas medidas cabíveis para revertermos essa situação, antes de vermos decretada a falência de muitas empresas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 17, DE 2003

(Proveniente da Medida Provisória nº 114, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, que *dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 114, de 2003, tendo

Pareceres proferidos

– no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado

João Grandão (PT-MS), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão, e contrário às emendas apresentadas perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reformulando seu parecer anterior, promovendo alterações no Projeto de Lei de Conversão; e

– sob nº 599, de 2003, de Plenário, Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade relevância e urgência, e inadequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 114, de 2003, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 115, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 115, de 2003, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa, e da Integração Nacional, no valor de doze milhões de reais, para os fins que especifica*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado José Borba (PMDB-PR), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e contrário às emendas apresentadas perante aquela Comissão.

Relator Revisor: Senador Sibá Machado

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 34 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR JOSÉ SARNEY

4-6-2003
quarta-feira

8h30 – Café da manhã com o Presidente do Banco do Brasil, Senhor Cássio Casseb Lima

Residência Oficial do Senado Federal

10h – Senhor Ubiratan Araújo, Presidente da Fundação Palmares

Presidência do Senado Federal

10h30 – Senhor Ederaldo Kosa, Diretor das Linhas e Laudas Comunicação

Presidência do Senado Federal

11h – Senhor Luiz Fernando Zakarewicz, Sociedade Internacional de Criminologia

Presidência do Senado Federal

11h30 – Deputado Francisco Garcia

Presidência do Senado Federal

11h30 – Senhora Cristiane Samarco, “O Estado de São Paulo”

Presidência do Senado Federal

12h – Governador João Alves, Governador do Estado de Sergipe.

Presidência do Senado Federal

12h15 – Deputada Federal Telma de Oliveira

Presidência do Senado Federal

12h30 – Deputado Francisco Garcia, Deputado Humberto Michiles e Deputado Lutercio Ramos – PT/AM

Presidência do Senado Federal

13h – Almoço da Bancada do PMDB – Convite do Senador Hélio Costa

Residência do Senhor Wellington Salgado – 5H15 QL 12 conjunto 3 casa 2 – Lago Sul

13h10 – Ex-senador Mauro Benevides

Presidência do Senado Federal

14h30 – Sessão em homenagem ao “Dia Mundial do Meio Ambiente”

Plenário do Senado Federal

15h – Deputado Paes de Andrade acompanhado de autoridades

Presidência do Senado Federal

15h27 – Senador Paulo Octavio

Presidência do Senado Federal

15h30 – Ordem do Dia

Plenário do Senado Federal

15:30 – Senador Edison Lobão, Senador Valmir Amaral e Senhor Wagner Canhedo

Presidência do Senado Federal

15h44 – Maria Alegretti – Ministério do Meio Ambiente

Presidência do Senado Federal

PARECER Nº 36, DE 2003-CN

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 6, de 2001, que “denomina Salão “Senador Antônio Mariz” o Salão Negro do Congresso Nacional.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

I – Relatório

O eminente Senador Ney Suassuna submete ao plenário do Congresso Nacional, proposição no sentido de que o Salão Negro do Congresso Nacional seja denominado Salão Senador Antônio Mariz. A proposta contém a adesão de outros 20 Senadores e de 80 Deputados.

Justifica o autor da Proposição, que o Senador Antônio Mariz, falecido em 1995, em pleno exercício do mandato de Governador do Estado da Paraíba, dignificou o Congresso Nacional, pois sua luta por um mundo melhor para todos, principalmente para os menos assistidos, permanece na memória de quem com ele conviveu, e suas realizações foram muitas, servindo de inspiração para a luta pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil e do Nordeste.

O nobre proponente entende que a homenagem possibilitará que as gerações seguintes possam lembrar do Senador Antônio Mariz, que dedicou toda sua vida à busca de soluções para a redução da pobreza nacional e das desigualdades regionais.

II – Voto

Antônio Marques da Silva Mariz foi um dos mais proeminentes homens públicos do Estado da Paraíba. Nascido em 5 de dezembro de 1937, na cidade de João Pessoa, o Senador Antônio Mariz exerceu diversos cargos públicos e vários mandatos eletivos: no período de 1963 a 1969 foi Prefeito do Município de Sousa – PB; no período de 1971 a 1983, por três mandatos consecutivos, foi Deputado Federal; em 1987 retornou à Câmara dos Deputados, para mais um mandato, durante a Assembléia Nacional Constituinte; e em 1991 assumiu o mandato de Senador da República, permanecendo nesta Casa até 1995, quando assumiu o governo do Estado da Paraíba.

Não existem dúvidas de que o Senador Antônio Mariz faz jus às mais destacadas páginas da história dos homens públicos do Estado da Paraíba, sendo portanto, merecedor das mais destacadas honrarias, como esta digna homenagem proposta pelo Senador Ney Suassuna.

Porém, o Salão Negro do Congresso Nacional é um espaço público de conotação nacional. Localizado na porta de entrada do parlamento, o Salão Negro é como um monumento impessoal de toda nação brasi-

leira, sendo o local ideal para a realização de eventos em homenagem aos grandes vultos deste país, pela sua grandiosidade e principalmente pelo seu caráter impessoal, que será rompido caso sua denominação seja alterada na forma pretendida pela proposição em análise.

Desta forma, diante das razões acima apresentadas, no sentido de preservar o caráter impessoal do Salão Negro do Congresso Nacional, manifestamos nosso voto contrário ao Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 6, de 2001.

Sala de Reuniões. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Edison Lobão** – **Carlos Wilson**, Relator – **Marluce Pinto** – **Teotônio Vilela Filho** – **Antonio Carlos Valadares**.

PARECER Nº 37, DE 2003-CN**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2001-CN**

Denomina Salão “Senador Antônio Mariz” o Salão Negro do Congresso Nacional.

Autor: Senador **Ney Suassuna**

PARECER DA MESA DIRETORA

A Mesa, em sua reunião de hoje, presentes os Senhores Deputados João Paulo Cunha, Presidente; Inocêncio Oliveira, Primeiro Vice-Presidente; Luiz Piauhyllino, Segundo Vice-Presidente; Geddel Vieira Lima, Primeiro Secretário (Relator); Severino Cavalcanti, Segundo Secretário; Nilton Capixaba, Terceiro Secretário; e Ciro Nogueira, 4º Secretário, resolveu aprovar o parecer do Relator, pela rejeição do Projeto de Resolução nº 6, de 2001.

Sala de Reuniões, 1º de abril de 2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2001

Senador Ney Suassuna

Denominação de Espaço Físico

Trata-se de Projeto de Resolução, de iniciativa do Senador Ney Suassuna, denominando Salão “Senador Antônio Mariz” o Salão Negro do Congresso Nacional.

Argumenta o proponente, em síntese, que o homenageado, falecido em 1995, no exercício do mandato de Governador do Estado da Paraíba, dignificou o Congresso Nacional e que, embora não tenha vivido por longo tempo, suas realizações foram muitas e nos servem de inspiração para continuar a nossa luta pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil, especialmente do Nordeste.

Chamados a manifestarem-se, os órgãos competentes da Administração, reconhecendo embora inexistir óbice legal para adoção da proposta, consideraram importante manter a denominação Salão Negro, eis que originária da criação do próprio Edifício, ademais da sua conotação solene, insigne, inscrita ao longo da história da nova sede do Parlamento brasileiro.

Não obstante essa argumentação contrária, registre-se que o reconhecido homem público Se-

nador Antônio Mariz já empresta seu nome a espaço desta Casa, a saber, o corredor central do Edifício Anexo II.

Ante o exposto, acompanhando a manifestação dos órgãos técnicos da Casa, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa.

Primeira-Secretaria, 1º de abril de 2003. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

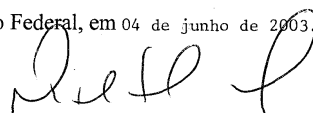
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3865, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010696/03-2,

R E S O L V E exonerar **JOAQUIM ALVES SÃO PEDRO FILHO**, matrícula n.º 34321, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PMDB e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

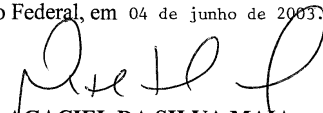
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3866, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010697/03-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **DALCE MARIA SOUTO LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3867 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010730/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **YACY NUNES SUAREZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3868 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010.725/03-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JACINTHA DE FÁTIMA SANTOS PERDIGÃO**, matrícula n.º 32.049, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Íris de Araújo.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3869 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997, da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no Processo nº ,

RESOLVE:

Art. 1º - designar o servidor OTÁVIO MARIZ DE FARIAS JUNIOR, matrícula nº 4186 como gestor titular do contrato nº 021/2003, celebrado entre o Senado Federal e a PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, em substituição ao servidor CÁSSIO MURILO ROCHA , matrícula nº 4186.

Art. 2º - Fica mantido o atual gestor substituto do mencionado contrato.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 04 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3870 . DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores FRANCISCO FRANCO RIBEIRO NETO, matrícula nº 0330 e, TADEU IZIDRO PATROCÍNIO MORAES, matrícula nº 2577, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 003142/03-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 04 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3871 , DE 2003**

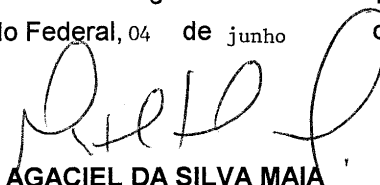
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - designar o servidor **JOSÉ DE SOUZA RIBEIRO**, matrícula nº 4566, como gestor substituto, dos contratos nº 019/2002 (Hotel Nacional Ltda.), nº 144/1997 (TRIPS – Passagens e Turismo Ltda.) e, nº 120/2002 (EBCT – Serviço de SEDEX), em substituição ao servidor **RICARDO BANDEIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 5157.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 04 de junho de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 3872 , DE 2003**

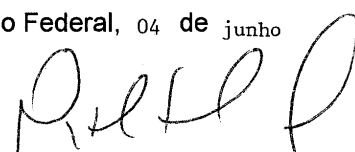
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - designar os servidores **MARCELO BRANDÃO DE ARAÚJO**, matrícula nº 3833, e **JOSÉ DE SOUZA RIBEIRO**, matrícula nº 4566, como gestores titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 064/00, celebrado entre o Senado Federal e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT, em substituição aos servidores **RICARDO BANDEIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 5157, e **MARCELO BRANDÃO DE ARAÚJO**, matrícula nº 3833.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 04 de junho de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3873 , DE 2003**

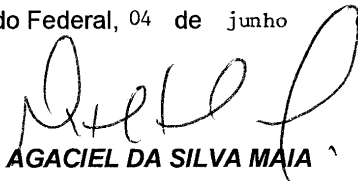
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores TÂNIA TOLÊDO TENÓRIO, matrícula nº 3460 e, CLÁUDIA PACHECO DE OLIVEIRA, matrícula nº 3189, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 010137/03-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 04 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3874 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010573/03-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WILSON LIMA RAMOS**, matrícula n.º 34134, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



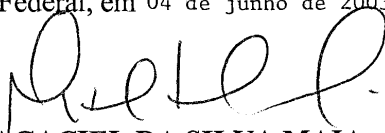
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3875 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010573/03-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FERNANDA MARIA DINIZ AZEVEDO BARROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



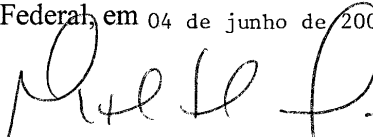
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3876 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010799/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO MARCOS DE SOUZA LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



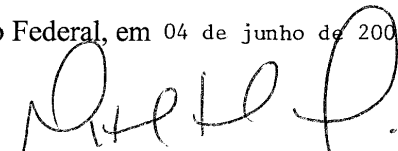
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3877 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010817/03-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THAIS SANTANA SILVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renildo Santana.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



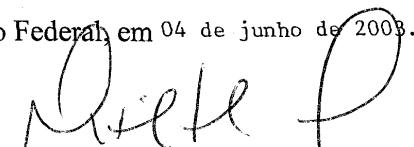
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3878 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010803/03-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VANIA LINS UCHOA LOPES** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



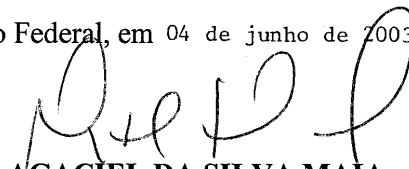
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3879 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010818/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VALESKA OLIVEIRA FONSECA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renildo Santana .

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



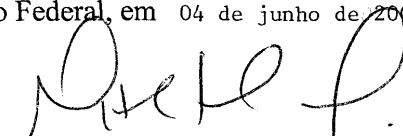
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3880 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010732/03-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WILSON LIMA RAMOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



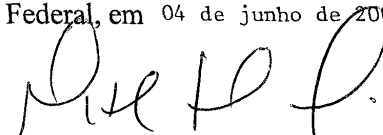
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3881 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010732/03-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA CATARINA RESENDE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



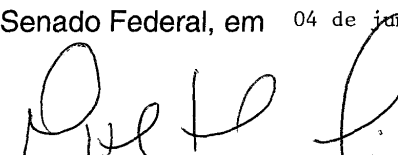
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3882 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010732/03-0**,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3792, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2762, de 30/05/2003, que nomeou **ADRIANA RABELO ANDRADE**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



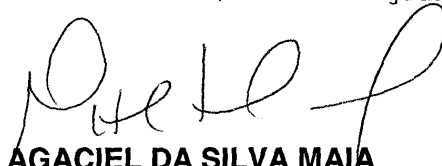
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 3883 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010732/03-0**,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3794, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2762, de 30/05/2003, que nomeou **FERNANDA MARIA DINIZ AZEVEDO BARROS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 04 de junho de 2003.



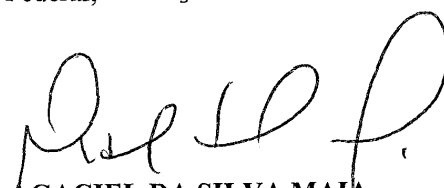
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3884 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 010721/03-7,

RESOLVE dispensar o servidor **SÉRGIO MOREIRA SARMENTO**, matrícula 5135, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 02 de junho de 2003.

Senado Federal, 4 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3885, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 010658/03-3,

RESOLVE dispensar o servidor RICARDO BANDEIRA DOS SANTOS, matrícula 5157, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 02 de junho de 2003.

Senado Federal, 3 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3886, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 010677/03-8,

RESOLVE dispensar a servidora EGLI LUCENA HEUSI MOREIRA, matrícula 3666, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 02 de junho de 2003.

Senado Federal, 4 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3887 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 010675/03-5,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA CECÍLIA DE O. SALES, matrícula 4616, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, do Cerimonial da Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Presidência, a partir de 02 de junho de 2003.

Senado Federal, 4 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

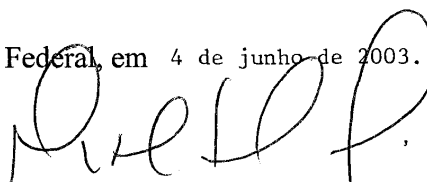
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3888 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010812/03-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GABRIELA CARVALHO RIBEIRO BARBOSA DE MELO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 4 de junho de 2003.



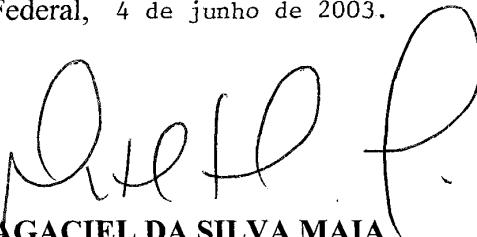
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3889 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 010719/03-2,

RESOLVE dispensar a servidora ROSILANE DO CARMO ROCHA, matrícula 3872/SEEP, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Paulo Paim, a partir de 03 de junho de 2003.

Senado Federal, 4 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3890 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 010710/03-5,

RESOLVE dispensar a servidora VERÔNICA DE CARVALHO MAIA, matrícula 4998, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Paulo Paim, a partir de 03 de junho de 2003.

Senado Federal, 4 de junho de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3891, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 010682/03-1,

RESOLVE dispensar a servidora ROSA MARIA GONÇALVES VASCONCELOS, matrícula 0436, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Paulo Paim, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Arquivo Permanente da Subsecretaria de Arquivo, a partir de 02 de junho de 2003.

Senado Federal, 4 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
GOIÁS		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
PARAÍBA		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	RORAIMA	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Iris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n º 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Moraes
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) ¹
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. Leonel Pavan
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.
Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário n.º 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3114605 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br
Atualizado em 28/04/2003

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papeléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário n º 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: gildete@senado.gov.br
Atualizada em 13/05/2003

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n° 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

Atualizada em 10/04/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvatti	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n º 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113915 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.
Atualizada em 28/04/2003

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)

Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) ¹	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3113915 Fax: 3111060

E – Mail: mariadul@senado.br .

Atualizada em 26/03/2003

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n ° 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Shessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br.

Atualizada em 14/05/2003

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo ¹	GO	3148
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁵	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
FEU ROSA (PSDB/ES)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS ⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (<i>aguardando definição</i>)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS